

ANEXO AO PROCESSO Nº 179/2001 - CM

DEFESA DE DISSERTAÇÃO/MESTRADO EM: 10/03/2004

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI

COOPERATIVA EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE BAURU -
ENSINATIVA:

Uma possibilidade de democratização das relações de trabalho
e da gestão.

UNESP - MARÍLIA

2004



CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI

**COOPERATIVA EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE BAURU –
ENSINATIVA:**

Uma possibilidade de democratização das relações de trabalho
e da gestão.

UNESP – MARÍLIA
2004



CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI

1410001589



**COOPERATIVA EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE BAURU –
ENSINATIVA:**

Uma possibilidade de democratização das relações de trabalho
e da gestão.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção
do grau de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-
graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” – Campus Marília.

Orientadora: Profª Drª Neusa Maria Dal Ri.



UNESP - MARÍLIA
2004



UN001139281

70 807000

Nº cham. 379
A712c

Nº Tombo 1589

Aquisição D

Preço cr\$ 5,00

Data 10/11/04

Proced. autor

- Cooperativismo - Educação
- Autogestão na democracia
- Administração - Participação dos empregados

163 p.

Ariosi, Cinthia Magda Fernandes

A712c Cooperativa educacional multidisciplinar de Bauru-
Ensinaiva: uma possibilidade de democratização das relações
de trabalho e da gestão/ CinthiaMagda Fernandes Ariosi. -
Marília, 2004.

164 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2004.

Bibliografia: f. 150-154

Orientador: Profª. Drª. Neusa Maria Dal Ri.

1.Cooperativismo.2. Cooperativismo Educacional I.
Autor. II.Título.

CDD 379.81

CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI

COOPERATIVA EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE BAURU – ENSINATIVA:
Uma possibilidade de democratização das relações de trabalho e da gestão.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação,
pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” – Campus Marília.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Neusa Maria Dal Ri
Unesp “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Marília

Profº Dr. Candido Giraldez Vieitez
Unesp “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Marília

Profª Drª Alaíde Pereira Japcanga Aredes
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Marília, ____ de _____ de 2004.



Ao Marco Antonio, meu esposo,
pelo incentivo e apoio constante.



AGRADECIMENTO

À Prof^ª Dr^ª Neusa Maria Dal Ri, pela disponibilidade constante, pela correção e orientação competentes, não apenas do trabalho acadêmico, mas também, enquanto contribuição à minha formação profissional.

Aos meus pais, pelo incentivo e encorajamento para a realização deste trabalho.

Ao prof^º Dr^º Candido Giraldez Vieitez, pelo apoio e, principalmente, pelas ricas contribuições.

À todos os cooperados da Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinativa, que partilharam suas angustias, ansiedades e vivências, oportunizando a reflexão sobre as relações de trabalho.

Aos colegas do grupo de pesquisa “Organizações e Democracia”, especialmente, à Terezinha Lindino, pelas discussões que muitas vezes foram luz para os períodos de trevas.

Enfim, à todos que contribuíram de alguma forma para este trabalho, muito
OBRIGADA!



RESUMO

O presente estudo versa sobre as relações de trabalho na Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensino, constituída por profissionais da educação e áreas afins. Este grupo organizado em cooperativa mantinha uma escola de educação infantil, na qual os profissionais eram, ao mesmo tempo, proprietários e trabalhadores, e tendiam a administrar o empreendimento segundo uma concepção autogestionária. Diante deste contexto, buscou-se verificar se as relações internas de trabalho foram constituídas de forma mais democrática e se as estruturas de poder hierarquizadas se modificaram. Para tanto, foram analisados livros, atas, livros de matrícula de cooperados e documentos em geral. Além da aplicação de um questionário, foram realizadas entrevistas com 8 (oito) cooperados, escolhidos por estarem há mais tempo na organização. A principal consideração a que chegou o estudo é que a organização cooperativa autogestionária pode configurar-se numa possibilidade de organização do trabalho mais democrática e com a hierarquização do poder mais amenizada. Porém há a necessidade de se promover um processo educativo de conscientização, entre os próprios cooperados, sobre a questão do trabalho coletivo, pautado pelo espírito autogestionário.

Palavras Chaves: cooperativismo; cooperativismo educacional; autogestão; democracia; relações de trabalho; poder;

ABSTRACT

The present study it turns on the relations of work in the Educational Cooperative Multidisciplinar de Bauru? Ensinitiva, consisting of professionals of the education and similar areas. This group organized in cooperative kept a school of infantile education, in which the professionals were, at the same time, proprietors and workers, and tended to manage the enterprise according to a autogestionária conception. Ahead of this context, one searched to verify if the internal relations of work had been constituted of more democratic form and if the structures of being able hierarquizadas if had modified. For in such a way, books, acts, books of school registration of cooperated and documents had been analyzed in general. Beyond the application of a questionnaire, interviews with 8 had been carried through (eight) cooperated, chosen for being have more time in the organization. The main consideration the one that arrived the study is that the autogestionária cooperative organization can be configured in a possibility of organization of the work most democratic and with the hierarquização of the brightened up power more. However it has the necessity of if promoting an awareness process educative, between the proper ones cooperated, on the question of the collective work, pautado for the autogestionário spirit.

Words Keys: cooperativismo; educational cooperativismo; self management; democracy; work relations; to be able;

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Quadro 1 – Comparação entre empresas cooperativas e empresas capitalista.....	39
Gráfico 1 – Motivos Apresentados nas Cartas de demissões.....	107



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: O Cooperativismo no mundo.....	16
1.1 O desenvolvimento humano e a luta pela sobrevivência.....	16
1.2 O cooperativismo e a cooperação.....	20
1.3 Histórico do Cooperativismo.....	22
1.4 A Cooperativa Pioneira de Rochdale.....	29
1.5 Os Princípios do Cooperativismo.....	32
1.6 Cooperativismo moderno.....	35
1.7 A Aliança Cooperativa Internacional – ACI.....	40
1.8 Cooperativismo no Brasil.....	47
1.9 Legislação Cooperativa no Brasil.....	53
1.10 As Organizações Cooperativistas no Brasil.....	58
1.11 Cooperativismo Educacional.....	67
CAPÍTULO II: Economia Solidária e Cooperativismo Autogestionário.....	72
2.1 Economia Solidária.....	75
2.2 Autogestão	79
2.3 Associações Nacional dos Trabalhadores Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).....	83
2.4 União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo	86

(Unisol).....	
2.5 MST: Uma organização coletiva que busca a justiça no Campo.....	89
2.6 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas	92
2.7 A Cáritas Brasileira.....	94
CAPÍTULO III: Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinativa.....	99
3.1 Sistema Educacional Bauruense.....	99
3.2 Percurso de formação da Cooperativa.....	101
3.3 A Escola de Educação Infantil Ensinativa.....	109
3.4 Os Órgãos Sociais – Estrutura da Cooperativa.....	113
3.5 A Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru e suas Leis.....	118
3.5.1 O Estatuto Social.....	119
3.5.2 Regulamento Interno.....	121
3.5.3 Regimento Escolar da Escola de Educação Infantil Ensinativa.....	122
3.6 A Proposta Pedagógica da Escola.....	124
CAPÍTULO IV: Democracia e Poder na Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinativa.....	132
4.1 O Cooperativismo Autogestionário e as novidades para as relações trabalho.....	132
4.2 Democracia, participação e poder no Cooperativismo.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	159

Introdução

Pode-se imaginar que todos os cidadãos participam do governo e que cada um deles tem igual direito a participar. Ao não diferir em absoluto dos demais, ninguém pode exercer um poder tirânico; os homens serão perfeitamente livres porque são completamente iguais, e serão perfeitamente iguais porque são completamente livres. Pois bem, tal é o ideal a que tendem os povos democráticos. (TOCQUEVILLE, 1988, p. 103)

Em meados do Século XIX, surge o cooperativismo que se apresenta como uma alternativa de organização do trabalho. Mais recentemente, por volta dos anos de 1920, surgiu o Cooperativismo Educacional, inicialmente formado por pais de alunos e, hoje, já encontramos Cooperativas formadas por profissionais que buscam livrar-se do trabalho assalariado e forjar relações de trabalho internas mais democráticas.

As cooperativas autogestionárias trabalham com o princípio da gestão democrática, entendido, neste momento, como um processo de administração de autogestão ou autogoverno. A cooperativa é gerida com a autonomia do coletivo, mas que exige a autonomia individual de cada trabalhador cooperado.

As cooperativas educacionais formadas por pais têm como objetivo oportunizar a formação das crianças a um custo mais justo e acessível aos pais, com garantia de qualidade. No caso das cooperativas educacionais formadas por profissionais da educação, o principal anseio coletivo é procurar estabelecer outras relações de trabalho, que não o assalariamento, buscando livrar-se das estruturas básicas do capitalismo que são a dominação e a exploração.

Porém, vale lembrar que tanto a escola, como os profissionais por ela formados estão impregnados da ideologia capitalista.

Neste contexto, o presente trabalho discute as questões da democracia e de poder no interior de uma cooperativa de profissionais da educação. Dessa forma, a problemática o trabalho volta-se para a investigação da possibilidade de instauração de relações de trabalho mais democráticas no interior de uma cooperativa educacional. Partindo do princípio de que a organização de trabalho neste caso é diferenciada, como se dão as relações entre os cooperados no ambiente de trabalho, uma vez que são, ao mesmo tempo, trabalhadores e gestores do empreendimento? Como trabalhadores, que têm uma tradição ausente de prática democrática e de trabalho coletivo, podem assumir um empreendimento com tais características, trabalhando e administrando coletivamente a cooperativa?

Tem-se como hipótese que a organização coletiva do trabalho e a postura autogestionária podem se configurar como uma alternativa ao mercado de trabalho, que se encontra em crise, o que exige uma mudança de mentalidade, uma vez que, todos os profissionais, que hoje estão em plena atividade, foram formados dentro de uma concepção capitalista, enquanto com a educação cooperativista e o processo de participação do cooperado na gestão da cooperativa ocorre uma alteração nas relações de trabalho e de poder, tornando-as mais democráticas. Desse modo, acredita-se que o trabalho em uma cooperativa autogestionária pode configurar-se como uma alternativa à entrada no mercado assalariado. Mas, para que este empreendimento tenha sucesso são necessárias mentalidade e postura democráticas por parte dos envolvidos.

Assim, o estudo foi realizado com os seguintes objetivos: a) levantar qual a concepção de trabalhos dos cooperados; b) caracterizar e definir as relações de trabalho e poder oriundas da realidade de uma cooperativa educacional; c) definir poder e suas manifestações em um



processo de gestão democrática; d) identificar se há compreensão e aplicação do conceito de autogestão na cooperativa por parte de seus cooperados.

Este trabalho é resultado da experiência da pesquisadora em uma cooperativa educacional, onde os cooperados são educadores. Esta organização é sediada na cidade de Bauru, estado de São Paulo e tem como principal objetivo congregar profissionais da área da educação através da organização do trabalho pelo sistema cooperativista, cuja intenção é administrar coletivamente uma escola de educação infantil, inicialmente, e, posteriormente, outras atividades na área educacional.

Tendo em vista a natureza social e reflexiva da discussão, o desenvolvimento da pesquisa foi realizado dentro da abordagem qualitativa, visando oferecer uma reflexão teórica sobre o assunto tratado. Inicialmente foi realizada uma triagem das cooperativas educacionais formadas por professores existentes no Estado de São Paulo. Tendo sido identificadas duas cooperativas, após a solicitação de permissão para a pesquisa somente a Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinitiva consentiu na sua realização.

Na fase exploratória do estudo foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito do tema, a caracterização da cooperativa quanto à organização e ao grupo de cooperados. Foram levantadas as expectativas dos cooperado para com o projeto da cooperativa e suas experiências de trabalho anteriores. Os procedimentos metodológicos realizados foram pesquisa bibliográfica, análise documental, aplicação de questionário e entrevistas e observação-participante em reuniões. Para tanto, os instrumento de coleta de dados foram livros de atas, livro de matrícula, livros e registros em geral; um questionário aberto, composto de uma questão que solicitava do cooperado um relato de sua experiência profissional e uma entrevista contendo 16 (dezesesseis) questões abordando os conceitos de democracia, poder e relações de trabalho. O roteiro foi previamente elaborado e testado.

As entrevistas foram realizadas com oito cooperados, com objetivo de verificar qual a concepção deles sobre as relações de trabalho, se estavam pautadas em princípios democráticos ou não e, assim, delinear a percepção do grupo. A amostra foi limitada a oito cooperados, pois, na cooperativa, sempre houve uma grande rotatividade de cooperados e, assim, durante o seu funcionamento sempre contou com um número reduzido de membros, sem manter um grupo constante. Os oito selecionados para a amostra foram aqueles que tiveram um tempo maior de permanência na Cooperativa e aceitaram contribuir com este trabalho.

Por sua vez, o conceito de cooperativa utilizado é o que concebe a organização cooperativa como uma associação de pessoas que buscam alcançar um objetivo comum, através do trabalho coletivo e se obrigam a contribuir com bens ou serviços para a realização de uma atividade econômica, sem visar lucro, mas com o firme propósito de garantir, através do trabalho, sua sobrevivência com dignidade.

Para tanto, faz-se necessário considerar o panorama atual, que evidência uma crise do trabalho, gerando um grande contingente de desempregados, onde o cooperativismo tem assumido um papel importante na busca de soluções para a falta de emprego. Muitos órgãos governamentais, ligados à ação social, têm apontado a organização de cooperativas como uma alternativa para a organização do trabalho e, conseqüentemente, a geração de renda. Também podemos encontrar na realidade atual muitas iniciativas populares e de trabalhadores que assumem o cooperativismo como bandeira contra a situação de precariedade em que vivem.

Abordaremos o cooperativismo autogestionário, considerando que o movimento cooperativista traz como um de seus princípios a gestão democrática, porém uma cooperativa autogestionária busca mais que a gestão democrática, visa a construção de um espaço coletivo para tomada de decisões, entretanto este é um processo ainda incipiente e em fase inicial.



Um desafio que se coloca para uma organização cooperativa na atualidade é que, embora ela seja uma proposta de organização do trabalho diferenciada, ela está inserida em uma economia mundo, baseada no livre mercado, na alta competitividade e na busca desenfreada pelo lucro, pela acumulação. Assim, precisa encontrar uma maneira de manter-se no mercado, sem perder sua proposta de mais equidade entre os cooperados, consolidando-se como uma empresa igualitária, dentro de um cenário de profundas desigualdades. O que é um desafio.

Outra questão que desafia a manutenção da organização cooperativa no mercado é a cultura democrática, ou seja, como garantir a gestão da empresa pelos próprios trabalhadores, com base nos princípios da democracia, se estes vem de realidades totalmente anti-democráticas ou com poucas oportunidades de práticas democráticas. Pois segundo Srour (1994, p. 40), “no caso brasileiro, por exemplo, poderíamos falar tentativamente de modalidades autocráticas, ‘feudalizadas’ e restauradoras (na forma de gestão ortodoxa) e em modalidades paternalista, oligárquica e renovadora (na forma de gestão clássica).”

Na busca de resposta aos problemas apresentados, apoiamo-nos em teorias que tem uma visão crítica perante a organização econômica atual, ou seja, apoiamo-nos em autores que contribuem com teorias que dão suporte a tentativas de mostrar alternativas ao sistema hegemônico, explorador dos trabalhadores e que visa à acumulação de capital, através da competitividade exacerbada da individualidade.

O trabalho organiza-se em quatro capítulos. O primeiro aborda o histórico do cooperativismo, com a intenção de mostrar a evolução deste movimento ao longo da história e, ainda, a organização atual do mesmo. O segundo capítulo tem com objetivo conceituar economia solidária e cooperativismo autogestionário, mostrando as principais organizações que desenvolvem suas atividades dentro desta concepção. No terceiro capítulo é relatado do



processo de formação da Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinitiva, suas legislação e organização e ainda a organização e a proposta pedagógica da Escola de Educação Infantil Ensinitiva. No quarto capítulo, ocorre a discussão dos conceitos de democracia, participação e poder, com base na teoria de alguns estudiosos e dos próprios cooperados. Nas considerações finais é possível encontrar as conclusões a respeito de problema colocado para realização deste trabalho.

A fragilização da classe trabalhadora na atualidade vem exigindo que seus membros busquem alternativas para se manterem no mercado de trabalho e garantirem a dignidade de suas famílias. Assim, o cooperativismo autogestionário tem se mostrado como uma das alternativas possíveis que apresenta relações de trabalho mais democráticas e que indicam uma possibilidade de diminuição da exploração da força de trabalho pelo capital e uma humanização das relações, através do trabalho coletivo estruturado a partir desta opção de organização social do trabalho. Nesta perspectiva, este trabalho mostra-se como uma reflexão sobre esta alternativa de organização do trabalho que vem se fortalecendo nas últimas décadas.



CAPITULO I

O Cooperativismo no mundo

1.1 - O desenvolvimento humano e a luta pela sobrevivência

O homem tem sua origem que decorre da evolução da vida, ou seja, “um processo com leis imanentes à evolução das espécies, não sujeito a qualquer tipo de vontade consciente. Nesse sentido o ser humano é primeiramente uma espécie animal” (DUARTE, 1999, p. 100). O homem evolui organicamente acumulando as cargas genéticas, segundo a evolução da espécie e suas capacidades adaptativas. O conjunto de características da espécie humana é uma categoria biológica, objetiva da espécie, pois não gera uma realidade qualitativamente nova. Segundo estudos da paleoantropologia, o homem passa por três estágios de desenvolvimento na evolução biológica. O primeiro é eminentemente biológicos, semelhante a qualquer outro animal, tem como objetivo desenvolver a capacidade de adaptação ao meio ambiente. O segundo estágio ainda é limitado ao aspecto biológico, mas já começa a mostrar alguns pressupostos da vida social, isso devido ao aparecimento da produção de instrumentos, que é ainda muito rudimentar, e o surgimento das primeiras formas de organização coletiva. O terceiro estágio caracteriza-se pelo aparecimento evolutivo do *Homo sapiens*, o desenvolvimento deixa de ser simplesmente biológico, passando a existir uma prática social, que é a base necessária à existência humana. A espécie humana começa a atingir um certo



nível de organização coletiva. Isso ocorre através da mediação fundamental entre o homem e a natureza, “deixando para trás o estágio no qual a sobrevivência da espécie dependia da relação adaptativa com o meio ambiente” (DUARTE, 1999, p. 100). É evidente que no início desta atividade social o homem ainda é quase que totalmente dependente das forças naturais e impotente frente a eles. A partir de então, o desenvolvimento da espécie humana passa a ser determinado pelas relações que os seres humanos estabelecem entre si, a fim de garantir a sobrevivência, desde

o início da história social, com o surgimento da espécie *Homo sapiens*, conclui-se o processo de hominização, enquanto processo de seleção de espécie, mas não o processo de humanização, enquanto processo de seleção de desenvolvimento do ser humano. O mecanismo fundamental do processo histórico-social de humanização do gênero humano deixa de estar centrado, como no caso do processo de hominização, na relação adaptativa com a natureza, e passa a ser, simultaneamente, um processo de apropriação da natureza, incorporando-a à atividade social humana e um processo de objetivação do ser humano. O homem passa a ‘aspirar e expirar’ as forças da natureza (DUARTE, 1999, p. 100).

Neste sentido, a organização social assume um papel decisivo no processo de desenvolvimento social do ser humano, que sente a necessidade de relacionar-se com o outro, fazendo surgir as práticas mais elementares e simples de cooperação, na perspectiva da simples colaboração e interação social para que haja a produção e dominação da natureza. Nesta concepção, a prática da cooperação (ajuda mútua, colaboração) esteve presente na história da humanidade.

Assim, segundo Rech (2000), no antigo Egito, havia os *grêmios* (reunião de agricultores escravos, com incentivo do Estado); na Grécia, as *orglonas* e *tiãtas* (organização de cidadãos livres e escravos para garantir enterros decentes), no império romano, os *colégios* (reunião de carpinteiros e serralheiros) e as *sodalistas* (organização para garantir enterros religiosos) e, na época dos primeiros cristãos, os *ágapes* (organizações que visavam atender às necessidades de consumo de seus integrantes). Na América, os *Incas* e os *Astecas*, desenvolveram experiências e criaram formas expressivas de solidariedade, cooperação e vida

como um todo. Todos estes exemplos indicam ações de luta pela sobrevivência entre os homens.

A cooperação, colaboração, prática de ajuda mútua e interação estiveram presentes na vida agrícola desde os tempos primitivos, também entre os romanos encontram-se as origens de formas de economia coletiva comprovando o espírito de colaboração e cooperação.

Até os tempos modernos foram mantidas associações que datam da antiguidade cujo fim era a realização de certos objetivos como, por exemplo, associações de drenagem, de irrigação, de diques, de serrarias para a exploração de floresta (JUVÊNCIO; ANDRADE; PANZUTTI, 2000, p.10).

Os autores Schneider (1999), Sousa Santos (2002) e Rech (2000) ainda relatam que foram descobertos, desde os primeiros tempos da Idade média, nos Alpes suíços, italianos, franceses e ingleses, as associações de pequenos produtores para obtenção de leite para fabricação de enormes queijos de *gruyère*.

Os povos cristãos, na idade média, desenvolveram organizações econômicas nos mosteiros que “eram espécies de cooperativas integrais, onde a produção e o consumo processavam-se em comum” (JUVÊNCIO, ANDRADE, PANZUTTI, 2000, p. 10). Na época primitiva também era possível encontrar formas de cooperação e colaboração que era denominada de o *solar medieval*, no qual a exploração agrícola abrangia o domínio onde trabalhavam os servos, os vassalos do Senhor e, enfim, as *comunas* (campos, bosques, pastagens), que eram exploradas em comum pelos habitantes do solar de forma quase igualitária.

Durante o século XVII, Plockboy incentivou a formação de grupos econômicos de agricultores, artesãos, marinheiros e professores, para que se organizassem em grupos de cooperação integral. John Bellers imaginava *Colônias cooperativas de trabalho*, congregando de 300 a 3.000 cooperados, que poderiam reduzir as suas próprias despesas, eliminando assim os lucros de intermediários e interferências de terceiros.



À medida que a espécie humana se desenvolve, as organizações sociais assumem formas mais complexas e desempenham atividades com o propósito de apoderar-se de produtos naturais em seu próprio proveito. Para o homem que tem um espírito social, este processo se dá no seio das interações sociais. Nesta busca de satisfação das necessidades que garantam a sobrevivência o homem cria o trabalho, entendido como uma atividade de apropriação da natureza, para atender aos seus interesses, pois “o homem não cria uma realidade sua, humana, sem apropriar-se da realidade natural” (DUARTE, 1999, p. 34).

“O objeto em seu estado natural é resultado da ação de forças físico-químicas e dependendo do objeto, de forças biológicas. Enquanto instrumento passará a ser resultante também da vontade e da atividade humana.” (DUARTE, 1999, p. 34) No processo de transformação do objeto em instrumento, o homem acaba nele objetivando-se, transformando-o em objeto humanizado, portador de atividade humana. Ou seja, ao sofrer a ação humana o objeto passa a ter novas funções, passa a ser portador de funções sociais. O homem se apropria da natureza objetivando-se nela, para inseri-la em sua atividade social.

A relação entre objetivação e apropriação se realiza na incorporação de um objeto natural à atividade social humana, fazendo com que surjam novas forças e necessidades, em função de novas ações geradas pelo enriquecimento da atividade humana. Esse é um ponto importante para estabelecer historicamente essa relação entre objetivação e apropriação na atividade social. A apropriação de um objeto gera, na atividade e na consciência do homem, novas necessidades e novas forças, faculdades e capacidades. Segundo Marx e Engels este foi o primeiro ato histórico. Para resumir,

a atividade humana é uma atividade histórica e geradora da história, do desenvolvimento humano, da humanização da natureza e do próprio homem, em decorrência de algo que caracteriza a especificidade, a peculiaridade dessa atividade frente a todas as demais formas de atividade de outros seres vivos. (DUARTE, 1999, p. 38)

O desenvolvimento da espécie humana do aspecto biológico para o aspecto histórico-social foi um longo processo, que nasceu de um momento histórico, no qual o homem buscava, na organização coletiva, a satisfação das necessidades básicas, através do trabalho que é a base desta organização.

Segundo Braverman (1987, p. 49-50),

Os vegetais absorvem umidade, minerais e luz do sol; os animais alimentam-se de vida vegetal ou da rapina. Mas apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade. Pássaro, castor, aranha, abelha e térmita, ao fazerem ninhos, diques, teias e colméias, trabalham, por assim dizer. Assim, a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transforma-la para melhor satisfazer suas necessidades. Entretanto, o que importa quanto ao trabalho humano não é a semelhança com o trabalho de outros animais, mas as diferenças essenciais que o distinguem como diametralmente oposto. [...] O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo.

Assim, o homem ao longo de seu desenvolvimento foi construindo formas de organizações sociais, que o levassem à satisfação de suas necessidades e garantissem a sua sobrevivência diante do ambiente em que vivia, respeitando as imposições desta sociedade.

1.2 - O cooperativismo e a cooperação.

O sistema cooperativista levanta a bandeira da Cooperação, que na origem primitiva do vocábulo é a idéia de *trabalhar junto*. “Há a suposição oculta de que as pessoas que cooperam estão trabalhando juntas de boa-fé, não se tendo reunido para se aproveitarem de quem quer que seja. Não se supõe ou toleram atividades subversivas ao bem-estar geral” (BOGARDUS, 1960, p. 109). Os ideólogos do cooperativismo defendem a idéia da cooperação como processo de ajuda/auxílio mútua, solidariedade, interação social, ação conjugada e, enfim, vida em comum.

Porém, o modo de produção capitalista também utiliza-se deste vocábulo em seu desenvolvimento cotidiano. A lógica capitalista tem evocado o termo cooperação para justificar o aumento da produtividade e da competitividade no mercado de trabalho. Grandes empresas têm desenvolvido programas de treinamento baseados no espírito de equipe e na cooperação como meio de criar um ambiente mais agradável de trabalho, no qual o trabalhador produza feliz e com o mínimo de stresse.

De acordo com Marx, o processo de produção capitalista visa agregar o maior “número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista” (MARX, 2002, p. 375). Olhando por este prisma, a grande diferença entre a manufatura e o artesanato das corporações era o número de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital, ou seja, no primeiro momento a diferença era só quantitativa. Porém, com o desenvolvimento dos meios de produção e o incremento do valor-de-troca às mercadorias, é mais econômico para o capitalista concentrar os meios de produção para uso comum em larga escala, pois custa menos trabalho e recursos construir uma oficina para vinte pessoas do que dez oficinas para duas. Esta economia nos meios de produção barateia os custos da mercadoria, reduzindo a valor da força de trabalho e causa alteração na relação entre a mais-valia e o capital total adiantado.

Neste contexto, as condições de trabalho são consideradas como independentes do trabalhador, como se não fosse de interesse do trabalhador discutir sobre os meios/métodos que podem elevar sua produtividade pessoal. Para Marx, a cooperação cria uma força produtiva nova, chamada força coletiva, pois se traduz na

soma das forças mecânicas dos trabalhadores isolados diferentes da força social que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação

indivisa [...] a nova potência que surge da fusão de muitas força numa força comum, o simples contato social, na maioria dos trabalhos produtivos, provoca emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os, o que aumenta a capacidade (MARX, 2002, p. 378-379).

Um grande *best-seller* dos meios empresariais da atualidade é o livro “Os donos do futuro” e, no bojo de seus ensinamentos, o autor (SHINYASHIKI, 2000) traz exatamente a mensagem da cooperação como meio de aumento da produtividade, colocando a força coletiva como meio para vencer os desafios propostos pelo terceiro milênio às grandes empresas e, principalmente, para a manutenção do emprego.

A lógica da cooperação capitalista visa conduzir os trabalhadores a uma colaboração para com a empresa/capital, evitando conflitos internos e vivendo em harmonia, e não à superação da dominação do capital pelo trabalhador, ou seja, sua emancipação.

Quanto à cooperação, na perspectiva cooperativista, há uma intencionalidade de mudança, porém talvez não chegue a uma intencionalidade verdadeiramente revolucionária, mas chegue somente a uma intencionalidade reformadora.

1.3 - Histórico do Cooperativismo

O movimento cooperativista oficial data do século XIX, tendo como um dos principais representantes em nível mundial Robert Owen que, na Inglaterra, participou diretamente da fundação das primeiras comunidades cooperativas, contribuindo significativamente para a tradição intelectual do movimento.

Segundo Schneider (1999), o momento histórico que antecedeu as primeiras cooperativas, foi caracterizado por uma grave crise econômica e social do proletariado, por

uma efervescência política e uma situação pré-revolucionária. Retrato de um movimento,

que lutava por um *Novo Mundo Moral*, a ser formado através de um vigoroso esforço educacional junto à classe proletária e inspirado na visão da *religião racional* proposta por Owen, em substituição às religiões convencionais com as quais havia rompido. Os muitos seguidores de Owen espalhavam-se entre inúmeros grupos ou núcleos distritais, especialmente de 1825 a 1835. Neste período, se fundaram vários sindicatos, mas sob a forma de entidades assistencialistas para fugir aos rigores da lei que proibia a formação de sindicatos, secundados pela fundação de várias cooperativas, umas patrocinadas pelos owenistas e outras por William King. Em 1835, tanto os sindicatos como as cooperativas estavam articulados em nível nacional, cada qual contando com uma União ou Federação Nacional. Mas já em 1836 ocorre a dissolução da Federação Sindical, acompanhada pela dissolução de muitos sindicatos. Como muitos sindicatos haviam patrocinado a fundação e o desenvolvimento de cooperativas de consumo e a própria Federação Cooperativa pouco depois encerrariam suas atividades (SCHNEIDER, 1999, p.38-39).

Na Inglaterra, a tradição cooperativa tem basicamente suas raízes nas cooperativas de consumo que começaram a surgir em 1769 nos moinhos e padarias, devido ao aumento do preço da farinha.

A cooperativa de Lennoxton, fundada em 1812, segundo Cole, foi a primeira a adotar a norma da distribuição das sobras na proporção das transações com a cooperativa, secundada depois, em 1835, na aplicação deste mesmo princípio, pela cooperativa fundada por Michel Derrion, em Lyon, com o nome de "*Commerce Véridique et Social*". Em 1777, fundou-se em Birmingham, a primeira cooperativa de produção, integrada por alfaiates. Todas elas, porém, funcionaram só por pouco tempo e nem chegaram a construir um movimento (SCHNEIDER, 1999, p. 39).

Neste período, foram formadas muitas cooperativas de consumo, na Inglaterra, e surgiram vários periódicos que fomentavam ainda mais a formação de cooperativas. Assim, entre

[...] 1826 a 1835, surgiram pelo menos 250 cooperativas de consumo, das quais 50 só em Londres, chegando, em 1835, a um total de 300 cooperativas. Esta rápida multiplicação foi acompanhada por um movimento de articulação nacional, através da realização de oito congressos entre 1827 e 1835.

Owen participou do congresso de 1833, onde propôs a união das classes trabalhadoras de todas as nações. Em 1834, se fundou a Federação Sindical sob inspiração owenista. Mas pouco depois Owen foi destituído da direção do movimento sindical, escolhendo-se, em sua substituição, legítimos líderes de extração operária (SCHNEIDER, 1999, p. 40).

Sentindo-se marginalizado dos sindicatos e das cooperativas, Owen passou a desacreditar este movimento enquanto possibilidade de transformação da sociedade. Assim,

voltou-se à criação da *Comunidade Universal da Sociedade dos Religionistas Racionais*, em 1843, com o objetivo de formar comunidades cooperativas que seriam instrumentos na construção do *Novo Mundo Moral*. Porém, muitos de seus seguidores começaram a constituir seitas de caráter religioso, baseadas na filantropia universal, propondo a vivência em comunidade ou colônias, mas sem vínculo com o movimento sindical ou com o embrionário movimento cooperativista. Em 1844, Owen foi forçado por seus próprios seguidores a renunciar à direção da colônia de Queenwood, devido a sua administração extravagante sem base econômico-financeira. Alguns dos participantes das experiências nas colônias Owenistas foram os pioneiros ou membros da cooperativa de Rochdale. Com o desvirtuamento do Owenismo para o campo mais religioso, esta doutrina perdeu a evidência para as pessoas e movimentos empenhados em reagir contra a exploração do trabalho no capitalismo e em luta pela construção de uma nova sociedade.

Seguindo a mesma linha de ação, pode-se citar William King, também na Inglaterra, que, desde 1827, incentivou as cooperativas de consumo. Ele escreveu e publicou mensalmente o jornal *The Cooperator*, no período de 1828 a 1830, no total 28 números. Em 1832, no Congresso Cooperativista, King apresentou um programa de transformações econômicas e sociais através das cooperativas. Tanto o jornal, como o programa, apresentados no Congresso foram utilizados como materiais básicos de discussão para os pioneiros de Rochdale.

Willian King, o “médico dos pobres” de Brighton, se inspirava em Robert Owen ao pleitear profundas transformações na sociedade, mas de forma gradual e sem violência, através de mudanças na organização econômica e no comportamento das pessoas (SCHENEIDER, 1999, p. 84).

Ele se diferenciava de Owen em alguns pontos. Ele acreditava que a cooperativa de consumo pudesse ser o ponto de partida para o processo de transformação social e Owen propunha que a transformação social fosse fruto das colônias cooperativas. Enquanto Owen

aceitava doações do poder público e de pessoas ricas, a proposta de King era de que a classe trabalhadora colocasse suas pequenas economias em comum para a fundação da cooperativa de consumo e, por estar alicerçada em recursos próprios e na ajuda mútua, a classe trabalhadora poderia gozar de plena independência e autonomia.

Gerando aos poucos o seu próprio capital, criaria as condições de libertar-se da dependência dos donos do capital. E nisto residiria a grande força da classe trabalhadora: através de organizações cooperativas de consumo, gerar progressivamente os recursos, que permitiriam avançar por etapas, primeiro nos campos da produção industrial depois da produção agropecuária (SCHNEIDER, 1999, p. 84)

Outro ponto de divergência era o paternalismo e a tendência de concentrar as decisões que Owen demonstrava, enquanto King propunha uma organização democrática, com a participação de todos os cooperados ou associados nas decisões do empreendimento.

Desse modo, o Programa Cooperativação Integral de Willian King tinha como base a proposta de uma

reforma econômica e social em prol do operariado oprimido pelo capitalismo industrial de então, começando pela criação e expansão de cooperativas de consumo e, através das poupanças nelas geradas, partir nas etapas sucessivas para a aquisição do controle das atividades industriais e, por fim, através da aquisição de propriedades rurais, assumir o controle do processo produtivo agropecuário.

King aceitava a teoria de Owen sobre o crescimento da miséria. A pobreza e marginalidade social, a criminalidade e o alcoolismo eram conseqüência do sistema econômico e social injusto e não conseqüências de fatores individuais e culturais (falta de disposição para o trabalho disciplinado e de vontade de progredir) como ensinavam as teorias liberais de então. Frente a esta situação, o proletariado não poderia fatalística e passivamente assumir uma atitude de vítima da situação. O operariado deveria ser capaz de remediar sua situação. Como? [...] Somente unindo-se e aplicando suas escassas poupanças num fundo comum, eles viabilizariam a cooperativa de consumo e seu emprego ou sua possibilidade de renda. Portanto, o recurso deste fundo não deveria destinar-se a empréstimos a terceiros como recomendavam os capitalistas, mas, sim deveria ser aplicado na constituição de cooperativas prestadoras de serviços ou na criação de oportunidade de emprego para os que punham o seu capital em comum [...].

King, ao apresentar estas propostas, se identificava com a visão liberal de sua época, quando os serviços de educação, de previdência e assistência social, etc., deveriam ser incumbência da sociedade, mas sob forma associativa e não através de Estado ou de iniciativas individuais capitalistas (Schneider, 1999, p. 85-86)

A busca constante de conciliar os direitos (interesses individuais) e deveres recíprocos era a base dos princípios morais para as comunidades cooperativas, que deveriam seguir a inspiração cristã do “amar ao próximo, como a Ti mesmo”. Neste sentido, a educação

cooperativista assumia um papel fundamental e deveria estar muito presente no processo de cooperação.

Para William King o comprometimento das pessoas envolvidas era fundamental para que a visão autogestionária e democrática vigorasse. Assim, discutir como administrar seus negócios, exercitando as habilidades de julgar, pensar, avaliar as possibilidades, de calcular e prever ganhos e perdas, era importante para os trabalhadores. Os conhecimentos de administração, contabilidade e direito seriam fundamentais para que o cooperativista realmente tivesse uma participação efetiva na administração da cooperativa, bem como conseguisse a verdadeira autonomia financeira e uma efetiva prática autogestionária e democrática.

Apesar de toda a insistência de King na autonomia financeira e na vigência democrática das cooperativas, a iniciativa por ele implantada não teve longa duração. Das mais de 300 cooperativas de consumo, segundo o modelo de King, existentes até 1835, poucas sobreviveram depois desta data. Isto se deveu, ao grande rigor na seleção dos candidatos a associados, à não-distribuição das sobras, apesar de as mercadorias serem vendidas a preços de mercado, destinando-se todos os excedentes líquidos para um fundo indivisível, e à não remuneração do capital. Todas eram medidas que renderiam serviços aos sócios apenas a médio e longo prazo, porém a quase totalidade dos associados tinha necessidades a serem atendidas a curto prazo, para minorar sua grave situação econômica e social. (SCHNEIDER, 1999, p.87)

Outro nome importante para o movimento cooperativista é o de François Charles Fourier que, na França, também pregava a formação de diversos grupos organizados em vida comunitária. Ele propunha a formação das *falanges*, que eram grupos econômicos que reuniam os membros de todas as classes sociais. Estas organizações mencionadas não tinham caráter comunista, tendo em vista que mantinham a propriedade, a hereditariedade, o capital, o interesse.

O excedente é repartido entre o trabalho, o capital e a inteligência. Embora a sua fórmula não seja cooperativa, aparece aí a idéia de que ao trabalhador deve caber uma parte do produto social na proporção de sua contribuição pessoal ao trabalho coletivo (JUVÊNCIO, ANDRADE, PANZUTTI, 2000, p. 13).

Fourier argumentava que bens de consumo eram encarecidos pela grande quantidade de intermediários, por isso planejou a criação destas comunidades para melhorar a distribuição dos frutos do trabalho do homem. Além disso, segundo Farias (2002), Fourier também se preocupava que o trabalho fosse uma ação agradável, portanto nenhum trabalhador ficava restrito a uma única atividade, tinha como proposta o revezamento dos trabalhadores entre todos os postos de trabalho, pois entendia esta proposta como uma forma de transformar o trabalho em uma atividade prazerosa.

Charles Fourier não tinha como proposta organizar cooperativas, porém os princípios que ele propôs, de acordo com Schneider (1999), foram importantes e inspiraram o movimento cooperativista, tais princípios eram: a idéia da associação e a ênfase na união dos fracos e explorados nas atividades econômicas; a cooperação e a organização do trabalho como uma possibilidade de melhoria das condições de trabalho e vida do operariado; a organização que presta serviços aos homens que cooperam; a organização de trabalhadores representaria uma economia coletiva, devendo integrar um todo maior, com caráter permanente; os operários organizados em plena igualdade de direitos. A organização deveria atingir o nível interpessoal, chegando a níveis de organização comunitária, “para propor à sociedade um sistema sócio-econômico predominante, baseado na cooperação e na igualdade de direito e oportunidade” (SCHNEIDER, 1999, p.37).

Outro precursor do Cooperativismo, Philippe Buchez, teve sua atuação voltada para as cooperativas de produção industrial. Postulava a criação de um cooperativismo autogestionário, sem a interferência do governo ou ajuda externa, partindo “da idéia de que a classe operária deve vencer por si mesma. Nem o Estado, nem a filantropia devem intervir” (JUVÊNCIO, ANDRADE, PANZUTTI, 2000, p. 13).

Buchez fundou duas cooperativas de produção na Bélgica, uma em 1832, que foi liquidada logo depois; e uma outra em 1834, que foi liquidada em 1873. O princípio dos fundos indivisíveis era a base da proposta de Buchez, ou seja, 80% do excedente era distribuído aos membros trabalhadores e 20% era destinado aos fundos indivisíveis, que no caso de liquidação seriam destinados a outra organização do mesmo ramo.

E, finalmente, Louis Blanc, outro precursor “foi um agitador político e homem de ação, de idéias cooperativas mais realistas que as de seus predecessores e contemporâneos” (JUVÊNCIO, ANDRADE, PANZUTTI, 2000, p. 14).

Louis Blanc acreditava que apenas a vida em comunidade, alcançada por meio das associações, poderia impulsionar as transformações sociais. O Estado deveria ajudar na criação e desenvolvimento desses organismos autônomos e afastar-se tão logo eles se estabilizassem econômica, política e socialmente (FARIAS, 2002, p. 25).

Na sua obra *A Organização do Trabalho* defendia que a solução do problema social, próprio da economia moderna, passava pela organização do trabalho associado. Na época de Blanc, o termo *cooperação* ainda não havia sido utilizado na França, mas o que ele entendia por *associação* era na verdade o conceito moderno de cooperativa, com base no direito de trabalho, garantindo a todos a verdadeira liberdade baseada na instrução geral e nos instrumentos de trabalho.

Em 1848, foi criada a primeira associação operária de produção pela iniciativa de Louis Blanc, em Paris, com o objetivo de confeccionar uniformes para a Guarda Nacional. Como esse primeiro exemplo teve bom resultado e serviu de estímulo para outras organizações, em suas últimas publicações, Louis Blanc modificou e ampliou seu programa de organização do trabalho para as organizações comerciais, de crédito e agricultura. Ele acreditava que a cooperativa operária de produção não era uma instituição isolada, mas a célula de uma grande organização que seria a base de um novo sistema econômico nacional.

Todos esses homens são chamados de precursores ou fundadores do cooperativismo moderno, eles contribuíram para a formação da concepção de cooperativa, para formulação de uma política cooperativa e para definição dos princípios básicos da organização e do funcionamento dessas instituições. Entre estes pensadores existem diferentes pontos de vista sobre certos aspectos da doutrina cooperativa, que persistem até hoje entre os diversos ramos do movimento cooperativo mundial. Porém, existem vários pontos em comuns, que imprimem uma identidade ao movimento cooperativo de caráter econômico e social.

O movimento cooperativo moderno tem as seguintes características fundamentais, desenvolvidas pelos seus precursores e que se mantêm até hoje:

1. A idéia de associação: princípio da harmonia de vida e não o da luta pela vida.
2. A idéia de organização dos interesses do trabalho: a cooperação é uma ação das classes laboriosas da nação (classes laborais empregada no sentido lato).
3. A idéia de livre iniciativa: a emancipação das classes operárias se faz por iniciativa própria de interesses. É uma ação de auto-assistência, muito diferente das ações filantrópicas e de autoridade pública, cujo objetivo é a defesa dos interesses dos fracos sob o ponto de vista econômico.
4. A prestação de serviços sem interesse de lucro: a cooperação faz um apelo ao homem para que se associe com seus semelhantes. Assim, o capital não é senão o meio de realização dos fins da instituição. A cooperação não tem em vista o lucro, mas a procura de trabalho para os associados. Esta idéia de eliminação do lucro industrial ou comercial é encontrada em muitos desses pensadores sociais, apóstolos da cooperação moderna.
5. A idéia de grande organização federativa: as unidades cooperativas não são consideradas isoladamente, mas como cédulas de uma grande organização federativa posta a serviço do interesse geral.
6. A idéia de organização cooperativa da economia social: o objetivo do movimento é a transformação do regime econômico social atual em outro baseado na organização cooperativa da economia social (JUVÊNCIO, ANDRADE, PANZUTTI, 2000, p. 15).

1.4 - A Cooperativa Pioneira de Rochdale

Conforme o exposto, o cooperativismo que explode no século XIX foi fruto das vivências e das contribuições dos precursores do movimento cooperativista. O grupo que

ficou conhecido como os *Pioneiros de Rochdale* não era de formação recente, alguns de seus membros foram fiéis seguidores de Owen, integrando seu grupo de missionários.

Em 1830, foi fundada a *Rochdale Friendly Co-operative Society*, com 60 tecelões como sócios que haviam participado dos congressos cooperativos de 1832. Charles Howarth e outros pioneiros, em 1838, aderiram à *Comunidade universal dos religiosos racionais*, de inspiração owenista, e conseguiram uma sala de reuniões. Os tecelões realizaram esta reunião buscando uma alternativa para a realidade em que viviam, No decorrer das discussões o cooperativismo se colocava como uma possibilidade, mas devido às experiências anteriores que foram marcadas pelo insucesso, houve manifestações contrárias a formação de uma sociedade cooperativa.

Mas o grupo dos cooperativistas não se deixou vencer, respondendo que o insucesso dos antigos armazéns de consumo explica-se por certos defeitos de organização mais racional. Lembraram, principalmente, que esses armazéns haviam distribuído mercadoria a crédito, os sócios não pagavam suas dívidas e os armazéns cooperativos, depois de certo tempo, ficavam sem mercadoria e sem meios financeiros disponíveis. Ressentiam-se os armazéns ainda da falta de dirigentes conscienciosos e competentes e de um verdadeiro espírito de solidariedade dos membros. Esses não eram fiéis à sociedade e faziam suas compras em outros armazéns. Alias, o modo de distribuição das sobras, em relação ao capital, quase que não contribuía para atrair os associados para o armazém cooperativo (JUVÊNCIO, ANDRADE, PANZUTTI, 2000, p.16).

Os homens que acreditavam no cooperativismo venceram os argumentos daqueles que não viam no cooperativismo uma possibilidade de emancipação da classe operária.

Em 1843, os tecelões decidiram deflagrar uma greve, devido à demissão de dez companheiros, reivindicando melhores salários e melhores condições de trabalho. A greve fracassou, porém desencadeou uma série de reuniões nas quais foi discutido e amadurecido um novo modelo de organização cooperativa, tendo sempre como referência as experiências anteriores.

A influência do ideal owenista e socialista, segundo Holyoake, esteve especialmente nestas reuniões, pois estavam convencidos de que era preciso modificar o conjunto das circunstâncias e o ambiente social, para criar um espaço de maior dignidade para

o trabalhador. Mas o ponto de partida teria que dar-se através de um novo modelo de cooperativa de consumo. Quando este modelo, baseado unicamente na auto-ajuda, aos poucos se foi delineando, decidiram iniciar a arrecadação de contribuição entre os companheiros, para a formação de um fundo comum. (SCHNEIDER, 1999, p. 44)

Os humildes tecelões, então, começaram a reunir suas economias para formar os fundos necessários para realizar seu projeto. “O início foi lento e difícil, o que era natural, considerando-se a crise que oprimia a população operária da região. Foi necessário um ano para economizar a famosa soma de 28 libras esterlinas” (JUVÊNCIO, ANDRADE, PANZUTTI, 2000, p.17).

Quando atingiram o valor mencionado, decidiram fundar e registrar oficialmente a cooperativa com o nome de *Rochdale Society of Equitable Pionners*, o que ocorreu em outubro de 1844. Eram 28 associados e, com o dinheiro que dispunham, alugaram uma sala num prédio de Rua *Beco do Sapo* e compraram uma pequena quantidade de farinha, azeite, açúcar e de outras mercadorias. No mês de dezembro o armazém cooperativo foi inaugurado.

A inauguração do armazém foi também a inauguração do cooperativismo moderno e, nesta ocasião, foi lançado por Charles Howarth o *manifesto dos pioneiros*, que expressava os objetivos princípios da iniciativa e um preâmbulo dos Estatutos.

As normas ou os princípios formulados pelos pioneiros nos estatutos primitivos foram seis: democracia, livre adesão, liberdade para sair da cooperativa, compras e vendas à vista, juro limitado ao capital, retorno das sobras (SCHNEIDER, 1999, p. 50).

Em 1845, o Estatuto foi reformulado, reafirmando a democracia, a livre adesão, juro limitado ao capital, incluindo a distribuição dos excedentes primeiramente para finalidades sociais e depois sob a forma de retorno aos associados, venda a não membros, aperfeiçoamento intelectual dos associados, através de descontos dos excedentes para a educação e devolução desinteressada do ativo líquido.

Não existe um tipo único de organização cooperativa, mas, de modo, geral a proposta de Rochdale ficou como referência. Há variações e, conforme o estágio democrático de cada país, o cooperativismo assume características comunitário-participativas mais ou menos avançada.

A experiência de Rochdale é um marco para o cooperativismo, mas, tanto os pioneiros da Inglaterra, como os grupos e pessoas que praticavam e praticam a idéia da cooperação tentam responder aos muitos problemas gerados, pela Revolução Industrial, para a classe operária e para o campesinato.

1.5 - Os Princípios do Cooperativismo

A experiência pioneira da Rochdale instituiu as normas e os princípios básicos e primários do cooperativismo mundial. Porém, na literatura disponível há uma certa discordância quanto à quantidade e a quais são eles.

No Manual Prático: *Cooperativismo de Trabalho* (1997, p. 11) elaborado pela equipe do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) do Estado de São Paulo, encontramos os seguintes princípios creditados à cooperativa de Rochdale:

adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento, informação, cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade.

Schneider (1999, p. 50) ressalta que os pioneiros de Rochdale definiram, em seus estatutos primitivos, seis princípios, sendo eles:

democracia, livre adesão, liberdade para sair da cooperativa, compras e vendas à vista, juro limitado ao capital, retorno das sobras. Nas emendas aos estatutos de

1845, se reafirma a democracia, a livre adesão (mas se fixa provisoriamente um limite de 250 associados), juro limitado ao capital, distribuição dos excedentes primeiramente para finalidade sociais e, depois, sob forma de retorno aos associados, venda a não-membros, aperfeiçoamento intelectual dos associados, através de descontos dos excedentes para a educação e devolução desinteressada do ativo líquido.

Rodriguez e Santos (2002, p.34) relatam um conjunto de sete princípios que são:

o vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros –; o controle democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa –; a participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proveitos–; a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva –; a cooperação entre cooperativas através de organização locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para os desenvolvimentos da comunidade em que está localizada a cooperativa.

Em 1845, os princípios e as normas da sociedade cooperativa de Rochdale foram reformulados, o que resultou na seguinte configuração.

O primeiro princípio versa sobre a democracia, sendo abordado em onze artigos do Estatuto de Rochdale e definindo que a administração da cooperativa deveria ser realizada pelos próprios cooperados, os quais, por sua vez, deveriam participar ativamente das decisões, através das Assembléias Gerais e do Conselho Administrativo, eleito por eles mesmos. A tomada de decisão e a definição de políticas é realizada pelo grupo e por votações. O direito a voto é individual, independentemente da quantidade de quotas, cada associado vale um voto. Neste aspecto a sociedade cooperativa é diferente das sociedades capitalistas, nas quais a participação é definida pelo capital investido.

Outro princípio abre a cooperativa a qualquer pessoa disposta a aceitar as responsabilidades e compromissos desta forma de organização. Mas o estatuto da cooperativa poderá prever critérios para entrada e saída de cooperados a fim de garantir a possibilidade de manter uma cooperativa com pessoas sempre do mesmo ramo de atividade e com os mesmos objetivos. A saída de um cooperado também é livre.

Outro princípio era de que

todas as compras da cooperativa terão que ser à vista, bem como todas as vendas aos associados terão que ser feitas com pagamento à vista. Todo dirigente ou funcionário que infringir esta norma, pagará uma multa e será destituído de sua função (SCHNEIDER, 1999, p.51)

E, finalmente, os associados deveriam contribuir igualitariamente e controlar democraticamente o capital da cooperativa. As sobras seriam distribuídas, de acordo com a decisão dos sócios, criando fundos para o desenvolvimento da cooperativa, ou então, destinando-os aos sócios na proporção do trabalho realizado. É importante lembrar que as cooperativas necessitam de capital para que iniciem suas atividades, assim, é fundamental que os associados invistam um capital inicial, que é dividido em quotas-partes.

Em 1854, os estatutos e normas foram novamente alterados, mas nesta ocasião, segundo Schneider (1999), houve apenas a introdução de algumas normas e princípios.

As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus associados. No caso de as cooperativas firmarem acordos com outras organizações, inclusive órgãos governamentais ou instituições financeiras, elas deverão assegurar o controle democrático por seus sócios e a manutenção de sua independência.

As organizações cooperativas devem proporcionar aos cooperados, conforme os princípios do movimento, ações educacionais e de treinamento. Esse processo fortaleceria o princípio da gestão democrática, pois ofereceria ao cooperado condições para que o mesmo pudesse participar ativamente da cooperativa, o que ainda, formaria novos líderes para o movimento.

O trabalho em conjunto com outras cooperativas fortalece o movimento, firmando a proposta e possibilidade de intervenção na transformação da sociedade. Mas é fundamental não perder de vista que a cooperativa precisa atender aos seus associados, em primeiro lugar.

Ainda, as cooperativas devem trabalhar para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através da elaboração de políticas cooperativas, aprovadas por seus cooperados. Deve haver uma relação muito próxima entre a cooperativa e a comunidade em que ela se encontra. Mesmo tendo como objetivo central oferecer benefícios aos sócios, o princípio da cooperação deve envolver os valores sociais da participação, da igualdade e da justiça, atingindo a comunidade do entorno.

Concluindo, os princípios de Rochdale foram modificados e expandidos nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional: em Paris (1932), Viena (1966), Tóquio (1992) e Manchester (1995). Neste último, foram, pela primeira vez, declarados os valores do cooperativismo, sendo eles: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade e reforçados pelos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social, preocupação pelos cooperados. Mas, foi em 1937, que a Aliança Cooperativa Internacional fixou os sete princípios do cooperativismo mundial, pela primeira vez.

1.6 - Cooperativismo moderno

No dicionário Sacconi da Língua Portuguesa (1996) cooperativismo é um sistema econômico baseado no princípio cooperativo. E a palavra *cooperativo* é um adjetivo do verbo cooperar, que se define por colaborar, ajudar e atuar ao mesmo tempo e para o mesmo fim. Ainda conceitua cooperativa como uma empresa em que os sócios participam do capital, do trabalho e da gestão, para benefício mútuo; organização que produz e distribui gêneros sem



finalidade lucrativa entre seus associados e, finalmente, estabelecimentos que distribui esses gêneros.

Segundo Pinho (1961, p. 17)

etmologicamente cooperação (do latim *cooperatio*) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo mais ou menos organizado para alcançar o mesmo objetivo

Para a mesma autora (1962, p. 24) “cooperativismo é a doutrina que visa à correção do meio econômico-social através de cooperativas, ou seja, pela promoção e de distribuição, baseado no *self-help* seu fim último é a reforma moral do próprio homem”. E completa que cooperativa é uma

sociedade de pessoas, organizadas em bases Rochdaleanas, que visa não apenas a suprir seus membros de bens e serviços, como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Cooperativas, qualquer que seja sua natureza civil ou mercantil, são sociedades de pessoas e não de capital, de forma jurídica *sui generis*, que se distinguem das demais pelas características básicas de associação cooperativista (PINHO, 1962, p.25).

Outra definição, extraída do livro de Franke, retirada dos Relatórios do Congresso de Praga, ocorrido em 1948, afirma:

será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mútua e que observa os princípios de Rochdale (FRANKE, 1973, p.69).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua recomendação 127, define cooperativa como:

uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente. (RECH, 2000, p. 22)

Em setembro de 1995, no Congresso de Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, reunido em Manchester, na Inglaterra, cooperativa foi definida como

uma associação autônoma de pessoas que se uniram voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada. (RECH, 2000, p. 22)

A Lei 5764/71, que dispõe sobre a Política Nacional de Cooperativismo, no Brasil, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências, definindo no seu artigo 4º o que é uma sociedade cooperativa

são sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I. adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II. variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;
- III. limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV. inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V. singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI. "quorum" para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII. retorno das sombras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII. indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- IX. neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X. prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI. área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Nesta lei, as cooperativas são consideradas singulares, centrais ou federações e confederações de cooperativas, podendo ainda ser classificadas pelo objeto e natureza da atividade que realizam.

No *Manual prático: cooperativismo de trabalho*, da coleção Como Montar, elaborado pelo SEBRAE-SP, em 1997,

cooperativismo é o movimento internacional que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, através da organização social e econômica da comunidade em bases democráticas, para atender suas necessidades reais, remunerando adequadamente o trabalho de cada um dos cooperados (SEBRAE, 1997, p. 10).

É mais que uma doutrina, é um sistema, ou forma de livre associação, baseado em valores e princípios, através da auto-ajuda, buscando benefícios sócio-econômicos para seus participantes. Assim, cooperativa é

uma associação de pessoas unidas voluntariamente que, reciprocamente, obrigando-se a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, em proveito comum, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada, sem objetivo de lucro (SEBRAE, 1997, p. 10).

Outra definição que contribui para que se tenha uma compreensão sobre o cooperativismo é dada por Hiriart, ao afirmar que cooperativa é uma

sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita à falência, constituídas pelo número mínimo de 20 pessoas físicas. É uma empresa com dupla natureza, que contempla o lado econômico e o social de seus associados. O cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa: enquanto dono ele vai administrar a empresa e enquanto usuário ele vai utilizar os serviços (HIRIART, 2000, p. 10).

Na visão de Panzutti (2000), o cooperativismo é ao mesmo tempo uma sociedade de pessoas e uma empresa, definindo cooperativa como:

uma associação de pessoas, com três características básicas: 1) Propriedade cooperativa: significa que os usuários da cooperativa são os seus proprietários e não aqueles que detêm o capital; 2) Gestão cooperativa: implica concentração do poder decisório em mãos de associados; 3) Repartição cooperativa: significa que a distribuição de sobra da cooperativa (sobra líquida) é feita proporcionalmente à participação dos associados nas operações da mesma.

Tais características conferem à cooperativa o caráter de “empresa-associada”, já inclui:

- a) Associação voluntária de pessoas que constituem uma sociedade; e
- b) Empreendimento comum pelo qual esta sociedade alcança seus objetivos.

A empresa cooperativa deve ser entendida tanto como unidade de produção quanto em sua dimensão econômica e social, pois combinam caracteres de associação e de empresa, ou seja, a associação de pessoas que se agrupam voluntariamente para atingir um fim comum, através da constituição de uma empresa dirigida democraticamente (PANZUTTI, 2000, p. 22-23).

Para ampliar a clareza sobre as diferenças entre a empresa cooperativa e a empresa capitalista, podemos recorrer a manuais do Sebrae (1997), da OCB (2000) e da Ocesp (2000) que apresentam quadros comparativos. Com base nestes materiais foi elaborado o quadro a seguir:

Quadro 1 – Comparação entre empresas cooperativas e empresas capitalista.

EMPRESA COOPERATIVA	EMPRESA CAPITALISTA
1. Sociedade de pessoas;	1. Sociedade de capital;
2. Principal fator é o trabalho;	2. Principal fator é o capital;
3. Número ilimitado de associados;	3. Número limitado de acionistas;
4. Controle democrático – um homem, um voto;	4. Controle acionário;
5. Quorum para assembléia baseado no número de associados;	5. Quorum para assembléia baseado no capital;
6. Não é permitida a transferência das quotas-partes a terceiros;	6. Transferência das ações a terceiros;
7. Retorno proporcional ao valor das operações;	7. Dividendo proporcional ao valor das ações;
8. Membro da direção deve ser associado;	8. Membros da direção pode ser ou não acionista;
9. Não vai a falência. É liquidada pelos associados;	9. Tem acesso à concordada e pode pedir falência;
10. Relações de trabalho regido pela Lei 5.674/71 e Lei 8.949/94. O trabalho é não subordinado;	10. Relações de trabalho são regidas pela CLT, o trabalhador é assalariado e subordinado a um empregador;
11. Associado é considerado autônomo. Não recebe salário, mas adiantamento mensal variável das sobras resultantes do seu trabalho;	11. O trabalhador recebe um salário e é um subordinado a empresa e a um empregador;
12. A empresa paga os impostos nas “operações meios” com terceiros;	12. A empresa paga os impostos de acordo com objeto social e operação fim.
13. Cooperado não tem carteira assinada. É um trabalhador autônomo contribuinte do INSS;	13. Tem carteira de trabalho (contrato individual) e os descontos devidos ao INSS;
14. Fundo para abono ao final do ano de livre constituição pelos associados;	14. Tem 13º salário;
15. Previsão de fundo de descanso de livre constituição;	15. Tem férias;
16. Seguro: A cooperativa como alternativa de trabalho só terá êxito se garantir a empregabilidade de seus sócios, por esta razão o “seguro” é sua viabilidade, podendo provisionar fundos;	16. FGTS e seguro desemprego;
17. Benefícios: Passagens, refeições, cesta básica. Como o empregador agrega em custos de produção, os cooperados	17. Benefícios diversos da CLT;

também podem decidir qualquer benefício desde que estejam computados no contato;	
18. Patrimônio formado por: capital social – divisível. Fundos de reserva e de assistência técnica, educacional e social – indivisível;	18. Patrimônio formado através de operações mercantis;
19. A cooperativa se relaciona com dois mercados: com o cooperado e com o mercado propriamente dito, mas há dificuldade no repasse de preços;	19. Relaciona-se com o mercado e com tem facilidade e repasse de preços;
20. O capital social pode ser aumentado pelo aumento de associados e quotas-partes e através das sobras e fundos;	20. O capital social pode se aumentado pelo oferecimento das ações da empresa no mercado aberto e do lucro reinvestido;
21. Estratégia de crescimento: privilegia a horizontalidade e posterior diversificação;	21. Estratégia de crescimento: privilegia a verticalização e/ou diversificação, etc;

Entendemos que a principal diferença entre estas duas empresas é o caráter coletivo da empresa cooperativa. Embora algumas delas contenha trabalhadores assalariados, a propriedade da cooperativa é coletiva, pois a empresa é propriedade de todos os cooperados, seguindo o princípio de que a união promove fortalecimento dos cooperados, que individualmente, muitas vezes, não conseguiriam manter-se no mercado. Por isso, o movimento tem crescido no mundo, fato que tem exigido uma organização do movimento, com a criação de entidades representativas, a seguir abordadas.

1.7 - A Aliança Cooperativa Internacional - ACI

A ACI foi fundada em 1895 por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães, com o objetivo de ser um órgão representativo – gremial em nível

internacional, para intensificar o intercâmbio entre as cooperativas dos diferentes países, em nível doutrinário, educativo e técnico.

Robert Owen já sonhava com a integração internacional de todos os movimentos cooperativistas e associacionistas. Em 1869, ocorreu a primeira tentativa sob o patrocínio do cooperativismo de consumo inglês, com a realização de um Congresso Internacional que congregou cooperativas da França, Alemanha, Suíça, Suécia e Itália.

Em 1876, houve outra tentativa, desta vez por iniciativa de uma cooperativa anglo-americana, com objetivo de facilitar o intercâmbio comercial. Vários Congressos Cooperativos ocorreram na França e nos Estados Unidos, em 1885 e 1886, mostrando as vantagens de uma organização cooperativa internacional, fortalecendo a idéia.

Intensos debates entre duas correntes de pensamento precederam a fundação da ACI: uma corrente de pensamento ligada ao cooperativismo de produção industrial e outra ao cooperativismo agrícola, esta última liderada por antigos militantes do socialismo cristão inglês,

entendiam os partidários desta corrente que o processo de transformação da sociedade se daria prioritariamente através das cooperativas de produção, onde se aboliria o trabalho assalariado e onde os trabalhadores participariam nos excedentes das empresas (SCHNEIDER, 1999, p.57)

A segunda corrente de pensamento era liderada por cooperativistas partidários das cooperativas de consumo como instrumento do processo de transformação da sociedade capitalista, tendo em vista que todas as pessoas são consumidoras e nem todas são trabalhadoras. Após intensos debates, em 1892, criou-se um conselho provisório para fundação da organização cooperativa internacional, propondo a participação de qualquer tipo de cooperativa. Neste mesmo ano, ocorreu um Congresso com a participação de cooperativas de vários países, que se uniram para fundação da futura organização.

Em 1895, ocorreu o I Congresso Internacional Cooperativo, em Londres, e nesta oportunidade a ACI foi fundada, com oposição clara da União Cooperativa Inglesa que era o órgão máximo das cooperativas de Consumo. No ano seguinte, o congresso cooperativo britânico aprovou que a União Cooperativa fizesse a sua adesão à ACI e ofereceu apoio financeiro. Ainda no ano de 1896, houve o II Congresso Internacional em Paris, com a participação de 10 países. Neste momento foram elaborados os estatutos da Aliança.

No IV congresso da ACI, em Paris, no ano de 1900, foi proposto manter filiadas somente as organizações nacionais e só se manteriam filiações individuais de países que não tivesse o cooperativismo nacional organizado, norma mantida até 1921.

No V congresso da ACI em Manchester,

passou efetivamente a predominar a corrente da primazia do consumidor, reforçada pela nova geração de socialistas franceses liderados por Charles Gide, que julgava o princípio da distribuição dos excedentes, a *pro rata* do trabalho realizado uma tese capitalista e que tenderia a enfraquecer os sindicatos operários (SCHNEIDER, 1999, p. 58).

No VI congresso da ACI de Budapeste, em 1904, propôs-se

multiplicar e estruturar melhor o cooperativismo de consumo através da ACI e, através da educação e do fortalecimento do consumo socializado, transformar o capitalismo lucrativo. Insurgiram-se contra esta proposta os representantes do cooperativismo de crédito do sistema Schulze-Delitzsch e Raiffeisen da Alemanha e Áustria, favoráveis ao desenvolvimento de uma classe. Mas a maioria dos cooperativistas presentes defendia o objetivo do cooperativismo como anticapitalista. Alguns igualmente defendiam a ajuda estatal para as cooperativas, outros condicionavam a ajuda estatal a certos limites e somente como suporte temporário. Mas a maioria dos presentes rejeitou a tese da conveniência da ajuda estatal e, por causa desta decisão, desligaram-se da ACI as cooperativas agrícolas – desejosas desta ajuda, e o sistema Schulze-Delitzsch das cooperativas de crédito da Alemanha e Áustria. Predominaram desde então na ACI apenas as cooperativas de consumo, e esta situação se manteria praticamente até 1930. (SCHNEIDER, 1999, p.59)

Em 1930, no XIII Congresso da ACI, em Viena e sob a iniciativa da delegação francesa, foi proposto um reestudo dos princípios de Rochdale e questionou-se a política da ACI voltada predominantemente ao cooperativismo de consumo. Então, foi constituída uma

comissão especial, formada por cooperativistas de sete países, com o objetivo de realizar um amplo e detalhado estudo histórico-doutrinário sobre o legado de Rochdale.

O XIV Congresso da ACI foi realizado em Londres, no ano de 1934, com a proposta de apreciar, com todos os participantes, os sete princípios oriundos das experiências de Rochdale, a comissão relatora

apresentou seu relatório, analisando cada um dos princípios à luz dos seguintes enfoques: a) pesquisas junto às fontes autorizadas de Rochdale; b) aplicação dos princípios hoje assim revelados pelas respostas ao questionário; c) as conclusões da própria Comissão Especial.

Após acalorados debates em plenários, a Comissão Especial concluiu seus trabalhos, propondo à votação do Congresso sete princípios de Rochdale, divididos em duas categorias: como essências: adesão aberta, controle ou gestão democrática, dividendos sobre as compras, juros limitados ao capital; como secundários ou como métodos de ação: neutralidade política e religiosa, pagamentos à vista nas compras e promoção da educação. As três normas adicionais eram: as cooperativas devem operar exclusivamente com sócios; a cooperação seja voluntária; e, como apêndice, vendas a preço de mercado. (SCHNEIDER, 1999, p. 61)

Em 1937, no XV Congresso da ACI, em Paris, houve uma outra discussão, com o objetivo de rever as conclusões do XIV Congresso, visando atender às particularidades das cooperativas que não pertenciam ao ramo do consumo. A conclusão da comissão especial apresentou em seus relatórios a definição dos princípios citados abaixo, mantendo a divisão em duas categorias de princípios, sendo:

- a) Quatro como essenciais na fidelidade aos pioneiros, ao caráter da cooperação e como condição de adesão à ACI:
 - adesão aberta;
 - controle ou gestão democrática;
 - distribuição das sobras (ou excedentes) a pro-rata das transações;
 - juros limitados ao capital.
- b) Três como métodos essenciais de ação e organização, mas cuja aceitação não é necessária para aderir a ACI:
 - Neutralidade política e religiosa;
 - Compras e vendas à vista;
 - Promoção da educação. (SCHNEIDER, 1999, p.62)

E, com apenas dois votos contrários, as conclusões da comissão especial foram aprovadas.

Em 1966, praticamente 30 anos de desenvolvimento do cooperativismo sob a vigência dos sete princípios aprovados em 1937, os princípios foram reformados. Neste período, houve

a guerra mundial que prejudicou a Europa e arrasou o cooperativismo. Além da guerra, houve grandes transformações econômicas, tecnológicas e políticas. As

grandes potências viviam a chamada 'guerra fria'. Houve nesta época uma nova revolução industrial com transformações econômicas, tecnológicas e administrativas. Autorizava-se igualmente a Comissão a formular novos princípios da atividade cooperativa e, para tanto, era incumbida da formulação de um questionário a ser enviado a todas as entidades cooperativas filiadas à ACI, solicitando propostas sobre o tema de estudo. (SCHNEIDER, 1999, p.65)

As conclusões da comissão especial foram apresentadas no XXIV Congresso da ACI, em Hamburgo, em 1969 e foram aprovadas por unanimidade. As principais alterações foram:

O anterior princípio da neutralidade política e religiosa é inserido no primeiro princípio da adesão voluntária e livre – como aliás no estatuto original de 1844 – quando este princípio devia ser aplicado sem quaisquer discriminações. 2) Eliminação da norma de compras e vendas à vista, ainda tão enfatizado no Congresso da ACI de 1930, como essencial ao espírito dos pioneiros. 3) Introduce-se um novo princípio, que é o da cooperação e integração intercooperativa. Este princípio é de grande atualidade, em vista dos novos desafios anteriormente mencionados e onde a integração, visando à formação de centrais, federações e confederações cooperativas, era a resposta aos novos tempos que requerem ações concertadas em nível regional e nacional, economias de escala, para não ficar em situação de inferioridade frente aos grandes complexos empresariais capitalistas e estatais (SCHNEIDER, 1999, p. 69)

O princípio da cooperação intercooperativa já existia entre os pioneiros de Rochdale quando eles propunham a formação de colônias cooperativas, mas não figurou entre os princípios.

No XXIX Congresso da ACI, em Estocolmo, em 1988, os temas abordados foram os valores do cooperativismo. Na conclusão do congresso o presidente indicou os valores básicos do cooperativismo mundial, como sendo: auto-ajuda (criatividade, dinamismo, responsabilidade, independência), ajuda mútua (cooperação, unidade, solidariedade, ação coletiva), interesse não lucrativo, ação democrática (igualdade, participação, equidade), esforço voluntário (fidelidade aos compromissos assumidos, do poder criativo e do pluralismo), universalismo (mente aberta e esclarecida, visão de globalidade), educação (desejo de mais conhecimento e visão da realidade) e finalmente os valores de determinação

no esforço e na busca de benefícios para os membros. E avalia mostrando que, na sociedade atual, baseada na competitividade, estes valores são sufocados.

Schneider (1999) atualiza as conclusões do Presidente do XXIX Congresso da ACI, dizendo:

O movimento cooperativo não é um fim em si. Seu objetivo não é sobreviver, mas viver para proporcionar uma vida melhor. Os pioneiros revolucionaram as relações econômicas e sociais de sua época, ao introduzirem procedimentos e organizações que visavam implantar a equidade e a solidariedade nas relações econômicas e de trabalho, tão aviltadas pelo capitalismo industrial de então. As cooperativas foram inovações econômicas e sociais..

À medida que tiveram êxito, crescendo e integrando-se em organizações de 2º e de 3º graus, as cooperativas começaram a confrontar-se com problemas que transcendiam os desafios da pequena cooperativa local. A complexa rede de organizações cooperativas persegue hoje os mesmos objetivos do cooperativismo originário: trata-se de desenvolver uma economia em prol de mais bem-estar e dignidade do maior número de pessoas e com uma mais ampla participação decisória. (p.79)

A carta de Princípios da ACI aprovada no Congresso de 1995, em Manchester, Inglaterra, apresentava: adesão voluntária e aberta; controle democrático por parte dos membros, educação, capacitação e informação, participação econômica dos membros; autonomia e independência, interesse pela comunidade. O princípio das sobras proporcionais ao montante de compras do associado foi substituído pela expressão mais genérica de participação econômica dos associados. Os princípios da ACI suprimiram os princípios referentes aos juros limitados como remuneração do capital, vendas à vista e vendas de mercadorias de boa qualidade considerando que não apresentavam grandes implicações de caráter organizativo. A ACI acrescentou o princípio do interesse pela comunidade, que não fazia parte dos princípios dos pioneiros de Rochdale. E o princípio Rochdaliano da neutralidade política e religiosa foi modificado e assumiu o caráter de autonomia e independência, pois a neutralidade visava garantir a autonomia e independência da cooperativa com relação aos agentes externos.

A Aliança Cooperativa Internacional foi a primeira organização não-governamental que as Nações Unidas, em 1946, aceitou. Atualmente, com sede em Genebra (Suíça), é uma das 41 organizações que figuram na lista das organizações que gozam de estatuto consultivo perante o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Tem como missão congregar, representar e prestar assistência às organizações cooperativas do mundo todo, conta com mais de 230 organizações, entre seus membros, de mais de 100 países, que representam mais de 730 milhões de pessoas do mundo inteiro. Atua a partir de seus escritórios regionais, promovendo e fortalecendo as cooperativas autônomas nos países em desenvolvimento, como um agente catalisador e de coordenação do desenvolvimento cooperativo¹.

O principal objetivo da ACI na atualidade é promover e fortalecer as cooperativas em todo o mundo. Tem como metas: valorizar e defender os princípios cooperativistas, estimular as relações mutuamente proveitosas entre suas organizações, seja de, caráter econômico ou não, favorecer o progresso econômico e social dos povos, contribuindo, assim, para a paz e a segurança internacionais, regionais e setoriais que sirvam de fórum de discussões para um melhor intercâmbio de idéias, experiência e informações entre seus numerosos afiliados².

No sistema de representação do cooperativismo internacional, há a ACI, no Continente Americano tem-se a Organização das Cooperativas da América (OCA), que tem como missão organizar o cooperativismo continental. A OCA foi fundada na cidade de Montevideu, no Uruguai, em 1963, com sede atualmente em Bogotá (Colômbia). O sistema de representação do cooperativismo aponta como objetivos da OCA:

- Representar o movimento cooperativo continental diante dos governos e organizações internacionais;
- Integrar o cooperativismo em nível nacional, sub-regional, continental e ibero-americano, com o resto do cooperativismo do mundo.
- Coordenar e ligar os diferentes movimento cooperativos do continente.

¹ Fonte: <http://www.ica.coop/ica/pt/ptaci.html>

² Fonte: <http://www.ica.coop/ica/pt/ptaci.html>



- Prestar assessoria e apoio técnico nas áreas educativa, financeira, jurídica, organizacional e de intercâmbio econômico, técnico e comercial.
- Representação continental, para defesa dos interesses de seus filiados. (JUVÊNCIO, PANZUTTI, 2000, p.86)

O sistema de representação ainda tem as organizações em nível nacional. No caso do Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), mas essa organização será abordada no item referente ao Cooperativismo brasileiro.

1.8 - Cooperativismo no Brasil

O Cooperativismo no Brasil apresenta algumas experiências significativas no período do império, com os imigrantes europeus. Foram várias experiências de associação econômica, com inspiração em algumas situações, no modelo de “falanstério” de Charles Fourier; em outras situações, com inspiração em modelos cooperativos Rochadalianos, sendo principalmente aquelas experiências lideradas pelo Padre José Maria Jacobs, que atuava em Blumenau/SC, especialmente junto aos imigrantes alemães.

O cooperativismo brasileiro tem uma história iniciada, segundo Pinho (1962), em 1808, quando José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, assumiu a primeira cadeira de Economia Política do Brasil, na Bahia, e foi o primeiro a publicar obras científicas sobre Economia Política do Brasil, desenvolvendo com cinquenta anos de antecedência as idéias que viriam a ser o sistema de economia nacional de *list* e a doutrina cooperativa.

A história do cooperativismo brasileiro tem como marco histórico o lançamento do artigo de Visconde de Cairu na Revista Financeira do Rio de Janeiro, mas este fato não ocorreu no mesmo período em que surgiram as primeiras experiências cooperativista, pois há experiências cooperativistas anteriores.

A história do cooperativismo brasileiro “traz em seu rastro o vício de sua manipulação pelo sistema capitalista” (KLAES, 1983, p. 13) e as bases histórico-ideológicas do movimento cooperativista brasileiro, bem como suas verdadeiras motivações não são claras. Klaes (1983, p. 13) afirma que normalmente “aceitava-se que tivessem surgido sob o égide rochdaleana, embora em nosso país, principalmente no território sulino, pode-se verificar o *transplante*, nos casos em que o mesmo ocorreu, fugindo ao modelo tradicional”. O mesmo ocorre em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Nordeste. Houve experiência furieristas em Santa Catarina e Paraná, baseados nas idéias de Charles Fourier. Como experiências anarco-cooperativistas integrais ocorreram a Colônia Cecília de Giovanni Rossi (Paraná) e a experiência do Padre Teodoro Amstad (Rio Grande do Sul), que embora adotassem os modelos Raiffeisen, Luzatti e Haas, basearam sua ação na realidade e com forte índice de autonomia. Para descobrir a motivação histórico-ideológica do movimento cooperativo brasileiro é preciso analisá-lo em seus diversos acontecimentos.

Em 1826, foi reconhecido na Inglaterra o direito de associação, em 1875, o direito à greve e só em 1884 estes direitos foram reconhecidos na França. “No Brasil as primeiras associações operárias surgiram como sociedades de ajuda mútua, que foram o embrião das pequenas ligas camponesas, da previdência social, do sindicalismo e do cooperativismo” (OLIVEIRA, 1994, p. 19). Estes fatos são relevantes, pois anteriormente era proibido ao trabalhador associar-se com outros trabalhadores profissionalmente, com severas penas previstas em lei, para quem contrariasse a legislação. Isso ocorria em nome da *liberdade de trabalho*, que caracterizava o termo liberalismo.

Em 1888, a Revista Financeira do Rio de Janeiro publicou um artigo enaltecendo o potencial das cooperativas para o desenvolvimento do país. Em 1889, um representante brasileiro – Santana Nery – participou do Congresso Cooperativista, realizado na França,

segundo testemunho de Gide. Pinho (1962) relata que as idéias cooperativistas foram aplaudidas, mas até hoje ainda não tiveram grande repercussão no Brasil.

A primeira cooperativa brasileira, com expressão rochdaleana, foi fundada em 1891, a Associação/cooperativa da Companhia Telefônica, em Limeira/SP. Em 1894, foi a Cooperativa Militar de Consumo do Distrito Federal. Em 1895, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe e em 1897, a Cooperativa dos Empregados da Companhia de Força Paulista, em Campinas (Pinho, 1962).

Schneider (1999, p. 290) relata ainda que

em 1892, é fundada no Rio Grande do Sul a primeira cooperativa do setor primário, a *Società Cooperativa Delle Convenzioni Agricoli Industrial*. As primeiras foram iniciativas de setores de classe média urbana e de empregados ou funcionários de órgãos públicos ou empresas privadas, e a segunda, de um grupo de imigrantes italiano, mas todas de carácter isolado e sem continuidade.

O Rio Grande do Sul é um Estado com grande concentração de imigrantes alemães e italianos, basicamente agricultores, que enfrentavam vários problemas por falta de incentivos, principalmente de cunho financeiro. Os agricultores fundaram, em 1902, a primeira cooperativa de crédito rural no Brasil, com o Padre suíço Theodoro Amstadt, e esta cooperativa pautava seu trabalho no sistema Raiffeisen³.

Em 1911, o italiano Stéfano Paterno, funcionário do Ministério do Exterior da Itália, em missão técnica no sul do Brasil, fomentou a criação de várias cooperativas vinícolas, agrícolas e de laticínio, desenvolvendo esta atividade até 1913 quando subitamente retornou à Itália.

³ Sistema Raiffeisen – é um sistema de cooperativa de crédito voltada para agricultores, fundamentada no princípio cristão de “amor ao próximo”, devido à formação religiosa de seu fundador, Friedrich Wilhelm Raiffeisen. Fundado nos anos de 1847 – 1848, baseava-se no *self-help*, administrando o auxílio filantrópico, crédito a longo prazo, responsabilidade solidária e ilimitada, salientando os valores éticos e cristão (PINHO, 1961)



De 1913 a 1929, a história do cooperativismo brasileiro apresenta uma lacuna muito grande de informações. A partir de 1929, no bojo da crise econômica mundial, surgem novamente cooperativas vitivinícolas, agrícolas e de consumo no sul do Brasil (SCHNEIDER, 1999).

Desde 1930, começaram a surgir, no nordeste, as cooperativas agrícolas, de crédito e de consumo, através de iniciativas lançadas pelo Poder Público Estadual por imposição do Governo Federal. O contexto neste momento era de instauração de um

governo revolucionário que, com Getúlio Vargas, se instalou no poder central em 1930 e que, desde 1937, se transformou numa ditadura de inspiração fascista, com uma ampla intervenção do Governo nas organizações da sociedade e da economia e cuja orientação intervencionista e instrumentalizadora nos sindicatos passou a refletir-se também nas cooperativas. (Schneider, 1999, p. 292)

Pinho (1962) destaca que, antes de 1932, ou seja, de uma sistematização oficial do cooperativismo no Brasil, é possível elencar como precursores, além do já mencionado Visconde de Cairu, também o jesuíta Teodoro Amstadt, que fundou a primeira Caixa Raiffeisen; Plácido de Melo, que desenvolveu uma campanha, de caráter religioso, do cooperativismo; João Pinheiro, estadista mineiro, que em 1907, reuniu em cooperativa plantadores de café, algodão, mandioca, arroz, milho, além de vinicultores e laticinistas. Anísio Teixeira, Alberto Fraga e Joaquim Tosta (da Bahia); Octacílio Tomanik que batalhou, desde 1914, pela difusão do cooperativismo no Estado de São Paulo. João Batista de Castro, Wenceslau Belo, Inácio Tosta, Miguel Sociedade Nacional de Agricultura; Fábio Luz Filho, Adolfo Gredilha e Artur Tôrres Filho que atuou em campanhas oficiais do Ministério da Agricultura. Saturnino Brito que batalhava pelo cooperativismo sindicalista e outros que trabalhavam como parceiros dos já citados.

A tradição brasileira do cooperativismo tem sua origem influenciada pela experiência alemã de Raiffeisen (as caixas rurais), baseada essencialmente na ajuda mútua, conforme relato de Rech (2000). Foi através do Decreto 22.239/32 que o movimento começou a ser

legalizado, entretanto o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil foi lento e dificultado pela falta de tradição de organizações coletivas, porém, desde a década de 1960, há uma grande concentração de cooperativas no sul do país.

O movimento cooperativista brasileiro, segundo Klaes (1983), traz o vício da manipulação pelo sistema capitalista, são como válvulas de escape para a modernização, perdendo a sua autenticidade, entretanto as experiências pioneiras do cooperativismo no Brasil demonstram fortes indícios de autonomia, que se perderam ao longo da história.

O governo de Getúlio Vargas, segundo Rech (2000), foi centralizador e paternalista, com uma grande intervenção governamental no processo de consolidação do modelo cooperativista brasileira.

A partir de 1955, segundo Schneider (1999), houve a intenção de tornar o Brasil auto-suficiente na produção de trigo, sob a batuta do Governo de Juscelino Kubitschek e do seu “Plano de Metas”. Nesta ocasião há a liberação de financiamento e de subsídios fiscais para os produtores de trigo, a fim de estimular o aumento da produção, mas os benefícios aos produtores estavam condicionados à filiação a uma cooperativa.

O governo militar instituído em 1964, segundo Rech (2000), foi centralizador e controlador do movimento cooperativista através do domínio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que detinha o monopólio da representatividade do cooperativismo no Brasil. Por outro lado, segundo Dal Ri e Vieitez (1999), o regime militar implantou ações para promover a modernização do campo a fim, de fragilizar o movimento popular que aspirava à reforma agrária.

O governo militar (1964-1984), contrário às pretensões populares de reforma agrária, implementou uma política que visava à modernização do campo com base no desenvolvimento de empresas capitalistas agroindustriais voltadas para a exportação. Nessa conjuntura, as cooperativas agrárias constituíram-se em canais de

repasse de um grande volume de recursos subsidiados, do setor público para o setor privado. (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 16)

Ainda, segundo Oliveira (1994), foi no regime militar que surgiram as primeiras cooperativas habitacionais, quando foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e as COHABs todos patrocinados pelos governos federal, estaduais e municipais, mais o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop) com a tarefa de assessorar tais cooperativas.

Em 16 de dezembro de 1971, foi promulgada a Lei Federal nº 5767, que define a Política Nacional de Cooperativismo, elaborada pelos militares e sancionada pelo então presidente do Brasil, o General Emílio Garrastazu Médici. “A Lei 5764/71, feita pelos militares, impôs uma estrutura muito rígida na organização das cooperativas, acabou por impor tantos limites que tornou difícil a sua constituição e funcionamento”. (RECH, 2000, p. 20). Em 1981, havia 3.833 cooperativas no Brasil, segundo o Incra, BNH e Banco Central. E, em 1998, havia 5.102 cooperativas⁴.

No Relatório Anual da organização, de dezembro de 2001, o Brasil contava com 7.026 cooperativas, 4.779.147 cooperados e 175.412 empregados contratados pelas cooperativas, distribuídos pelos doze ramos definidos pela OCB⁵.

Para concluir a reflexão sobre o histórico do cooperativismo no Brasil, é importante ressaltar que o movimento ainda está em desenvolvimento e tem potencial para se consolidar como uma proposta alternativa ao capitalismo.

⁴ Fonte: Anuário do Cooperativismo Brasileiro da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

⁵ Fonte: Dados disponíveis no site da OCB – www.ocb.org.br.



1.9 - Legislação Cooperativa no Brasil.

Segundo Polônio (1999), em 1890, houve a promulgação de dois decretos, um de nº 796, de 02/10/1890 que concedeu aos militares a autorização de se organizarem em sociedade anônima, sob a denominação de Sociedade Cooperativa Militar do Brasil e o outro de nº 869, de 17/10/1890, que autorizava a organização da Companhia Cooperativa de Consumo Doméstico e Agrícola. Ambos já respondiam pelo movimento cooperativista existente naquela época.

Em 06 de janeiro de 1903, o Decreto nº 979 reconhecia superficialmente as cooperativas e regulava as atividades dos sindicatos de profissionais da agricultura e as atividades rurais e de cooperativas de produção e consumo. Na verdade tratava-se de um dispositivo de defesa sindical, não mencionando a organização de cooperativas. Em 05 de janeiro de 1907 foi promulgado o Decreto nº 1.637, de autoria de Carlos Alberto de Menezes, Inácio Tosta, Wenceslau Belo e Cristiano Cruz, que dispunha sobre cooperativas e sindicatos, mas confundia as cooperativas com sociedades anônimas, permitia a distribuição de lucros e perdas, metade em partes iguais aos sócios e metade proporcionalmente aos capitais investidos. O decreto tinha 26 artigos, mas foi considerado modesto e contrário aos princípios rochdaleanos e vigorou até 1932.

Em 20 de junho de 1907, o decreto nº 6.532, dispunha sobre sindicatos agrícolas, reproduzindo no art. 12 as disposições do art. 10 do decreto nº 979, já mencionado. Outro

decreto, de nº 17.339, de 02 de junho de 1962, estabelecia normas sobre a fiscalização gratuita das Caixas Rurais Raiffeisen e Bancos Luzzatti.⁶

Em 19 de dezembro de 1932, é promulgado o decreto de nº 22. 239, elaborado por Adolfo Gredilha, Satunimo Brito e Fábio Luz Filho. Este decreto foi considerado o marco da formalização legal da atividade cooperativa no Brasil. Embora ele tenha apresentado falhas, impropriedades na redação de certos artigos e refletir em alguns aspectos o espírito da ditadura que já se iniciava, teve o mérito de regulamentar as cooperativas com base nos princípios rochdaleanos. Este decreto regulamentou as sociedades cooperativas, definindo-as, fixando suas bases operacionais e suas atividades, favorecendo um surto de desenvolvimento do cooperativismo, não só de consumo como também na área rural. O decreto nº 22.239/32 teve vida curta e, em 1934, o decreto nº 24.647 revogou o anterior e substituiu o cooperativismo livre e democrático pelo cooperativismo vinculado obrigatoriamente aos sindicatos. Em primeiro de agosto de 1938, o decreto nº 581, revigorou o decreto nº 22.239/32 e propôs novamente o cooperativismo livre. Assim, ambos, os decretos o de nº 22.239/32 e o de nº 581/38, foram consolidados pelo Decreto-lei nº 8.401, de 1945, constituído-se em legislação federal positiva sobre as cooperativas, cabendo aos Estados legislar supletiva e subsidiariamente.

Em 1947, a Constituição do Estado de São Paulo, de 09 de Julho, estabeleceu, na parte relativa à ordem econômica e social, no Artigo 114, o seguinte: “o Estado estimulará a formação de cooperativas e lhes dará amparo”. E no Parágrafo Único: “Nenhum imposto gravará as cooperativas de natureza civil, registrada e fiscalizada pelos órgãos competentes”

⁶ Sistema Luzzatti foi fundado em 1864, na Itália. Era voltado para agricultores e estava pautado no “self-help”, mas admitia o auxílio do Estado devendo este se afastar assim que fosse possível. A responsabilidade era solidária e ilimitada. Tinha caráter econômico, mas baseava-se no lema “Ajuda-te, Deus e o Estado te ajudarão” (Pinho, 1961)

A evolução de legislação sobre o cooperativismo avançou e destaca-se a Lei nº 4.380, de agosto de 1964, que dispõe sobre o cooperativismo habitacional; a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 64, que estabelece o Estatuto da Terra, instituindo a Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA) e a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro do mesmo ano, que dispõe sobre o cooperativismo de crédito. A Criação e o funcionamento da CIRA foram regulamentados pelo Decreto nº 58.197 de 15/04/65.

O ano de 1966 foi muito profícuo para o aprimoramento da legislação cooperativista. Em 09 de maio, o Decreto nº 58.377 foi promulgado e abordava temas sobre as cooperativas habitacionais. Neste mesmo ano, em 21 de novembro, o Decreto nº 59, promulgado com base no Ato Institucional nº 2, reformula completamente a legislação cooperativista perante a reforma tributária de 66/67, o que repercutiu de maneira direta nas atividades das cooperativas. Surgem as obrigações trabalhistas: FGTS, PIS, contribuição sindical patronal. Foi na vigência desta reforma tributária, que mais de 50% das cooperativas brasileiras encerraram suas atividades.

Enfim, a política nacional de cooperativismo foi definida e reorganizada pelo Conselho Nacional do Cooperativismo, com a promulgação do Decreto nº 46.438, editado em 16/07/59 e nesta mesma data foi promulgado o Decreto-lei nº 60, que reorganizou o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Em 10 de abril de 1967, foi promulgado o Decreto nº 60.597 que regulamenta o Decreto-lei nº 59 e complementa o regime jurídico das cooperativas. O novo estatuto geral do cooperativismo foi promulgado em 16 de dezembro de 1971, pela Lei nº 5.764, vigente até hoje, que “define a Política Nacional do Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências”. Ela normatiza a assistência técnica,



incentivos financeiros e de crédito e encara o cooperativismo como um sistema de interesse coletivo.

Em 30 de maio de 1982, a Lei nº 6.981, altera a redação do art.42 da Lei 5.764/71, que proíbe a representação por meio de mandatário. Determina que, nas cooperativas singulares com mais de 3000 associados, os estatutos podem estabelecer a representação por delegados.

A Constituição Brasileira de 1988 foi a primeira a tratar sobre o cooperativismo, mas, mesmo assim, de forma dispersa e dificultando o seu entendimento. Entretanto, ela busca incentivar a atividade no país.

A Lei nº 9.715/98 dispensa o adequado tratamento tributário aos atos cooperativos, já a Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, é a única lei complementar sobre o tratamento tributário ao ato cooperativo.

O Decreto Federal nº 2.172, de 05 de março de 1997, dispõe que o trabalhador associado à cooperativa de trabalho, ou de qualquer outra espécie, que nessa qualidade presta serviço a terceiros é segurado obrigatório da Previdência Social como autônomo.

Em 10 de novembro de 1999, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 9.867 que dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, visando a integração social dos cidadãos, conforme necessidades específicas. Ou seja, autoriza a organização e funcionamento de cooperativas constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagens no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamenta-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a interação social dos cidadãos e inclui entre suas atividades a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos, e o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

Conta-se ainda com várias leis que no campo da economia, que têm repercussão direta sobre o dia-a-dia das cooperativas, pois versam sobre tributação, envolvem aspectos contábeis e fiscais, mas que não serão abordados neste trabalho.

A Lei que rege o cooperativismo tem mais de trinta anos e não atende às várias necessidades do movimento, na atualidade. Por exemplo, no ramo do cooperativismo de trabalho, muitas questões ficam sem amparo legal, por este motivo há três projeto de lei tramitando no Congresso Federal.

O *Projeto de Lei nº 605, de 1999*, de autoria do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que é resultado de vários seminários realizados com o setor cooperativista, em especial com as pequenas cooperativas, porém com sugestões de várias entidades ligadas ao cooperativismo no Brasil e, ainda, os estudiosos Daniel Rech, um advogado pós-graduado em cooperativismo pela UNISINOS/RS, ligado a movimentos sociais e à Pastoral da Terra, o Profº Dinarte Belato da Universidade de Ijuí e Vergílio Perius da UNISINOS/RS.

O outro projeto lei é conhecido como *Projeto de Lei José Fogaça*, foi elaborado com base nas conclusões emanadas do X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em março de 1988, no Rio Grande do Sul.

E o terceiro é o *Projeto de lei nº 171, de 1999* de autoria Osmar Dias, fruto das discussões entre os membros do sistema de representação do cooperativismo nacional, formado pela OCB e pelas OCEs.

A Constituição Federal de 1988 abriu algumas perspectivas de liberação do sistema cooperativista brasileiro, mas ainda dependem de regulamentação, entretanto as leis mais recentes ainda têm um contorno autoritário e restritivo. “Ao invés de incentivar a formação das cooperativas, como ocorre nas políticas dos principais estados civilizados, aqui parece que

todo o exercício legislativo é o de limitar e abalar a liberdade e a expansão da experiência” (RECH, 2000, p 21).

Esta discussão sobre o modelo adotado no Brasil serve para “resolver algumas distorções que o sistema capitalista apresenta, dificultando inovações e, principalmente, que as comunidades caminhem em direção a uma proposta de cooperativismo autogestionário, participativo e democrático-popular” (RECH, 2000, p. 21).

1.10 - As Organizações Cooperativistas no Brasil.

Desde que o cooperativismo surgiu no país, as cooperativas não tinham entidades representativas que as aglutinassem e a fortalecessem no diálogo com o governo, em defesa de seus interesses. Em nível mundial existia a ACI, porém, no Brasil, apenas na década de 1950 é que surgiram as primeiras iniciativas de constituição destas entidades em nível nacional. Em 1952, foi constituída, em nível nacional, a União Nacional das Associações de Cooperativas (Unasco) e, no Estado de São Paulo, a União das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ucesp). Com o tempo, começaram a surgir divergências entre os membros dos dois grupos e foram fundadas a Associação Brasileira de Cooperativismo (Abcoop) e a Associação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo (Acapesp). Entretanto, esta divisão não era positiva para o Cooperativismo Brasileiro e, no fim dos anos 60, houve os primeiros passos para reunificar o movimento. Em 1969, Luiz Fernando Cirne Lima, então Ministro da Agricultura do Governo Médici, propôs a união das duas vertentes do cooperativismo brasileiro, ou seja, da Abcoop e Unasco, argumentando que com esta divisão o movimento se enfraquecia, e principalmente as cooperativas agrícolas e pecuárias perdiam força e

representatividade. No IV Congresso Brasileiro do Cooperativismo, realizado de 02 a 06 de dezembro de 1969, em Belo Horizonte/MG, foi concretizada a união dos grupos. Neste mesmo congresso, foi constituída e empossada a diretoria provisória presidida por Antônio José Rodrigues Filho, com um mandato de seis meses, tendo como tarefa a elaboração dos estatutos da entidade e a promoção dos estudos para uma nova legislação que atendesse aos clamores cooperativistas. Transcorrido o período do mandato da diretoria provisória e concluídos os trabalhos, foi convocada a Assembléia Geral para eleição da primeira diretoria efetiva, em 30 de junho de 1970 e contou com a presença do Ministro Luiz Cirne Lima. Nesta ocasião foi oficializada a implantação da OCB, porém a elaboração dos estatutos não estava concluída, o trabalho continuou, permanecendo em vigor a legislação existente e só em 16 de dezembro de 1971, a Lei 5.764 foi sancionada pelo então Presidente da República, Emílio G. Médici.

A citada Lei, no Artigo 105, define que o Sistema Cooperativista Nacional será representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), “sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do governo, estruturada nos termos da lei, sem finalidade lucrativa” e tendo as seguintes atribuições: manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, quanto à estrutura social, aos métodos operacionais e orientação jurídica; manter a neutralidade política, racial, religiosa e social; integrar os ramos das atividades cooperativas, dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos do cooperativismo filiados; exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema. Seguindo os mesmos princípios em nível estadual o cooperativismo fica representado pelas Organizações das Cooperativas Estaduais (OCEs).

A OCB tem trabalhado junto ao governo e aos parlamentares ligados ao Cooperativismo, com a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), tendo em vista a necessidade do sistema ter representação no Congresso e, assim, atuar na Assembléia

Constituinte. Em 1988, a Carta Magna foi promulgada contendo vários artigos que dispõem sobre o cooperativismo.

Em 1997, a Frencoop foi recriada, pois a anterior havia se enfraquecido, o objetivo, nesta ocasião, era discutir um programa de revitalização das cooperativas agropecuárias, tendo em vista a péssima situação econômico-financeira dessas cooperativas diante do cenário agrícola brasileira e realizar o XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, para deliberar sobre os passos do movimento para a organização e instalação do processo de autogestão cooperativista.

Fruto dos trabalhos da Frencoop, em 1998, foi criado o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Recoop. Uma das maiores conquistas do Sistema Cooperativista Brasileiro foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Foi implantado pela Medida Provisória nº 1715, Artigo 7 a 11, assinada em 03/09/98, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo seu regimento sido publicado no DOU (Diário Oficial da União), pelo Decreto nº 3.284/99.

A legislação define o Sescoop como uma instituição de personalidade jurídica de direito privado, formada por entidades vinculadas ao sistema cooperativo e fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União na aplicação de seus recursos, cujo objetivo é organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos trabalhadores e cooperados e o monitoramento das cooperativas brasileiras. O Sescoop foi integrado ao Sistema dos “S”, constituído por instituições sociais vinculadas à indústria, ao comércio e ao transporte e outros segmentos.

Assim como existem as OCEs, que são as representações estaduais da OCB, o Sescoop também tem suas representações em cada unidade da Federação.



A OCB congrega entidades criadas com as mesmas características da organização nacional, uma em cada Estado, Território e Distrito Federal. Segundo informações do Núcleo de Dados da OCB, de dezembro de 2001, o Sistema de representação do Cooperativismo no Brasil apresenta-se da seguinte forma: A OCB, com 27 OCEs vinculadas; 10 confederações e 129 federações e centrais, com 7.026 cooperativas singulares. Ainda com base nos dados da OCB, são 12 os ramos do cooperativismo no Brasil.

Um tipo de cooperativa muito comum no Brasil, é a cooperativa agropecuária, que visa organizar as atividades desenvolvidas pelos produtores rurais colocando-os com competitividade no mercado, vendendo em comum a produção entregue pelos sócios; distribuindo aos sócios os bens, produtos e utilidades necessárias à atividade agropecuária; oferece serviços na área da produção, pesquisa, assistência técnica, administrativa, social e educacional e promove a integração entre os associados, suas famílias e a comunidade.

As cooperativas do setor agropecuário são constituídas por sócios que, geralmente, também são proprietários de empresas de diferentes portes e cooperam, sobretudo, tendo em vista a distribuição e comercialização de produtos. Estes associados tanto podem ser grandes e médios empreendedores, que exploram diversas formas de trabalho assalariado, como pequenos proprietários que subsistem com base no trabalho familiar (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 15).

Atualmente as cooperativas agropecuárias tornaram-se grandes empresas, “havendo casos em que praticamente o produtor fica obrigado a entregar – sem poder sequer discutir o preço – toda a sua produção à cooperativa. [...] E isso nada tem a ver com os princípios e o espírito cooperativo” (RECH, 2000, p.41).

O Cooperativismo de Consumo é outra modalidade de cooperativa existente, que tem como principal objetivo eliminar os intermediários, abolindo o lucro. São criadas para oferecer aos associados os bens e serviços necessários à satisfação de suas necessidades, com melhores condições de preços e qualidade.

As cooperativas de consumo originam-se, em sua maioria, de iniciativas de coletivos de trabalhadores, como por exemplo, de uma indústria, embora seja comum as mesmas incorporarem associados entre as mais diversas categorias de usuários com o objetivo de aumentar a clientela (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 15)

Elas podem atuar enquanto atacadista ou varejista. No Brasil o cooperativismo de consumo vem desde a época do Império, com a cooperativa dos funcionários públicos de Ouro Preto, criada em 1898. Segundo a OCB, houve uma profunda modificação na estrutura do cooperativismo de consumo no Brasil em 1960 com a queda das isenções tributárias (ICMS), falta de dinheiro para novas compras e o surgimento das grandes redes de supermercado. Em 1984, as cooperativas de consumo haviam-se reduzido em 12%.

Podemos encontrar no Brasil também a Cooperativa de Crédito, que teve origem na Alemanha, em meados do século XVIII, embora a idéia tenha seu embrião entre os pioneiros de Rochdale, pois visualizavam a possibilidade de canalizar a poupança do grupo organizado para fomentar cooperativas e para utilização dos próprios cooperados. Esta modalidade de cooperativas

destinam-se a financiar empreendedores ou consumidores dos setores agrícola, industrial ou comercial. Os tipos mais freqüentes dessas cooperativas inspiram-se nos modelos organizados por Raiffeisen, Schulze-Delitzch, Luzzatti, Haas e Wollemborg (PINHO, 1961, p. 19).

Ainda, segundo Pinho (1961), há duas vantagens neste tipo de cooperativa: ajudar os pequenos e médios empreendedores e o fato de serem dirigidas e fiscalizadas diretamente pelos cooperados, para um país tão grande como o Brasil isso é importante. Este ramo de cooperativa vem ganhando força devido às altas taxas cobradas pelos bancos tradicionais.

A cooperativa de crédito só poderá realizar seu registro após a aprovação do Banco Central do Brasil, que tem exigências específicas para a sua constituição determinadas pela resolução nº 2.608, de 27 de maio de 1999.



Existe um outro tipo de cooperativa denominado de especial, são aquelas que, segundo Juvêncio; Volpe; Panzutti (2000), pretendem ser uma alternativa de trabalho ou ocupação a comunidades especiais formadas por índios ou pessoas com alguma deficiência física ou mental, mas que conservam a capacidade produtiva. As cooperativas deste ramo que atende às minorias ainda são poucas, mas estão ganhando espaço no movimento cooperativista.

Há cooperativas voltadas para o ramo de infra-estrutura. Este tipo de cooperativa é formado pelas antigas cooperativas de eletrificação rural, cuja finalidade é atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infra-estrutura, ou seja, de energia elétrica, telefonia rural e outros. No entanto, as cooperativas de eletrificação rural são a maioria e estão deixando de apenas repassar energia para gerá-la também. “Esse tipo de cooperativas, embora não tenha incentivo do setor público, tem contribuído para manter o homem no campo, evitando assim o êxodo rural” (OLIVEIRA, 1994, p. 32).

As cooperativas habitacionais surgiram em 1964, criadas pelo extinto BNH, pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e pelas COHABs, todos financiados pelo poder público federal ou estadual ou municipal. Posteriormente, foi criado o Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas (Inocoop) com o objetivo de assessorar essas cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social. São constituídas por grupos de profissionais, técnicos e trabalhadores da construção civil para construir casas para si e para a comunidade em geral. Dedicam-se ao financiamento de construção de casas, para qualquer pessoa.

Mas, com a extinção do BNH e a enorme demanda por habitação, esse ramo se rearticulou e partiu para o autofinanciamento, com excelentes resultados. O exemplo mais contundente é o Projeto Águas Claras, em Brasília (DF) onde a maioria dos prédios está sendo construída pelo Sistema cooperativista (SESCOOP/SP, 2000, p. 8)

As cooperativas do ramo de mineração têm contribuído para fortalecer o setor e gerar maiores vantagens para todos com a disseminação de técnicas mais racionais e de atualização

da exploração, colaborando para conscientizar os microminерadores sobre a necessidade de preservar o meio ambiente. “Trabalhada de forma correta, a extração mineral rende resultados satisfatórios para cooperados e a comunidade, sem danos à natureza” (JUVÊNCIO, VOLPE, PANZUTTI, 2000, p. 42)

Outro ramo de atuação do cooperativismo brasileiro é o ramo da produção, composto pelas cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção propriedades coletivas, através da pessoa jurídica e não propriedade individual do cooperado. É um ramo relativamente novo, cuja denominação pertencia antes ao agropecuário. Para os empregados cuja empresa entra em falência, a cooperativa de produção geralmente é a única alternativa para manter os postos de trabalho. Em outros países esse ramo está bem desenvolvido, como na Espanha e na França.

Há cooperativas voltadas para o ramo da saúde e que tem como motivação inicial alcançar uma remuneração justa, boas condições de trabalho e respaldo legal para garantia de trabalho para os profissionais da área; também podem se dedicar à preservação e recuperação da saúde humana com “a garantia da livre escolha do profissional e atendimento médico personalizado, além de hospitais modernos e bem aparelhados” (JUVÊNCIO, VOLPE, PANZUTTI, 2000, p. 42). Assim, para o usuário deve ser uma opção de qualidade, atendimento rápido e sem burocracia frente ao falido sistema de saúde pública. É o ramo que mais tem crescido nos últimos anos, envolvendo médicos, dentistas, psicólogos e profissionais de outras atividades correlatas.

O ramo do turismo e lazer também vem sendo explorado no país. É o ramo mais recente e busca explorar o potencial turístico e de lazer de nosso país. Em dezembro de 2001, segundo o Núcleo de Dados da OCB, só havia 5 (cinco) Cooperativas registradas deste ramo, no Brasil, porém o seu futuro é promissor.

O cooperativismo de trabalho vem ganhando força nos últimos anos e é composto por cooperativas constituídas por pessoas de uma determinada categoria profissional, normalmente com o objetivo de garantir melhor remuneração e condições de trabalho e pode envolver qualquer categoria profissional. As cooperativas de trabalho também estão se constituindo como um instrumento de organização e produção autônoma dos trabalhadores.

O seu suporte-ideológico é o da superação da subordinação do trabalho ao contrato, pela iniciativa produtivo-gerencial autônoma de seus participantes, desenvolvendo a sua capacidade de encontrar e construir alternativas (RECH, 2000, p. 44).

Nos cenários de crises econômicas, nos quais as possibilidades de emprego vão se esgotando, o cooperativismo de trabalho mostra-se como uma alternativa de organização do trabalho. No Brasil,

um país em crise social, que busca alternativas de construção econômica, o cooperativismo de trabalho poderia ser agora importante instrumento de ação dos trabalhadores sem emprego, organização autonomamente, em busca de melhor sobrevivência (RECH, 2000, p. 45).

Em geral, as cooperativas de trabalho agregam trabalhadores manuais ou intelectuais e a sua proposta é o desenvolvimento em comum de atividades produtivas. Geralmente, as cooperativas são a única fonte de recursos de seus associados, ocupando integralmente o seu tempo, exigindo ampla participação na sua gestão e no gerenciamento do capital para o desenvolvimento de suas atividades, configurando um programa pessoal de sobrevivência.

Na década de 1970, foi realizado em Madri o IV Seminário Cooperativo Ibero-Americano que deu relevância a este tipo de cooperativismo, afirmando que no cooperativismo o homem realiza seu trabalho em plenitude e com dignidade, justiça e liberdade; que a cooperativa é uma associação voluntária de pessoas que adotam os princípios cooperativos e assumem a propriedade, gestão e resultados da empresa; que os ideais cooperativos e comunitários e a natureza econômica da organização devem ser entendidos como elementos de um único empreendimento e que a gestão autônoma e democrática por

parte de seus trabalhadores deve ser preservada, mesmo no caso das ajudas externas governamentais ou privadas.

A principal característica de uma cooperativa deste tipo é a possibilidade dos trabalhadores organizarem as suas próprias condições de trabalho, eliminando as estruturas hierárquicas, através de decisões democráticas, combinando conhecimentos e competências.

O grande desafio é organizar as empresas cooperativas e colocá-las no mercado com competitividade para se consolidarem.

Além das enormes dificuldades para conquistar um mercado cada vez mais competitivo, as cooperativas ainda sofrem pela tributação descabida e uma legislação inadequada. Mesmo assim esse ramo se desenvolve em todos os Estados, pois se trata de um novo estágio no desenvolvimento histórico do trabalho: primeiro desorganizado, depois escravizado, atualmente subordinado (ou ao Capital ou ao Estado) e caminhando para a plena autonomia, mas de forma organizada e solidária, que é a proposta do Cooperativismo (SESCOOP/SP, 2000, p. 9)

Outro ramo bastante comum nas regiões litorâneas do Brasil, é o Cooperativismo de pesca, uma organização que envolve pescadores visando desenvolver as atividades coletivas de colocação da pesca no mercado ou para aquisição do material necessário para o seu trabalho. Este tipo de cooperativa seria uma alternativa para os pescadores se livrarem do domínio das grandes empresas que impõem condições, dominam o mercado e marginalizam os pequenos produtores (RECH, 2000).

Outro setor de atuação do Cooperativismo é o educacional, definido por Oliveira (1997) como “um conjunto de empreendimentos cooperativos que tem como objetivo promover a educação nas escolas, a fundação de estabelecimentos de ensino ou a manutenção de tais estabelecimentos” (p.54). Fábio Luz Filho relata que

cooperativas escolares são sociedade de alunos, dirigidas por estes com o concurso dos professores, tendo em vista atividades comuns. Inspirada por um ideal de progresso humano, tem por objetivo a educação moral, cívica e intelectual dos cooperadores, com a gestão da sociedade e o trabalho de seus associados. Os frutos comuns do trabalho são destinados ao equipamento da escola e ao melhoramento das condições de trabalho, à organização da cultura artística e ao divertimento dos

associados, ao desenvolvimento das obras escolares e pós-escolares de ajuda mútua e de solidariedade (LUZ FILHO, 1960, p. 79)

As cooperativas educacionais podem ser formadas por

professores, cooperativas de alunos de escola agrícola, cooperativas de pais de alunos e cooperativas de atividades afins. Esse é um ramo recente, criado em Itumbiara (GO) em 1987, quando um grupo de pais de alunos, como resposta à situação caótica do ensino brasileiro, resolveu constituir uma cooperativa. Em todos os Estados essas cooperativas têm sido as melhores soluções para os pais e os alunos, pois se tornam menos onerosas e realizam uma educação comprometida com o desenvolvimento endógeno da comunidade, resgatando a cidadania em plenitude. (Sescoop, 2000, p. 8)

O cooperativismo educacional pode ser uma ferramenta para acabar com o autoritarismo da administração escolar, avançando rumo a uma gestão democrática que busque na participação de todos os envolvidos na comunidade escolar, as soluções-alternativas para sanar os problemas das escolas.

1.11 - Cooperativismo Educacional

O marco histórico oficial do Cooperativismo no Brasil, relata Oliveira (1994), foi a fundação da Colônia Tereza Cristina, pelo médico francês Jean Maurice Faivre, inspirado nas idéias de Charles Fourier. Neste período teve início um trabalho de educação junto à comunidade, porém sem a existência de um projeto definido ou específico sobre os princípios cooperativistas. “Era uma educação geral sem muita preocupação com a divulgação do movimento que se implantava no país. Isso ia acontecendo naturalmente entre os cooperados” (OLIVEIRA, 1994, p.50).

Em 1931, foram elaborados por Fábio Luz Filho, os primeiros estatutos sobre cooperativismo educacional, que abordavam o seu inconfundível valor pedagógico e que diferenciava este tipo de cooperativa de armazéns de compra e venda de material didático. Em

janeiro de 1933, o autor citado lança seu primeiro livro, em língua portuguesa, sobre o assunto.

Segundo Fabio Luz Filho (1960, p. 79) “foi a França, pois, o berço das cooperativas escolares. Possuía ela, em 58 umas 28.000 cooperativas escolares em 7500 escolas, com um total de 1.200.000 alunos-cooperadores. Em alguns departamentos, agrupa o cooperativismo francês escolar a 95% da população escolar”. Para o autor, no Brasil, em 1928, Fernando Azevedo realizou as primeiras tentativas cooperativistas no Rio de Janeiro, estas iniciativas preocupavam-se principalmente com a formação de “homens aptos ao manejo de uma seção de economia, capazes de criar uma propriedade coletiva, de despertar costumes sadios e sentimentos ativos de solidariedade”. A primeira cooperativa escolar fundada no Brasil, foi o Primeiro Grupo Escolar do Cruzeiro, que funcionou no espaço físico do grupo de Itagaçaba e da Escola Normal de Guaratinguetá. Seus estatutos oficiais datam de 1931. Em 1954 o próprio autor fundou na cidade de Jaboatão (Pernambuco) uma cooperativa escolar, que em 1958 possuía 937 alunos associados.

Para Oliveira (1994), o cooperativismo foi durante algum tempo uma experiência perdida e esquecida na história, porém na década de 1940, houve uma das primeiras experiências concretas de cooperativa escolar, no Estado de Goiás, mas somente no início dos anos 1970, a idéia foi retomada, com as cooperativas-escolas, no mesmo estado.

Ainda segundo Oliveira (1994), a fundação de uma das primeiras organizações populares cooperativistas, nos anos 40, merece atenção, pois foi resultado da luta dos trabalhadores rurais, do Estado de Goiás; denominada de “República Cooperativa de Trombas e Formoso”. Esta organização desenvolvia “um trabalho educativo junto aos cooperados como também oferecia a educação formal aos filhos das famílias daquela comunidade. O

movimento foi desativado com o advento do Governo Militar em 1964” (OLIVEIRA, 1994, p. 51)

No ano de 1987, com o início de uma experiência de Cooperativa Escolar em Goiás, o Cooperativismo educacional ganhou um novo impulso e vem crescendo. (OLIVEIRA, 1994).

Vários autores citam que o cooperativismo educacional surgiu em resposta às necessidades práticas e concretas da sociedade. Segundo Lima (1994, p. 76),

a origem deste segmento cooperativista se deu a partir de uma iniciativa privada, que foi capaz de aproveitar os sindicatos, os indicadores da política, da economia e da própria história para auxiliar a sociedade civil a encontrar alternativas pedagógicas viáveis para a educação no Brasil. A criação deste novo segmento cooperativista exigiu maior integração e cooperação entre as pessoas na solução do problema educacional vivenciado pelos pais.

Outra afirmação, menciona que o cooperativismo educacional surgiu como uma iniciativa

da sociedade civil no sentido de criar uma alternativa à dicotomia centrada no ensino público de baixa qualidade x alto custo das escolas particulares, representando também, esta mobilização, uma saída mais efetiva que as já desgastadas rodadas de negociação com os dirigentes da rede particular de ensino (SERVA, FRANÇA, JAIME JR., BARRETO, 1994, 47 – 48).

As cooperativas educacionais podem ser classificadas em quatro grupos: as cooperativas escolas, as cooperativas escolares, as cooperativas de ensino e as cooperativas de professores ou de trabalho.

As Cooperativas-Escolas são constituídas por alunos de escolas técnicas ou de nível superior que assumem todas as responsabilidades, normalmente exercendo atividades agropecuárias, de pesca, de artesanato e de economia doméstica. Os alunos organizados em cooperativa comercializam a produção obtida, compram insumos, materiais e podem ainda financiar alguns itens da sua própria subsistência, além de iniciar a prática do cooperativismo, fazendo uma ligação entre a teoria e a prática cooperativista, já que tudo isto é estatutariamente organizado pelos próprios alunos. “O lema da cooperativa-escola é ‘aprender

fazendo e fazer para aprender', mantendo uma conjunção entre estudo escolar, ciência e prática, proporcionando ao aluno, no final do curso, um diploma de técnico" (OLIVEIRA, 1994, p. 59).

No Brasil, as cooperativas-escolas são patrocinadas pelo Ministério da Educação e Cultura e normalmente estão ligadas às escolas agrotécnicas federais. Entretanto, não se percebe nestas escolas a existência de disciplina curricular sobre o cooperativismo, este aspecto é trabalhado na escola através de palestras, seminários e pela própria prática dos alunos.

As Cooperativas Escolares são constituídas por alunos do ensino fundamental e médio, com objetivo principal de adquirir materiais didáticos, uniformes, merendas, assim como a formação cooperativista, com a contribuição teórica dos professores. As cooperativas escolares obtiveram muito sucesso em São Paulo na década de 1940 a 1960. Atualmente, existem poucas cooperativas escolares, mas, mesmo assim, elas desempenham um papel educativo, democrático e despertador de lideranças.

Formadas por um grupo de pais que se organiza em cooperativa para a criação e a manutenção de escolas de ensino básico, buscando solucionar os problemas da qualidade do ensino e dos altos custos das mensalidades nas escolas privadas e dos materiais escolares, tem-se a modalidade denominada de Cooperativas de Ensino ou de Pais.

A cooperativa de ensino surge com a proposta de oferecer ensino de qualidade, com uma boa equipe pedagógica e corpo docente bem treinado e remunerado, rateando as despesas pelo número de alunos existentes na escola, sem objetivo de lucro (OLIVEIRA, 1994, p. 61).

Este tipo de cooperativa está crescendo em quantidade, devido à procura por um ensino de qualidade com preço justo. Elas funcionam de maneira semelhante aos outros tipos de cooperativas. A autorização para o funcionamento da escola deve seguir o processo normal

de criação e autorização de qualquer escola determinado nas leis brasileiras federais, estaduais e municipais, se for o caso.

Outra modalidade de cooperativa no ramo educacional, são as Cooperativas de professores ou de trabalho, que são

um tipo de cooperativa em que um grupo de professores ou profissionais da educação se organizam em cooperativa para fundar uma escola ou colégio buscando melhorar a qualidade de ensino e a democratização da escola. Os professores são os donos do próprio empreendimento educativo. São empreendimentos cooperativos ainda em fase de implantação. Sabe-se, porém, que o cooperativismo de trabalho abriga trabalhadores profissionais de qualquer categoria (OLIVEIRA, 1994, p. 60)

Estes são os tipos de cooperativas educacionais existentes, mas, sem dúvida, as cooperativas de ensino ou de pais são aquelas que já apresentam uma estrutura consolidada e que estão vivendo um período de grande expansão, portanto são mais conhecidas.

Ainda que essas cooperativas sejam mais freqüentes, a grande maioria não pauta seu funcionamento nos princípios da economia solidária e da autogestão.

Entretanto, este trabalho tem por finalidade debruçar-se sobre uma cooperativa que busca pautar sua atuação nessa perspectiva, assim considera-se fundamental aprofundar a temática da Economia Solidária e da Autogestão.

É o que será apresentado no próximo capítulo.

CAPITULO II

Economia Solidária e Cooperativismo Autogestionário

“Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não-cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança” (MÉSZÁROS, 2002, p. 37).

A nova ordem mundial, segundo Severino (2000), é caracterizada por um momento de revolução, capaz de lidar com a produção e transmissão de informações em extraordinária velocidade, num processo de globalização não só da cultura, mas também da economia e da política; por um momento de privilegiamento da iniciativa privada; por uma ingerência do Estado nos negócios humanos; pela maximização das leis do mercado e pela ruptura de todas as fronteiras. O sistema capitalista visa aumentar a produtividade, a competitividade e a lucratividade, buscando os mercados nacionais, regionais e mundiais. “Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em Shopping Center Global e Disneylândia global” (SEVERINO, 2000, p. 66).

A busca de crescimento da economia industrial e a ascensão das formas corporativas de empreendimento econômico trouxeram um significado totalmente novo ao termo *pessoa*. Nos documentos oficiais, segundo Chomsky (2002), o termo *pessoa* passa a ter uma concepção abrangente, que inclui qualquer indivíduo, ramo, sociedade, grupo associado,

associação, Estado, monopólio, sociedade anônima (organizada ou não sob as leis de um Estado qualquer) ou entidade governamental, introduzindo mudanças radicais na concepção de direitos humanos e de democracia, porém estas mudanças não foram introduzidas pela legislação, mas por decisões judiciais e especulações intelectuais. Ou seja,

Novas formas de poder autoritário foram institucionalizadas, e com elas a legitimação do trabalho assalariado, considerado pouco melhor do que a escravidão pelas principais correntes do pensamento norte-americano durante a maior parte do século 19, o que inclui o movimento operário ascendente, personalidades como Abraham Lincoln, o Partido Republicano e a imprensa do *establishment* (CHOMSKY, 2002, p. 108).

A existência real dos homens é profundamente marcada por aspectos econômicos, que são entendidos como a base para todas as outras dimensões da vida humana, pois sustentam a própria sobrevivência da vida material.

A dura realidade do contexto histórico latino-americano é marcada pela exclusão social humana, desmentindo a possibilidade de que já se tenha encontrado o caminho correto para a construção de uma sociedade amadurecida, justa e democrática. “O processo de modernidade pelo qual passou e continua passando o continente está acontecendo a um preço muito alto” (SEVERINO, 2000, p. 66).

A exclusão do homem do mercado de trabalho, também tem apresentado um altíssimo custo, tanto no sentido da manutenção material da vida com dignidade, como no aspecto emocional e psicológico (GUTIERREZ, 2000). A ideologia política hegemônica afirma que “não há outra alternativa”, (MÉSZÁROS, 2002, p. 37), para a realidade atual buscando criar um clima de fim da história, a fim de indicar que os únicos homens capazes de fazer o que é possível, diante da situação, são os capitalistas.

O processo que caracteriza a modernidade em que vivemos, ou talvez pós-modernidade, é chamado de globalização que se define como um

produto da ação de governos poderosos, especialmente o dos Estados Unidos, que empurram garganta abaixo dos povos do mundo tratados comerciais e acordos de negócios que ajudam as grandes empresas e os ricos a dominarem as economias das nações sem quaisquer obrigações para com as respectivas populações (CHOMSKY, 2002, p. 14).

Não podemos ter uma visão simplista e acreditar que os problemas oriundos do sistema de produção capitalista sejam exclusivos da América Latina ou do Brasil, pois as organizações econômicas de inspiração capitalista presentes em todo o mundo, tornam precárias as condições de vida e sobrevivências dos homens em diferentes partes do mundo, tendo em vista que “sob um clima político de mandonismo interno das elites nacionais e da dominação externa dos grupos internacionais, impõe uma configuração sócio-econômica na qual as condições de vida da imensa maioria da população continuam extremamente precárias” (SEVERINO, 2000, p. 66). Assim percebemos que outros continentes e países também enfrentam seus problemas, como mostra Chomsky (2002, p.17)

a batalha pelas mudanças sociais não é um problema hipotético. A atual ordem neoliberal gerou imensas crises políticas e econômicas, do leste da Ásia à Europa Oriental e América Latina. É frágil a qualidade de vida nas nações desenvolvidas da Europa, América do Norte e Japão, sociedades que passam por consideráveis turbulências. Convulsões sociais terríveis nos esperam nos próximos anos e décadas. No entanto, há muitas dúvidas acerca do resultado dessas convulsões e poucas razões para pensar que elas levarão automaticamente a um desfecho democrático e humano, o qual estará determinado pelo modo como nós, o povo, nos organizarmos, respondermos e agirmos.

Os governantes, os líderes políticos e os capitalistas dedicam-se, segundo Mészáros (2002), a consolidar a essência do capitalismo, porém este esforço não garante que os antagonismos, as deficiências e contradições sejam controladas, mas permanecem como um pavio aceso preste a detonar uma bomba. Assim torna-se inevitável a busca de alternativas para a ordem vigente, que

exige uma grande reavaliação do quadro estratégico do socialismo e das condições de sua realização, diante dos fatos e decepções do século XX. Precisamos urgentemente de uma teoria socialista da transição, não simplesmente como antídoto para as absurdas teorizações do ‘fim da história’ e o concomitante enterro prematuro do socialismo. Em seus próprios termos positivos, uma teoria da transição é necessária para que se reexamine o quadro conceitual da teoria socialista, elaborada originalmente no ‘cantinho do mundo’ europeu. [...] em termos da dinâmica histórica exatamente do mesmo sistema do capital global ‘realmente existente’ a que

o modo socialista de controle tenciona proporcionar a necessária alternativa, por meio da autogestão dos produtores associados (MÉSZÁROS, 2002; p. 41).

No início do Século XXI, a ênfase na busca de alternativas à política econômica-social atual tem sua base em dois motivos, segundo Santos e Rodríguez (2002, p. 24-25),

Em primeiro lugar, vivemos em uma época em que a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tem precedentes na história de aceitação do capitalismo mundial. [...] Em segundo lugar, a reinvenção de formas econômicas alternativas é urgente porque, em contraste com os séculos XIX e XX, no início do novo milênio a alternativa ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável. [...] O que se pretende, então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente.

O estágio no qual o capital se encontra submete os trabalhadores a relações de exploração e dominação, por isso, começaram a surgir novos cenários de exercício da força produtiva, em especial daquela formada pelo coletivo dos trabalhadores. A competitividade, a concorrência e a grande produtividade imposta pelo mercado global, geram formas de sociabilidade pobres e frágeis, que buscam satisfazer os interesses pessoais. O contexto da globalização e as políticas sociais internacionais apontam o modelo da cooperação como a única alternativa para a luta contra a miserabilidade global.

2.1 - Economia Solidária

No início do século XIX, com o advento e difusão das máquinas, ferramentas e do motor a vapor houve um aumento da pobreza e do desemprego. A globalização agravou a situação da sociedade, propiciando um enorme crescimento da desigualdade econômica e social; um aumento marcante da pobreza absoluta entre as nações e povos mais atrasados do mundo; um meio ambiente global catastrófico e uma economia instável. Estes fatos

motivaram os trabalhadores a criarem formas alternativas de organização do trabalho com objetivo “de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas” (SINGER, 2002, p. 83) e melhorar a qualidade de vida.

Dentre as alternativas de organização do trabalho que têm surgido a mais evidente tendência é a chamada Economia Solidária, pois

mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A Economia Solidária cresce em função das crises que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social. (SINGER, 2002, p. 86-87)

Desde a década de 1980, o cooperativismo ganhou um novo fôlego e o setor do movimento que mais se desenvolve é o das cooperativas de trabalho, nas quais os trabalhadores também são proprietários do empreendimento. Esta situação é nova, pois nas empresas só eram visualizadas duas posições, a de patrão e a de empregado, o auto-emprego coletivo, conforme denomina Singer (2002), é ainda uma novidade. Observando a realidade deste novo tipo de empresa, é possível perceber que esta nova relação de trabalho não é tão harmoniosa como aparenta ser. Há diversos tipos de conflito e além disso “nem mesmo as organizações nas quais os sócios são efetiva e basicamente trabalhadores encontram-se livres do fenômeno de degeneração ou mesmo de reconversão ao modelo empresarial capitalista” (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 37).

A igualdade e a democracia são apresentadas como valores primordiais para a estruturação destas formas alternativas de organização do trabalho. Uma vez que, de fato,

a Economia Solidária surge no Brasil, [...], provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar. É desta época a formação das cooperativas que assumem a indústria Wallig de fogões, em Porto Alegre, a Cooperminas, que explora uma mina de carvão falida em Criciúma (Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas (em Recife e em São José dos Campos) da

antiga Tecelagem Parahyba de cobertores. Todas elas continuam em operação até hoje. (SINGER, 2002, p. 87)

As empresas que se enquadram na economia social estão preocupadas em estabelecer uma atividade econômica eficiente que gere ganhos que serão distribuídos eqüitativamente entre os trabalhadores. Este tipo de empresa tem se fortalecido e visa produzir um contexto de trabalho mais justo e democrático. Foi na década de 1990 que o termo *Economia Solidária* ganhou corpo, de acordo com Singer. Para ele,

Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembléias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores. [...] portanto, o capital da empresa solidária não é remunerado, sob qualquer pretexto, e por isso não há 'lucro', pois este é tanto jurídica como economicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital (SINGER, 2002, p. 83 – 84).

O trabalho solidário coletivo é a base da Economia Solidária, todos os trabalhadores são igualmente donos do empreendimento, assim a propriedade é coletiva e, para garantir sua participação na gestão da empresa, os trabalhadores têm direito a voto. Cada homem corresponde a um voto, este é o princípio da igualdade que sustenta esta modalidade de organização do trabalho. Todos os trabalhadores precisam estar empenhados em produzir solidariamente a renda para que todos possam usufruir igualmente.

Partindo da convicção e do compromisso da potencialidade de sistema econômicos autogestionários e de propriedade social, no interior da economia de mercado, a experiência mostra que é necessário construir uma identidade, ampliar o arco de aliança ao redor de proposta viáveis e fundamentadas e superar obstáculos doutrinários, teóricos e práticos a partir de projetos pilotos. (TESCH, 1999, p. 47)

A busca de uma identidade de empresa solidária é um processo que precisa se fortalecer, pois a cultura do trabalho assalariado dificulta a construção desta identidade e superá-la é essencial para a consolidação deste tipo de organização econômica, uma vez que o desenvolvimento deste tipo de empresa no Brasil ainda está no início e muito há para ser modificado e construído.

A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na Economia Solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo. (SINGER, 2002, p. 127)

Recentemente, na década de 1990, com a crise no mundo do trabalho, alguns sindicatos ameaçados pelas propostas de flexibilização das leis trabalhistas e vinculados historicamente à idéia de que somente a classe operária poderia lutar contra o capitalismo, através da organização coletiva, passaram a apoiar a Economia Solidária. Como a base social dos sindicatos eram os trabalhadores assalariados, quando eles assumiam as empresas falidas ou em vias de falir através da formação das cooperativas ou empregas autogeridas, deixavam de compor a classe de trabalhadores assalariados, passando a assumir o papel de patrões e operários ao mesmo tempo.

As cooperativas eliminariam o caráter de classe dos trabalhadores, [...] também esta argumentação se baseia na ignorância do que é a Economia Solidária. As cooperativas de reprodução e de trabalho são chamadas de 'operária' – '*worker cooperatives*' – por causa de sua ligação orgânica com o movimento operário. A Anteag, a Unisol e o MST não são menos operários e socialistas do que os sindicatos mais militantes. Além disso, os membros do sindicato que formam cooperativas operárias devem continuar a pertencer ao sindicato, que deveria abrir suas portas a todos os trabalhadores que não exploram trabalho alheio e queiram de filiar (SINGER, 2002, p. 124-125).

Muitas iniciativas de economia social que demonstravam não possuir grandes chances de manter-se no mercado passaram

a receber a atenção e o apoio de instituições especializadas como Anteag, MST, incubadoras, Unisol, ADS e Cáritas, entre outras. O que [...] deixou claro é que a Economia Solidária já firmou sua identidade e por causa disso está em condições de se estruturar, em nível local, regional e nacional (SINGER, 2002, p. 127).

As bases para o desenvolvimento da economia social são os valores de solidariedade, de justiça e de democracia e estes valores contribuem para que as relações de trabalho sejam diferenciadas e novas práticas apareçam.

2.2 - Autogestão

A economia social tem como segmentos mais antigo e consolidado, segundo Dal Ri e Vieitez (1999), o cooperativismo tradicional. Porém, “a partir dos anos 80, começam a emergir os novos sujeitos da economia social” (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 19), sobretudo as empresas autogestionárias.

Segundo Pérus (1998), a idéia de autoe gestão é antiga e foi trabalhada por um socialista francês, Proudhon. Embora este tenha usado termo *autogestão*, utilizou em seus escritos o conteúdo essencial do termo, classificando vários grupos como conjunto social de grupos autônomos, configurando uma sociedade autogestionária, aquela que é organicamente autônoma, constituída de várias autonomias individuais compondo a autonomia do grupo que se auto-administra.

Conceitua que

autogestão é forma de gestão de empresa, que privilegia o fator trabalho sobre o capital, apropriado ao trabalhador o produto de seu trabalho e garantindo a participação democrática. Os elementos constitutivos neste conceito são: a – A **propriedade é social e comum a todos**; b – O capital é **coletivo**; c – A organização interna é democrática; d – A renda gerada é redistribuída na proporção do trabalho. Há elementos suficientes para caracterizar a **autogestão cooperativa**: - trata-se de uma forma de gestão nas cooperativas e no sistema cooperativista onde o **fator trabalho** prepondera sobre o capital coletivo, tanto como poder de decisão, quando como critério de distribuição do seu produto (Pérus, 1992, p. 63 – 64, grifos do autor).

Para Roca (1983), a empresa autogestionária diferencia-se da empresa capitalista, pela forma como são controladas; a primeira, é controlada pelo *trabalho* (autogestionário) e a segunda, pelo *capital* (capitalista). O autor completa que, “as primeiras são aquelas onde a administração e controle exclusivo estão nas mãos dos membros ativos da empresa baseados em um homem, um voto; e as segundas onde a administração e o controle estão nas mãos dos proprietários do capital.” (ROCA, 1983, p. 128)

Nos dias atuais, as empresas autogestionárias, conforme definição de Vieitez e Dal Ri (2000), são empresas de propriedade coletiva e nelas os proprietários também são trabalhadores, não existindo a figura do investidor capitalista. As cotas-partes têm seus valores definidos pelos próprios trabalhadores e cada associado passa a possuir uma quantidade de cotas-partes, que é limitada por lei para que nenhum associado detenha o controle sobre a empresa.

Embora busquem consolidar-se como uma alternativa de organização ao trabalho capitalista, as empresas autogeridas estão presentes dentro do sistema de produção capitalista, ou seja, sendo mesmo uma organização diferenciada “as relações que a EA estabelece com os demais sujeitos econômicos são relações de produtores de mercadoria que intercambiam seus produtos por meio dos mecanismos de mercado” (VIEITEZ, DAL RI, 2001, p. 20). Assim, embora tenham uma inspiração diferente, o seu funcionamento é determinado pelas leis de valorização do capital. As empresas autogestionárias têm que se adequar às determinações do mercado, neste sentido a organização da produção é profundamente afetada, pois as empresas precisam manter-se competitivas.

Pensar em uma empresa cooperativa autogestionária significa falar em “novas formas de organização da força de trabalho supõem a *desconstrução* dos antigos pactos sócio-políticos que diferenciavam e regulavam os atores sociais no processo de trabalho” (ALBUQUERQUE, 1995, p.34). Por outro lado, segundo o autor, pensar a autogestão somente a partir

do referencial cooperativo significa reduzi-lo à mitologia do bom selvagem, que dissimula a realidade social e a complexidade do processo de produção, induzindo à crença nostálgica de que uma relação simples e sã entre aqueles que produzem pode ser promovida através de sistema de participação propostos e de responsabilidade apenas gerencial (ALBUQUERQUE, 1995, p.34).

Albuquerque (1995) alerta para o fato de a atividade autogestionária não pode ser concebida simplesmente como um instrumento coletivo de gestão de uma empresa associativa

a serviço de projetos individuais, mas deve ser encarada como um novo e salvador modelo de gerenciamento. O autor propõe uma revisão e ruptura com os pactos sociais de subalternidade, estatutária, assistencialista, paternalista existente na empresa capitalista.

As EAs primam pela igualdade, porém é preciso acautelar-se para não reduzir a igualdade a um aspecto mecânico (um homem, um voto), mas a igualdade deve ser concebida nas EAs como “equidade que implica justiça, igualdade de direitos, de oportunidades e de exercer o poder de acordo com critérios eqüitativos” (ROCA, 1983, p. 145)

Na perspectiva da igualdade, a distribuição dos ganhos deve ser definida por critérios que visem a justa distribuição. Porém, além da igualdade distributiva a que propõe a empresa autogerida, ela deve também programar a acumulação social, uma vez que para o autor o fundamental é que

o trabalho gera riqueza e segurança e ninguém tem direito de viver do trabalho e esforço dos outros. A acumulação social está também ligada à distribuição do excedente enquanto uma proporção determinada dos excedentes das empresas devem por lei anualmente desembolsar-se para a sociedade (representada em algum organismo). Esta poderá emprestar estes recursos para criar novas empresas de autogestão. A acumulação social é pois uma alternativa que podem seguir as empresas de autogestão que se pautam dentro de uma concepção socialista, como uma igualitária com liberdade e solidariedade. (ROCA, 1983, p. 146)

A empresa autogerida apresenta a vantagem de atuar com mais racionalidade, criatividade e agilidade, mas para isso precisa vencer alguns vícios das empresas tradicionais e estes podem ser de ordem externa à concorrência de mercado, como as empresas capitalistas que utilizam estratégias como sonegação de impostos para obter melhores condições. A empresa autogerida não pode negligenciar seus valores e critérios. Quanto à ordem interna as questões que precisam ser consideradas são a falta de autonomia individual para tomada de decisões e o aumento do controle sobre o patrimônio e os fluxos financeiros, que podem prejudicar a empresa autogerida. “Então, se por um lado é uma empresa que concorre no mercado e busca padrões de excelência como qualquer outra, por outro lado é uma empresa

diferente onde seus membros adotam um código de valores mais amplo e compartilham objetivos comuns importantes” (GUTIERREZ, 2000, p.37).

É fundamental para a autogestão a colaboração e a confiança. Não se trata de ingenuidade e inocência, mas da construção consciente e intencional de um trabalho regido por valores que têm origem na sociabilidade espontânea, no lazer, na convivência comunitária livre e autônoma que configura a vida de cada pessoa.

São precisamente as regras que caracterizam as relações de amizade, de respeito, solidariedade e apreço entre as pessoas, que servem de exemplo concreto do tipo de relação intra-organizacional das experiências de autogestão, economia social e cooperativas de trabalho. Cada membro pode esperar dos demais o que espera de um amigo, e deve corresponder na mesma medida. Nesse contexto, as condutas desviantes não constituem fraudes ou conluíus, mas atos de traição à amizade, o que é muito grave (GUTIERREZ, 2000, p.38).

É essencial confiança entre as pessoas que “pode se traduzir tanto em eficiência e produtividade, como num ambiente mais saudável e agradável para todos os membros do grupo” (GUTIERREZ, 2000, p. 38). A prática autogestionária tem como base a cultura da solidariedade, que une autonomia pessoal com transparência, mas para que isso se efetive, esta confiança precisa ser desenvolvida no interior da organização. De acordo com o autor, é preciso

disseminar, no interior da organização autogerida, práticas de confiança, identidade e busca discursiva do consenso com relação à construção de planos coletivos de ação, conforme é característico do mundo da vida e da sociabilidade espontânea. Isto cumpre um papel importante para viabilizar economicamente a eficiência das experiências alternativas de organização do trabalho. (GUTIERRES, 2000, p. 39)

A autogestão, além de criar este ambiente de amizade e confiança, cria novas relações tendo o trabalhador como centro e não o capital, isso cria novas configurações das relações de trabalho .

2.3 - Associações Nacional dos Trabalhadores Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)

Há várias organizações que procuram desenvolver a economia social, atuando sobre a educação, formação e apoio técnico às empresas. É no contexto de Economia Solidária, do terceiro setor da economia e do movimento autogestionário, que tem origem a Anteag.

A mais antiga entidade que representa exclusivamente empresas de trabalhadores no Brasil é a ANTEAG. Ela se constituiu por um grupo com uma trajetória de atuação no meio sindical, organizações populares e políticas que se aglutinaram, principalmente, a partir do núcleo de formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo na década de 80. A ANTEAG vem implementando, desde 1994, projetos de autogestão em empresas de vários Estados do Brasil, passando de 50 projetos em 1999 para 223 projetos em 2001. Dependendo da região, a ANTEAG tem promovido iniciativas integradas a Governos Estaduais e Municipais, sindicatos e outras organizações sociais. (PARRA, 2002, p. 58)

A Anteag atua diretamente no processo de transformação de uma empresa falida ou em processo de falência em uma empresa solidária, com a principal

tarefa de salvar ou criar postos de trabalho numa situação de desemprego alarmante. Isto encontra-se em consonância com o fato de que a grande maioria de seus empreendimentos associativos é ainda, hoje, originária do resgate de empresas capitalistas falidas ou que estavam em processo falimentar. (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 29)

Neste processo há passos fundamentais a serem vencidos. O primeiro passo

é ganhar a anuência dos próprios trabalhadores, que – precisam aceitar trocar seus créditos trabalhistas por cotas de capital da *sua* nova empresa, o que só acontece se eles acreditarem que são capazes de assumir coletivamente a gestão da empresa em crise e reabilitá-la (SINGER, 2002, p.89).

O segundo passo “é conseguir que o patrimônio da firma passe para os trabalhadores associados, o que muitas vezes requer um crédito, cuja garantia é o próprio patrimônio negociado” (SINGER, 2002, p. 90). E o terceiro é a concretização da nova empresa através da recuperação da clientela, dos fornecedores e dos créditos da antiga empresa. Neste processo

os primeiros tempos são muito duros, pois os trabalhadores têm de acumular capital de giro, o que significa que durante certo período eles não vão ter a retirada ‘cheia’ (nível almejado de ganho mensal, em geral igual ao que tinham quando empregados), mas muito menos. É o chamado “período heróico”, que pode durar

meses, no qual os trabalhadores às vezes não conseguem sequer um rendimento de subsistência. (SINGER, 2002, p. 90)

Todo este processo não se resume à massa falimentar de empresas, mas a Anteag atua junto a empresas em constituição ou em andamento que desejem assumir o regime de autogestão.

A Anteag, ao longo de sua história, realizou várias discussões e eventos dedicados a discutir a autogestão. Como resultado deste processo as empresas associadas elencaram algumas características das organizações autogestionárias, de fundo mais prático do que teórico, segundo Vieitez (1997), sendo eles: 1) o lucro não deve ser o principal objetivo do grupo, mas os recursos devem servir à coletividade formada pelos membros que na organização trabalham; 2) autonomia de gestão; 3) democracia nas tomadas de decisões; 4) primazia dos homens e do trabalho sobre o capital na distribuição dos recursos.

Neste processo, os sindicatos tiveram uma participação importante, pois a questão mais significativa era conduzir os trabalhadores aos princípios da Economia Solidária, convencê-los a se unirem numa empresa em que todos fossem iguais, tendo direito a um único voto cada associado e “empenhados solidariamente em transformar um patrimônio sucateado num novo empreendimento salvável” (SINGER, 2002, p. 87).

Vieitez (1997) relata que os sindicatos têm contribuído na instalação de empresas autogeridas, não só com apoio político e logístico, mas até com financiamento em alguns casos. Mas mesmo com este apoio persistem algumas dificuldades, como: manter as empresas funcionando; insuficiência de capital; deficiência no processo acadêmico e profissional dos trabalhadores, pois a qualificação é fundamental para a empresa autogerida, e, finalmente, a falta de experiência de administração geral e principalmente autogestionária, sendo um problema para os dirigentes destas empresas.

As empresas da Anteag apresentam as seguintes características: a peculiaridade fabril e urbana dos estabelecimentos; o caráter de organização coletiva e produtiva dos trabalhadores; a motivação autogestionária e um certo apoio dos sindicatos, sendo basicamente organizações produtivas e coletivas de trabalhadores (VIEITEZ, 1997).

A motivação originária entre os trabalhadores para a autogestão é de fundo prático e não doutrinário, embora organizados em uma empresa autogestionária, a cultura empresarial patronal resiste por um tempo. Porém, a Anteag tem um projeto para modificar esta situação,

pois acredita na possibilidade de criar e expandir relações de trabalho não assalariadas, vale dizer, relações de trabalho não assalariado, vale dizer, relações que tenham o trabalhador, e não o capital, como epicentro da atividade produtiva. A autogestão é a denominação utilizada preferencialmente para designar essas novas relações de trabalho. (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 29)

A entidade foi se desenvolvendo

No ano de 1998, a Anteag contava com 41 empresas espalhadas pelo país, que suportava cerca de 10 mil postos de trabalho. As vendas cresceram numa média de 7% ao ano e o faturamento estimando para 1998 foi de aproximadamente 200 milhões de dólares.

A Anteag não exclui do seu horizonte de atuação os diversos tipos de empreendimentos da economia social. Contudo, enuncia claramente uma espécie de vocação industrial (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 28 - 29)

A partir de 2000 ela começou a celebrar convênios, segundo Singer (2002), com governos que optaram por investir na Economia Solidária.

O governo do Rio Grande do Sul de Olívio Dutra fez um convênio com a Anteag que levou à ampliação de seus quadros no Estado para poder atuar em todas as regiões, e os resultados não se fizeram esperar: em um ano surgiu algo como uma centena de novas cooperativas, possibilitando a preservação de dezenas de milhares de postos de trabalho (SINGER, 2002, p.91).

No ano de 2001, novos governos estaduais e municipais fizeram o mesmo. Em janeiro deste ano, a Anteag assessora 160 empresas em todo país, sendo a maior a Usina Catente, em Pernambuco, na qual trabalham 3200 famílias. A Catente faliu em 1995, mas a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a Anteag e o

Governo de Cuba, que forneceu agrônomos especialistas no cultivo do cana, colaboraram para que a Catente se transformasse em uma empresa autogestionária.

A Anteag cumpre atualmente a sua missão que promover a educação para a autogestão, oferecendo informação e formação tanto sobre autogestão propriamente dito, como sobre os princípios do cooperativismo, para os dirigentes e trabalhadores em geral. Além disso, atua na educação geral, ou seja, na qualificação profissional e treinamento, uma vez que o setor educacional das Empresas Autogestionárias não conta com grandes investimentos, fato que se mostra como um obstáculo para o crescimento destas empresas. Os avanços tecnológicos também exigem dos trabalhadores destas empresas um nível maior de qualificação para que se mantenham competitivas no mercado. “Em suma, para a formação do gestor coletivo e para a modernização da produção, a qualificação e a educação permanentes dos associados não são apenas um instrumento necessário, mas sim uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento das EAs” (VIEITEZ, DAL RI, 2001, p. 132).

2.4 - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol).

Outra organização que trabalha com empresas que se desenvolvem na perspectiva da Economia Solidária e autogestão, é a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol).

Na década de 90, por iniciativa dos próprios trabalhadores e com o apoio de alguns sindicatos, começa a aparecer no ABC, assim como em outras regiões do país, uma grande quantidade de experiências coletivas de trabalho e produção, que se organizam sob diversas formas, principalmente cooperativas, associações e empresas de autogestão (MATTOS, 2002, p. 4)

Esta entidade foi

organizada a partir do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que diante da criação de empresas pelos próprios desempregados metalúrgicos, percebeu a possibilidade de uma nova forma de articulação e representação coletiva. A UNISOL Cooperativas surgiu no final de 1999 com a reunião de 9 empresas de trabalhadores de produção industrial que somaram-se a um projeto sindical de incentivo às 'cooperativas autogestionárias' como mais uma frente de atuação política e de reação aos elevados índices de desemprego (PARRA, 2002, p. 60)

A idéia da Unisol foi construída com a participação de representantes de várias cooperativas. Foram os Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Químicos do ABC paulista os responsáveis pela criação da organização, que foi lançada politicamente em 1999 e oficializada em fevereiro de 2000, após a elaboração e aprovação de seu estatuto. O objetivo central desta organização "é atuar na promoção de alternativas de geração de emprego e renda para os trabalhadores do estado de São Paulo, baseadas na criação de novos empreendimentos inspirados no cooperativismo autêntico" (MATTOS, 2002, p.4). A Unisol é uma resposta à necessidade de constituir assessoria técnica que pudesse dar um suporte jurídico, contábil, financeiro, administrativo, de gestão e de marketing às cooperativas.

A atividade principal da Unisol, segundo Mattos (2002), era contribuir para consolidação das empresas cooperativas, do ponto de vista legal, formal, orientando as nos princípios do cooperativismo autêntico e inserindo-as no mercado nacional. Esta entidade foi inspirada nas incubadoras de cooperativas populares formadas pelos docentes da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O trabalho consistia, em primeiro lugar, organizar e apresentar o grupo, unindo pessoas com potencialidade; sendo a segunda etapa chamada de pré-incubação do grupo, que era dividido a partir da elaboração do perfil dos participantes do grupo, assinatura de um termo de compromisso de incubação e estudo de viabilidade econômica do empreendimento; a terceira etapa é denominada de incubação do grupo, que consiste em: planejamento estratégico do processo de incubação, realização de cursos, acompanhamento e assessoria do processo de legalização da cooperativa. E a quarta e última etapa é a consolidação e gradação da cooperativa. Todo o processo de incubação, desde a

assinatura do termo de compromisso até a gradação, ou seja, quando a cooperativa é desincubada, deve ocorrer no prazo máximo de 24 meses.

No entanto, para Singer (2002, p.94)

A Unisol surgiu em 1999, como possível rival da Anteag: propõe os mesmos objetivos e inevitavelmente acabará desenvolvendo atividades semelhantes. Formalmente, constitui também uma associação de cooperativas, que, embora por enquanto se localizem todas no ABC paulista, pretende abranger entidades de todo o estado de São Paulo.

Quanto a relação da Unisol com a OCB, Mattos (2002) relata, que há um enfrentamento, pois a Lei 5.764/71 que regula as cooperativas no Brasil, condiciona sua legalidade à filiação à OCB, mas a Constituição de 1988, assegura a liberdade do exercício de qualquer atividade econômica sem obrigatoriedade de vinculação a um órgão que os represente,

a OCB entende que a cooperativa não filiada é ilegal, e não pode ter acesso a qualquer tipo de crédito. A OCB mantém pleno monopólio de representação do cooperativismo no Congresso Nacional, e defende fortemente a manutenção do sistema cooperativista tradicional (MATTOS, 2002, p.08).

A Unisol mantém vários trabalhos em parceria com diversas prefeituras. Atualmente, as parcerias mais significativas são com a prefeitura de Santo André, de São Paulo, de Diadema e de Mauá. Nestes projetos, a Unisol recebe a estrutura física e verba do governo municipal para desenvolver projetos de cooperativas populares baseados na Economia Solidária e nos princípios da autogestão.

A estrutura física da Unisol é bem simples e ela funciona em uma sala cedida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e os recursos financeiros que a mantém são oriundos dos contratos com as prefeituras, principalmente dos municípios de São André e São Paulo e da mensalidade das cooperativas filiadas que corresponde a cem reais mensais.



O presidente atual da Unisol aponta alguns problemas. Um dos problemas mais proeminentes é a dificuldade de sensibilizar os juízes encarregados dos casos de empresas para que as cooperativas comecem a trabalhar.

Segundo Mattos (2002), os desafios da Unisol são muitos até para manter a fidelidade aos princípios do cooperativismo, pois, diante do desemprego e da falência da empresa, a única opção acaba sendo a cooperativa, assim o princípio da livre adesão já fica prejudicado. A baixa escolaridade e qualificação dos trabalhadores de alguns setores da economia prejudicam o desenvolvimento da autogestão nas cooperativas incubadas.

Enfim, a organização

aposta na construção de autonomia do trabalhador e de uma lógica da solidariedade nas relações de trabalho, não deixa de possuir uma dimensão revolucionária, dada a hegemonia da lógica da competitividade no mundo capitalista, que certamente não é parceira da Unisol (MATTOS, 2002, p. 18).

2.5 - MST: Uma organização coletiva que busca a justiça no Campo

A questão da terra é muito antiga no Brasil, vem desde a chegada dos portugueses em terras brasileiras e a divisão do território nacional em capitanias hereditárias, o que foi o princípio da formação dos grandes latifúndios brasileiros. Desde então, a luta pela terra vem se construindo no interior dos grupos populares que buscam um pedaço de terra para viver e trabalhar. Segundo Singer (2002), durante o período do regime militar o movimento foi fortemente reprimido, porém com a redemocratização do país, o movimento voltou a se articular.

O movimento [...] a partir da abertura política empreendida no âmbito do ciclo militar, já no final dos anos 1970, é o produto social e político de um conjunto de

fatores, [...] incluem desde as condições políticas repressivas período autoritário, e o ativismo político daí decorrentes, às ações de mobilização e politização organizadas por setores radicalizados do clero católico, dos efeitos da vigorosa modernização agrícolas da década citada à história política das comunidades rurais do Sul do Brasil [...], ou ainda, da abertura política iniciativa em 1979 aos processos sociais que acabaram impulsionando um 'ciclo de protesto' em áreas rurais daquela região brasileira (NAVARRO, 2002, p. 194-195).

Foi no início da década de 1980, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, surgiu, formalmente, passando a realizar

uma ação marcada por pressões políticas e ocupações articuladas de terra. Na segunda metade da década de 80, o primeiro governo civil, eleito pós-ditadura, inicia o seu Programa Nacional de Reforma Agrária com base em desapropriação de terras improdutivas e concomitante assentamento de famílias” (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 20).

Atualmente o movimento é conhecido pela sigla MST. E transformou-se no movimento popular mais importante do país e

entre os movimentos sociais que surgiram naqueles anos de transição política, o MST apresenta a mais forte identidade social e tem sido capaz de bem definir a sua base social e motivá-la. Como resultado, é um movimento com expressiva capacidade de mobilização, o impacto de suas ações sendo, no geral, de grande visibilidade pública. Tendo se tornado um ator social reconhecido e participativo das lutas sociais, os resultados de suas ações têm sido razoavelmente significativos, pois já conseguiu forçar o nascimento de milhares de novos assentamentos em todo o Brasil. (NAVARRO, 2002, p. 202)

Segundo Dal Ri e Vieitez (1999), o MST tem como objetivos atuais promover uma transformação na ordem social e política do país, instaurando o socialismo, no lugar do sistema capitalista vigente. As “principais referências teóricas e ideológicas, comumente mencionadas em seus documentos, derivam do pensamento e prática de revolucionários tais como Lênin, Marx, Che Guevara e outros” (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 20).

Dentro da concepção política do MST, a tendência revolucionária, baseada na democracia e ação coletiva é marcante. Segundo Carvalho (2002), o movimento tem em sua organização um perfil inovador, confirmando a postura que busca a emancipação social continuada que caracteriza as ações políticas do MST, pois

as pessoas, os grupos e classes sociais que desejam ser e vir-a-ser sujeitos das suas histórias estão em permanente tensão entre a alienação e a consciência crítica, entre

a dominação e a libertação e entre a tutela e a emancipação. [...] Desejo sugerir que a emancipação social é um processo continuado. Pode ter começo, e a percepção do seu início poderá até ser datada, mas necessariamente não tem fim. Assim, mesmo nos processos revolucionários, pessoas, grupos e classes sociais conseguem fazer fluir emancipações pessoais e sociais em movimento permanente, isto é, sempre em movimento e incompletas (CARVALHO, 2002, p. 239).

No começo da década de 1990, os agricultores já assentados, através da Reforma Agrária, fruto das pressões do movimento, enfrentavam outros obstáculos que poderiam impedir a sobrevivência dos grupos de assentados e impossibilitar a competitividade no mercado agrícola brasileiro. Os desafios que se colocavam eram:

1) como tornar economicamente viáveis os assentamentos possibilitando a permanência dos trabalhadores na terra e; 2) como fazer com que os trabalhadores, uma vez alcançado o objetivo imediato de acesso à mesma, não abandonassem a luta política e o próprio Movimento.

A busca de resposta para estes problemas conduziu o MST a formas de organização coletiva dos trabalhadores nos assentamentos. (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 20-21)

Ainda na década de 80, os grupos e ações coletivas emergiram no interior do movimento, porém com formas e sob modalidades organizacionais diversas. No período de transição da década de 80 para a de 90, “o MST cria o Sistema Cooperativista dos Assentados e, finalmente, em 1992, funda a Concrab” (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 20-21).

Segundo Singer (2002), Dal Ri e Vieitez (1999), o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados) tinha como principal objetivo unir todos os assentamentos do território brasileiro, respeitando os princípios clássicos do cooperativismo, reconhecendo, porém, que estes princípios não garantem a efetivação das relações de trabalho democráticas. Na expectativa de inovar as relações de trabalho, a Concrab (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil).

cria novas instâncias de representação que contemplam os níveis básico e intermediário da administração. Por outro lado, busca inovar o regime de trabalho descentralizando as instâncias de poder e modificando a concepção de divisão de trabalho que impera na ordem social capitalista. Não obstante a dificuldade do MST e da própria Concrab em nomear estas modificações que vão sendo introduzidas, recentemente em seus documentos e alocações começa a aflorar o termo autogestão (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 22).

Assim como a Anteag, a Concrab tem como uma das principais preocupações a educação. Por isso planeja e realiza ações educacionais no processo de gestão do movimento, mas, também, nas escolas dos assentamentos que têm o objetivo de educar os assentados e seus filhos para o trabalho cooperado, estimulando a permanência dos jovens no campo e possibilitando uma formação política e ideológica aos membros dos assentamentos, na afirmação dos estudiosos Dal Ri e Vieitez (1999).

Há duas metas dentro do objetivo geral do MST, uma no âmbito político e a outra no econômico. A primeira

busca preservar sua influência político-ideológica sobre as cooperativas, ao mesmo tempo em que trabalha procurando fazer com que as mesmas sejam centros de formação de militantes e quadros para o movimento. No plano econômico, procura garantir a permanência do trabalhador na terra por meio da organização da produção em bases coletivas (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 21-22).

Enfim, o Movimento dos Sem Terras é um movimento significativo na história da economia social, que é construído pela vida das pessoas envolvidas nesta luta, neste processo que deseja criar uma nova realidade de vida, pois “a dinâmica do MST é reflexo da sua prática histórica. Os valores e a mística são ressaltados e reforçados pela educação nos assentamentos e acampamentos” (CARVALHO, 2002; p. 255).

2.6 – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas.

Diante do aumento do desemprego e do baixo crescimento da economia brasileira, a busca de alternativas para a geração de trabalho e renda para as populações excluídas do mercado formal de trabalho levou um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a trabalhar e desenvolver uma metodologia para a formação de cooperativas populares. Após uma reunião

com o Comitê das entidades públicas no combate à fome e pela vida, Fórum de Ciências e Cultura da Universidade e outras organizações correlatas, apresentou o projeto de criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, cujas atividades tiveram início em 1996 (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 26).

A metodologia utilizada pelas incubadoras exige a retomada da autonomia por parte de populações e da noção de cidadania e direito (MATTOS, 2002). A partir da experiência da UFRJ, as universidades paulistas, como a USP, a Unicamp, a FGV e muitas outras, também começaram a criar incubadoras e formaram a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho/Unitrabalho. Alguns sindicatos reconheceram nestas experiências uma grande possibilidade para atuação junto aos trabalhadores em situação de desemprego.

As incubadoras de Cooperativas tinham como objetivo inicial

preencher uma lacuna vital no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associada, iniciada pela Cáritas e expandida pela ACCMV: a de prestar assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a apurarem as técnicas empregadas, a legalizarem as cooperativas, a buscarem mercados e financiamento, etc (SINGER, 2002, p. 122).

As funções que as incubadoras desempenham são:

a) capacitação – montagem e coordenação de cursos; b) formação – organização dos grupos, formação das cooperativas e acompanhamento de gestão; c) projetos – atividades para as cooperativas, estudos de viabilidade econômica e acompanhamento técnico; d) administração – legalização da empresa, administração e acompanhamento financeiro. (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 27)

A COPPE foi a primeira a entidade que utilizou a expressão Cooperativismo Popular, embora do ponto de vista do Estado e da legislação este tipo de organização econômica não exista. “Pelo fato de o cooperativismo popular incorporar grupos sociais desprovidos de quaisquer condições econômicas, a Incubadora pleiteia o não pagamento das taxas de alvará e o recebimento de créditos diferenciados para os mesmos, o que também não é regulamentar” (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 27).

As incubadoras valorizam o caráter democrático da gestão. E



para garanti-lo, as cooperativas utilizam-se de instrumentos tais como os contratos, as assembléias, as comissões de ética e a criação de fundos par auxiliarem o crescimento tanto da empresa como dos direitos sociais dos cooperativados, como por exemplo, o Fundo de Investimento e o Fundo Social. (DAL RI, VIEITEZ, 1999, p. 27)

As incubadoras têm aumentado em quantidade, especialmente nas universidades em convênio com a Unitrabalho, pois a “expansão da rede de incubadoras universitárias se dá na mesma medida em que empreendimentos solidários multiplicam-se por todas as partes do Brasil” (SINGER, 2002, p. 124).

2.7 - A Cáritas Brasileira

A Cáritas é uma rede internacional de caridade e solidariedade, sediada em Roma e que abrange as Cáritas nacionais, subdivididas em 7 regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e Mon (Oriente Médio e Norte da África). Embora seja uma instituição da Igreja Católica, tem uma visão ecumênica, e faz parceria com alguns organismos internacionais que lutam pelos direitos humanos. É reconhecida internacionalmente pelo Conselho Socioeconômico da ONU (Organização das Nações Unidas) como de *status consultivo geral*.

A Cáritas Brasileira faz parte da rede mundial *Caritas Internationalis*, da Igreja Católica que tem uma atuação social e está presente em 198 países. Foi criada na 3ª Assembléia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 12 de novembro de 1956, vinculada juridicamente ao Secretariado Nacional da Ação Social da organização, dentro de um contexto que atribuída à atividade social o poder de suavizar as feridas sociais impostas pelo sistema capitalista.

Na década de 1960, sua identidade foi marcada pela concepção de desenvolvimento da Comunidade, seu principal programa foi o Programa de distribuição de alimentos e donativos, de origem norte-americana na maior parte das vezes. Porém em 1966, a Cáritas Brasileira desligou-se oficialmente do Secretariado Nacional da Ação Social da CNBB, constituindo-se em entidade juridicamente autônoma, mantendo o vínculo filosófico e doutrinária com a entidade de origem. Neste período, a Cáritas Brasileira contava com 184 Cáritas Diocesanas e 5000 obras sociais filiadas.

Em 1974, houve o encerramento do programa de distribuição de alimentos, que provocou o fechamento de muitos Escritórios Regionais e Cáritas Diocesanas. Porém, simultaneamente, um novo processo de organização teve início, com um enfoque maior na promoção humana. Até 1977, as estruturas regionais da organização viveram um processo de reorganização. Para adequar-se à estrutura da CNBB, os escritórios que se mantiveram em funcionamento foram transformados em secretarias regionais.

Diante de todas essas transformações a Cáritas Brasileira foi redimensionando sua prática quanto à metodologia de trabalho e as suas prioridades de ação. E gradativamente, abandonou o trabalho puramente assistencial para assumir uma postura libertadora e articulada com as demais pastorais sociais e movimentos populares, enfatizando a busca de uma nova cidadania, através de relações mais democráticas e reformulação de políticas públicas sociais. Neste contexto, é visível que a Igreja Católica, pela ação da Cáritas, assumiu uma postura de crítica ao capitalismo postulando que a solidariedade liberta. Este nova postura,

implica uma tese ousada: a de que os trabalhadores, desde que se organizem e granjeiem apoio, podem por si só superar a miséria. Uma das implicações desta tese é que este apoio não tem de ser do Estado, pressuposto geral de todas as correntes de esquerda até então. A Cáritas passou a apoiar milhares de PACs (Projetos Alternativos Comunitários) por todo Brasil (SINGER, 2002, p.117).

Nesta nova perspectiva, desde 1984, a Cáritas Brasileira conta com a ajuda de várias Cáritas internacionais, como da Suíça e Alemanha.

O sentido revolucionário emprestado à palavra 'alternativo' testemunha a notável guinada da Igreja provocada pela opção preferencial pelos pobres, isto é, pelos não possuidores de meios de produção. A nova postura de início não tinha um programa claro de como os trabalhadores podem sair da miséria pelas suas próprias forças. Por isso ela convoca as próprias comunidades a encontrar as saídas, pela aplicação do antigo mas ainda hoje indispensável método de ensaio e erro, através de uma vasta multiplicação de diferentes 'experiências' (SINGER, 2002, p. 117).

A Cáritas Brasileira tem sua Secretaria Nacional localizada em Brasília, que coordena e articula a rede de Cáritas Diocesanas e Regionais e é reconhecida como de utilidade pública federal. Seus agentes atuam junto aos excluídos e marginalizados, na busca, muitas vezes, de garantir a sobrevivência e, em outras situações, uma vida com mais dignidade. Concretizando a opção preferencial da Igreja pelos pobres,

a igreja no Brasil encontra no discurso e nos movimentos de libertação da América Latina o sinal dos tempos e o seu comprometimento evangélico e pastoral com os pobres e começa a se questionar sobre a sua vinculação com as classes dominantes. Em Medellín começa a ler os sinais dos tempos da América Latina numa dimensão política a partir do evangelho. Surgem grupos de cristãos comprometidos na luta pela libertação da dependência econômica, política, social e cultural da América Latina. É em contato com a realidade de dependência do capitalismo que a Igreja toma consciência da necessidade de uma nova 'práxis' da fé cristã, que seja fator de libertação e de transformação. [...] comprometida pela opção preferencial pelos pobres, a Igreja no Brasil se torna, como se disse, a porta-voz dos perseguidos... (BALDISSERA, 1987, p. 33).

Quanto há um comprometimento de ambas as partes (organização e povo) percebe-se que a adoção dos PACs (Programas Alternativos Comunitários) assinala uma possibilidade de atuação que permita realmente uma ação libertadora e que recuse as imposições do capitalismo. Ou seja,

quando há esse comprometimento recíproco entre o agente de pastoral e a base, em função de um projeto alternativo de sociedade, percebe-se que o exercício do poder é democrático. Não há o que se impõe sobre os outros. Existe muita discussão e busca, em conjunto, do caminho mais acertado para atingir tal proposta. Dessa forma, o exercício do poder é dirigido no sentido do não-estabelecimento de relação vertical, de cima para baixo, ou seja, personalizado, em algum líder, mas, antes de tudo, praticado de maneira que todos os membros participem. (BALDISSERA, 1987, p. 127)

Os Projetos Alternativos Comunitários que a Cáritas Brasileira assumiu foram classificados em quatro categorias, segundo Singer (2002, p. 118):

‘comunitários’, subdivididos em produtivos e de prestação de serviços, de apoio a ‘movimentos populares’, à ‘ação sindical’ e projetos de ‘assistência e promoção social’. [...] A metade dos PACs estudados eram comunitários, 82% deles de atividades de ocupação e renda. Isso significa que cerca de 100 dos 252 PACs eram associações ou cooperativas.

Dentro da tendência atual de ação da Cáritas Brasileira que é *ensinar a pescar e não dar o peixe*, a maior parte dos PACs são projetos produtivos, que tem a finalidade de melhorar a renda através da organização associativa. É importante mencionar que muitos destes projetos são rurais e coincidem com a experiência do MST, conforme afirma Singer (2002).

Atualmente a Cáritas Brasileira tem sete linhas de ação, presentes em nove regionais e com a metodologia dos PACs

deixa patente que um certo número de PACs produtivos urbanos vingou, inseriu-se na economia urbana e volta-se para o mercado em busca de meios para se tornar competitivo, disputando compradores com as empresas capitalistas comparáveis. É para isso que se sentem desafiados a se capacitar gerencialmente, criar economia de escala e assim por diante. A tese de que a solidariedade liberta começou a ser comprovada na prática (SINGER, 2002, p. 118).

No campo, segundo Singer (2002), a maioria dos PACs foram desenvolvidos em assentamentos do MST. E “nas cidades, surgiram a partir da ação da Cáritas cooperativas e grupos de produção associada que serviram para inserir na produção pessoas socialmente excluídas e empobrecidas” (SINGER, 2002, p. 118).

Atualmente a Cáritas tem uma atuação muito importante na construção de uma nova sociedade, ou pelos menos de novas relações e alternativas. “Estima-se hoje que a Cáritas tenha promovido perto de 750 projetos comunitários, atingindo diretamente cerca de 17 mil pessoas” (BERTUCCI, 1996, p. 69). O autor ainda afirma que diante deste fato os PACs passaram a ser sinônimo de projetos produtivos, representados principalmente pelas

associações e cooperativas. Assim, a Cáritas Brasileira busca cumprir seu potencial de libertar o homem no campo e na cidade.

Desse modo, estas organizações mencionadas são as mais representativas para o movimento da Economia Solidária e Autogestão no contexto atual. Seguindo esta linha teórica será estudada, no próximo capítulo, uma Cooperativa Educacional que busca atuar na mesma direção.



CAPITULO III

Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru - Ensino

3.1 - Sistema Educacional Bauruense

No município de Bauru a primeira referência com relação à organização do sistema educacional data de outubro de 1912, quando a Câmara Municipal aprovou uma lei que tornava o ensino primário municipal obrigatório e criava três espécies de estabelecimentos de ensino, sendo: as escolas ambulantes, as escolas provisórias e as escolas permanentes, destinadas a alunos a partir de 7 anos de idade. Inicialmente, as aulas eram atribuídas aos melhores alunos da escola normal, depois constitui-se o sistema de *pontos*. Mas foi só em 1948 que o primeiro Curso Normal foi criado em Bauru, destinado à formação específica de profissionais para o magistério de 1ª à 4ª série. No mesmo local, foi criado a curso primário, para servir de campo de estágio aos normalistas. “Até hoje essa escola carrega a sua importância em Bauru, é o famoso Instituto Ernesto Monte. Nesse período o professor era muito valorizado” (ARIOSI, 1999, p.18-19).

Atualmente Bauru, tem sete instituições de Ensino Superior e cinco delas oferecem curso de formação de professores em nível superior. Neste contexto, são formados em média,



300 professores de Educação Básica, nas Faculdades, no CEFAM e nas escolas particulares e os recém-formados praticamente não conseguem emprego, caso não se sujeitem aos estágios voluntários. Assim, há um número grande de professores sem emprego e os salários estão sendo cada vez mais minimizados. Nas escolas privadas o lucro é que determina as ações educacionais, os professores vivem a pressão da possibilidade de demissão, caso um pai de aluno faça alguma reclamação, pois a escola segue a visão empresarial de que o *cliente tem sempre razão*. No ensino público municipal, que abrange a educação infantil e parte do ensino fundamental, de primeiro ciclo, as salas são super lotadas, o funcionalismo está sem reajuste salarial há pelos menos 5 anos e os professores precisam lidar com a falta de condições materiais de trabalho, pois a prefeitura oferece somente o prédio, os profissionais e o mobiliário, que em algumas situações são insuficientes ou inadequados. O poder público estadual está repassando a responsabilidade no ensino fundamental (primeiro ciclo) para Prefeitura e permanecendo com o ensino de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e com o ensino médio, mas, com as últimas reformas, o número de turmas diminuiu sensivelmente e muitos professores perderam suas aulas.

Aliado ao exposto, na cidade de Bauru, há outro fato que merece atenção. O Sindicato dos Professores de Escolas Particulares (Sinpro) não tem uma atuação significativa em defesa dos interesses dos professores, aceitando alguns acordos com os proprietários de escolas que diminuem os benefícios trabalhistas em nome da manutenção do emprego.

Este contexto gerou a principal motivação para a realização do projeto de formação da Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinativa, ou seja, foi a insatisfação de alguns profissionais da Educação e áreas afins com as condições de trabalho nesta área que levou à organização desta cooperativa.



3.2 - Percurso de formação da Cooperativa

A Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinitiva, surgiu do desejo de duas professoras motivadas pela insatisfação com as condições de trabalho na Educação. Assim, em dezembro de 1999, as duas resolveram organizar uma Cooperativa de Profissionais da Educação em Bauru.

A gente resolveu ... é ... Então a gente pensava ... Ela já tinha uma escola, eu trabalhava em outra escola. E várias vezes a gente fez grupo de estudo com outros professores, com outros profissionais e sempre aquela idéia de Cooperativa. Cooperativa permanecia na nossa cabeça, mas a gente nunca ... num sabia de nada, não entendia do assunto. ... Até a gente conversar sobre o que era uma cooperativa. Fomos atrás de um contador que já tinha experiência em Cooperativa, mas não muito certo. Lembra do Celso? ... Fomos eu, você e a sua cunhada que fomos atrás dele. Ele incentivou muito a gente, falando dos pontos positivos e aí nós começamos a nos associar. As pessoas foram acreditando. Tendo credibilidade na gente. Muitos alunos do CEFAM. Foi uma história tão bonita!⁷

Esse processo teve início em Janeiro de 2000, com um grupo de seis professoras do qual a pesquisadora fazia parte. No dia três de fevereiro, foi realizada uma reunião na casa de um contador, entusiasta do cooperativismo, para que ele orientasse o processo de formação da Cooperativa, foi a primeira reunião do grupo que formou a Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinitiva.

O objetivo desses profissionais era desenvolver um trabalho voltado para a área educacional na cidade de Bauru, atendendo aos princípios de uma educação integral, de qualidade e para formar cidadãos. A cooperativa atua, principalmente, na manutenção de uma escola de ensino regular iniciada a partir do Berçário com possibilidade de atingir o ensino superior, estendo sua área de atuação à realização de cursos de formação de profissionais da educação e áreas afins. E, neste processo, garantir aos profissionais cooperados o exercício da sua atividade profissional dentro de um ambiente diferenciado, com uma organização do trabalho mais democrática e eqüitativa.

Nesta perspectiva o profissional que desejasse aderir ao projeto da Cooperativa deveria apresentar o seguinte perfil: ser uma pessoa com formação na área educacional ou em áreas afins; ter disposição para se envolver nas questões educacionais mais atuais e para comprometer-se com a gestão da cooperativa; participar do grupo acolhendo as opiniões dos outros componentes e expressando suas sugestões, sempre com uma visão de conjunto; e, finalmente, possuir disponibilidade para investir financeiramente na Cooperativa, sem previsão de ganhos. Na fala de uma das cooperadas do projeto, é possível perceber outras características importantes, para que a pessoa se tornasse um cooperado e que segundo ela deveria ser: “Acho que deve ser solidário, comprometido, amigo, cooperativo, envolvente, honesto, etc.”⁸

Foram quase 30 reuniões com a participação de aproximadamente quarenta pessoas durante todo o processo. Destas quarenta pessoas, vinte e uma participaram da Assembléia de Constituição da Cooperativa. Estas reuniões tinham como objetivo principal preparar toda a documentação necessária para a fundação da cooperativa e além, disso propor, discussões a respeito do movimento cooperativista, como se pode constatar na transcrição de uma parte da Ata extra-oficial⁹, da reunião do dia 01 de abril de 2000:

A reunião teve como pauta a apresentação do projeto da cooperativa, a definição dos membros participantes (atuais e futuros) e a definição do valor das cotas a serem integralizadas por cada membro. Foram apresentados a justificativa, o objetivo da cooperativa, o perfil dos cooperados, o plano de ação e o quadro de profissionais em cartazes que sintetizaram objetivamente pontos previamente discutidos nas reuniões pregressas, com abertura para discussão e dúvidas¹⁰.

Este período preparatório foi marcado por uma busca de informações sobre o movimento cooperativista, em todos os aspectos. O grupo contou com a colaboração de vários profissionais de Bauru, que se interessam em estimular o desenvolvimento do cooperativismo

⁷ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 20/05/03, pelo Associado A-6.

⁸ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 10/09/01, pelo Associado A-7.

⁹ Eram as atas que relatavam as reuniões anteriores à fundação oficial da Cooperativa, ou seja, são as atas que registram o processo de preparação da Cooperativa.

na cidade. Mas o grupo também buscou assessoria de outros centros. Foi realizada uma reunião com uma Equipe do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, de São Paulo, e uma outra reunião com um assessor do Instituto do Cooperativismo e Associativismo (ICA), que estiveram em Bauru, para orientar e esclarecer dúvidas do grupo. Além disso, alguns membros do grupo participaram de eventos promovidos por entidades comerciais e industriais da cidade, como o Curso: Brasil Empreendedor, promovido pelo SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e um Seminário sobre Cooperativas de Trabalho, promovido pela ACIB (Associação Comercial e Industrial de Bauru), com a participação de um representante da ANCT (Associação Nacional de Cooperativismo de Trabalho), uma fiscal do Ministério do Trabalho, Regional de Bauru e um Economista da própria entidade organizadora. Nessas oportunidades eram colhidas informações para contribuir na formação da Cooperativa, pois tudo era socializado nas reuniões do grupo.

Na reunião do dia 01 de Abril de 2000, o grupo discutiu e resolveu iniciar a integralização das cotas-partes, definida no valor de R\$ 1000,00, dividido em até 20 parcelas de R\$ 50,00. Para controlar este processo foi formada uma comissão composta por três pessoas, que tinha como função receber as cotas-parte, emitir um recibo, depositar em uma poupança aberta em nome da comissão e apresentar balanços mensais sobre o saldo da Cooperativa, conforme pode-se observar na Ata da reunião

Abril e maio ficaram programados para se redigir o termo de compromisso e iniciar a integralização das cotas, sugeridas mediante discussões anteriores como R\$ 1.000,00 (mil reais) a serem divididas em 20 parcelas de R\$ 50,00 (cinquenta reais)¹¹.

O grupo decidiu dividir o trabalho para que todos participassem e fosse realizado com mais dinamismo, assim foram organizadas três comissões. Uma comissão composta por sete cooperados, dentre eles uma advogada, com a tarefa de elaborar o Estatuto Social da

¹⁰Ata Extra-oficial de 01/04/00, f. 04

¹¹Ata extra-oficial da reunião de 06/02/01, f. 16.



Cooperativa, tendo como referenciais a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 1971 e Estatutos de outras Cooperativas, assim foi elaborada uma minuta do Estatuto que foi apresentada ao grupo para discussão e aprovação.

Começamos a leitura do Estatuto partindo do artigo 34, contando com os esclarecimentos da advogada Marines Amorim, conforme surgiam as dúvidas, como por exemplo: a Dr^a Marines esclareceu a diferença entre assembleias gerais ordinárias e extraordinárias. Acabamos a leitura de todo o estatuto e já começamos a planejar o dia de sua aprovação¹².

Uma outra comissão composta de cinco pessoas ficou com a responsabilidade de elaborar o Regulamento Interno da Cooperativa, tendo como base regulamentos de outras cooperativas, a comissão redigiu uma minuta que foi apresentada ao grupo de cooperados que discutia e sugeria mudanças, quando julgava necessário.

Durante a leitura, houve debates, na busca de um melhor esclarecimento dos artigos, onde também, corrigimos alguns termos e fizemos algumas emendas necessárias que garantem um melhor funcionamento da cooperativa conforme a opinião do grupo¹³.

E a terceira comissão teve como tarefa a elaboração do Regimento Escolar. Era formada por seis pessoas: três pedagogas, duas professoras de Educação Infantil e uma de Educação Artística. Este grupo utilizou como referencial a legislação educacional vigente e outros regimentos escolares, de escolas públicas e também privadas. Assim como os outros documentos, o regimento foi apresentado ao grupo que discutiu e propôs algumas modificações. Após a realização das alterações sugeridas pela comissão responsável, em outra reunião, foram discutidas e aprovadas tais mudanças. O Regimento Escolar abrangia desde a Educação Infantil até o final do Ensino Fundamental. Os cooperados com formação específica para atuação na educação realizaram algumas reuniões paralelas, denominadas de Reuniões Pedagógicas, para discussão e elaboração da proposta educacional da escola de educação infantil que havia sido definida em reunião como a primeira atividade concreta da Cooperativa.

No dia 01 de março de 2001, aconteceu a Assembléia de Constituição da Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensino, com a presença de vinte e um cooperados. Nesta primeira Assembléia oficial foram eleitos o Conselho Administrativo e Fiscal e foi aprovado o Estatuto Social da Cooperativa.

A partir da fundação, vieram novas etapas no processo de desenvolvimento do projeto da Cooperativa, como pagamento do aluguel do espaço físico, a compra do mobiliário, a aquisição de material para o desenvolvimento das atividades escolares e a convivência entre as pessoas. Um motivo de conflito foi a locação do imóvel no qual funcionaria a escola, devido ao valor do aluguel. Parte do grupo defendia a idéia de alugar uma casa pequena e o restante do grupo desejava um imóvel maior e com características específicas para atender a uma escola de educação infantil. Outro problema que se apresentou foi quem assumiria a fiança do imóvel. No grupo não haviam pessoas dispostas a aceitar tal compromisso, pois assumir a fiança de um imóvel significa alienar um outro imóvel, o que representa um risco grande. Porém, sem fiador, não havia como alugar um imóvel. Algumas pessoas deixaram o grupo em função desta dificuldade, inclusive a presidente na época. Foi um momento muito delicado que quase culminou com o fim do projeto. Ao longo de todo o processo, ocorreu, também, a saída de cooperados nos momentos de decisões, como se percebe no relato de uma cooperada:

Dos fundadores até hoje, que foi em 2001, foi em março de 2001, que nós fundamos, se a gente começar a colocar na ponta do lápis em três anos, 2001, 2002, 2003, em dois anos de cooperativa, só ficaram três dos fundadores, muitas pessoas caíram fora, porque quando o barco começa afundar ninguém que assumir responsabilidade, então essa é que é a desvantagem, né? Ah! Tem que ter fiador de um lugar, a tem que ter ... enquanto é “oba-oba”, tá todo mundo, todo mundo sonha, mas quando começa a ter um probleminha, você já começa a ver carta de demissão, você começa a ver pessoas que não estão completamente maduras pra certas responsabilidades¹⁴.

¹² Ata extra-oficial da reunião de 05/02/01, f. 15.

¹³ Ata extra-oficial da reunião de 06/02/01, f. 16.

¹⁴ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 20/05/03, pelo Associado A-6.



Em julho de 2001, foi alugado um imóvel localizado na Vila Universitária, a uma quadra da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB/USP), tendo como vizinha a Escola Estadual de Ensino Fundamental “Silvério São João”, essa região tem muitas escolas particulares e fica localizada em um bairro considerado de classe média-alta.

De julho a Dezembro o prédio foi adaptado e mobiliado para iniciar as atividades em Janeiro de 2002, conforme depoimento de uma ex-cooperada, que participou deste período,

O grupo tinha várias opiniões e acertar tudo e abrir a cooperativa (escola) deu muitos problemas, mas conseguimos, arrumamos a casa e montamos a escola, ficou muito bonita e arrumadinha, mas os alunos foram difícil de aparecer. Talvez por falta de propaganda, de experiências entre os cooperados e dinheiro, que era pouco¹⁵.

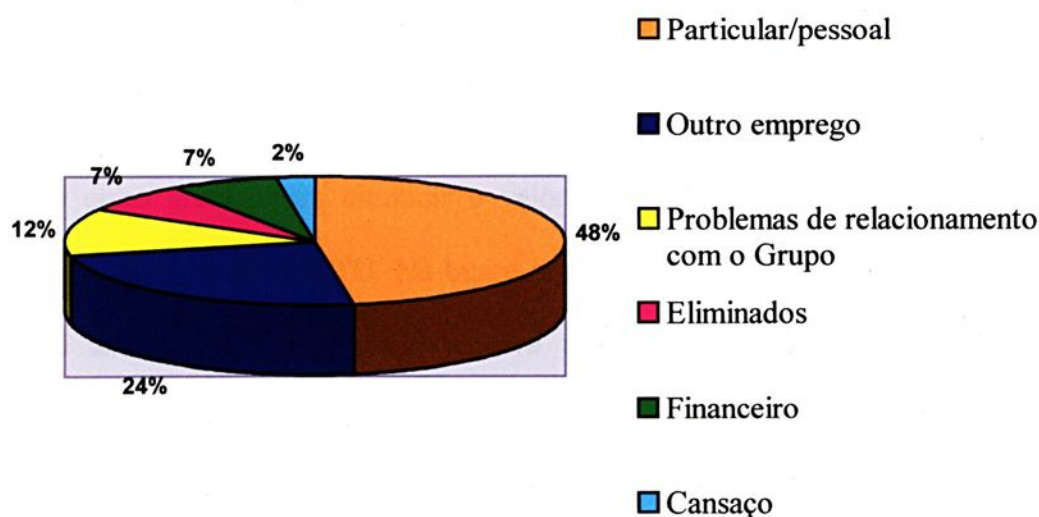
Na Assembléia Geral Extraordinária de dezembro de 2001, os cooperados resolveram assumir um contrato com o Jornal da Cidade, único jornal de circulação na região, com objetivo de divulgar a inauguração da escola e assim iniciar as atividades. No mês de Janeiro, foram oferecidas atividades de férias, dez crianças participaram da programação e oito crianças permaneceram como alunos para o período letivo. Neste momento, a cooperativa contava com nove cooperados, e somente três eram professoras e, destas três, duas não atuavam na escola. Foi realizado um trabalho de divulgação da Cooperativa pelo jornal e com panfletos, com objetivo de atrair novos cooperados e como resultado 10 (dez) novas cooperadas professoras aderiram à Cooperativa.

Uma dificuldade que vem desde o início dos trabalhos de formação da cooperativa é a alta rotatividade de cooperados. Até o momento no Livro de Matrícula, tem-se 59 cooperados matriculados, mas, atuando na Cooperativa, há 17 atualmente. Os motivos para as saídas são variados, oficialmente, ou seja, os que são expostos nas cartas de demissões estão demonstrados no gráfico a seguir.

¹⁵ Depoimento de uma ex-cooperada.



Gráfico 1 - Motivos Apresentados nas Cartas de demissões¹⁶



Os motivos apresentados nem sempre condizem com a realidade, pois, no dia-a-dia da Cooperativa, através de observações é possível perceber que os problemas de relacionamento com o grupo e financeiros, que normalmente estão vinculados à falta de apoio familiar, são os principais motivos de saída de cooperados.

Outro desafio da Cooperativa na atualidade é a situação financeira, ou seja, as dívidas que começaram em novembro de 2001, quando houve a demissão voluntária de doze cooperados, de uma só vez, gerando um grande problema para o caixa da Cooperativa, uma vez que doze parcelas de cotas deixaram de ser integralizadas sem nenhum planejamento financeiro adequado. Hoje, as mensalidades dos alunos cobrem as despesas mensais da Cooperativa, mas como há dívidas atrasadas, no início do mês, é preciso fazer um levantamento dos pagamentos mais atrasados e eleger os que serão pagos naquele mês. Em virtude desta situação, o grupo se viu obrigado a realizar algumas promoções como Festa da Pizza, Festa do Pastel, Rifas, entre outras, para pagar algumas despesas que não poderiam

¹⁶ Os dados foram aglutinados a partir da análise das cartas dos demissionários entregues à Cooperativa.

esperar. Entretanto, a Cooperativa continua com uma dívida razoavelmente grande, que só será quitada através de uma receita fixa maior, que a permita renegociar com os credores.

Em meados de agosto de 2002, com as dívidas se avolumando, o grupo decidiu, procurar outro prédio, para diminuir o valor do aluguel, que era de R\$ 1500,00 (mil e quinhentos reais), mais o IPTU. Na busca por um outro imóvel, uma corretora de imóveis ofereceu aos conselheiros da Cooperativa um prédio que foi construído para abrigar especificamente uma escola e que foi ocupado por uma escola do sistema Prevê Objetivo, de muita tradição na cidade. Assim, os cooperados acreditavam que o seu aluguel tivesse um valor alto, entretanto, como o imóvel estava fechado há quase dois anos e começava a sofrer ações de vandalismo e, embora a proprietária estivesse pedindo R\$ 2200,00 (dois mil e duzentos reais), aceitava contra-proposta para alugar. Então a presidente e a conselheira administrativa ofereceram R\$ 1000,00 (mil reais), mas ela não aceitou e começaram as negociações, sendo finalizada com o valor de R\$ 1200,00 (mil e duzentos reais) para o primeiro semestre de aluguel e para o segundo semestre R\$ 1500,00 (mil e quinhentos reais). O prédio estava bastante destruído e que exigiria uma grande reforma, na negociação a proprietária ofereceu o valor de R\$ 6000,00 (seis mil reais) para custear a reforma e assim a Cooperativa deveria assumir a responsabilidade de gerenciar a obra. O valor oferecido para realização da reforma foi insuficiente e a Cooperativa teve que arcar com mais R\$ 2000,00 (dois mil reais) para finalizar a reforma e R\$ 1000,00 (mil reais) para mudança de alguns equipamentos como: Central de GLP (gás de cozinha), sistema de alarme, pintura da fachada e pintura do outro imóvel, no qual estava instalada a escola, para entregá-lo. A dívida aumentou, mas a capacidade de atendimento também, além de a escola estar instalada em um prédio de tradição escolar na cidade. Após consulta aos pais de alunos, em dezembro de 2002, a escola mudou para o novo prédio.



Hoje a Cooperativa conta com 17 cooperados: cinco pedagogas com magistério, quatro cooperados somente com magistério, uma cooperada com magistério e contabilidade, uma cooperada com magistério e estudante de enfermagem, uma auxiliar de enfermagem, uma cooperada técnica em processamento de dados, uma cooperada estudante de Educação Física, uma cooperada com magistério e nutrição, uma fonoaudióloga, uma cooperada técnica em turismo que ministra aulas de inglês. Embora duas pedagogas não atuem na Escola, pois uma mora fora de Bauru temporariamente e outra precisa trabalhar para ajudar a família, elas participam de todas as atividades da Cooperativa. Este é o perfil atual (2003) do grupo de cooperados.

A Cooperativa conta, ainda, com a assessoria de um escritório de Advocacia e um de Contabilidade, estes profissionais estão sempre à disposição de todos os cooperados, embora tenham um maior contato com o Conselho Administrativo e Fiscal, devido à rotina de trabalho.

A Escola de Educação Infantil Ensinitiva é a principal atividade da cooperativa no momento, mas poderão surgir outras, por isso a adesão é aberta a qualquer profissional da área de educação que anseie desenvolver um trabalho educacional com responsabilidade e compromisso.

3.3 - A Escola de Educação Infantil Ensinitiva

A Escola Ensinitiva é a primeira atividade mantida e desenvolvida pela Cooperativa, ela começou a funcionar em janeiro de 2002, atendendo crianças de 4 meses a 7 anos de idade, organizadas nas seguintes turmas: berçário, mini-maternal, maternal I e II, jardim I e II



e pré-primário. Funciona das 6 horas e 30 minutos às 19 horas e 30 minutos, atendendo às crianças em período integral ou parcial, conforme a necessidade dos pais ou responsáveis.

A área total da escola é 1200m², divididos em duas áreas construídas; um pátio com uma quadra e uma piscina infantil com 80 cm de profundidade e cercada por alambrado; um terreno com tanque de areia, aparelhos recreativos, árvores e um pequeno depósito para guardar os brinquedos, e um outro terreno ainda sem definição de como será, na verdade são cinco terrenos em diferentes níveis, com escada de ligação entre um e outro, todas com corrimão na altura das crianças. São seis salas de aula no total, porém, em uma funciona o berçário que conta com um lactário, um banheiro com sanitário e um com chuveiro, a fim de atender às necessidades específicas dos alunos desta faixa etária. Outra sala recebeu uma divisória, feita por esposos de cooperadas, então, abriga o almoxarifado e uma sala de aula. Uma terceira sala conta com dois banheiros, um com vaso sanitário, utilizado pelos adultos da escola e outro com chuveiro para os banhos das crianças maiores. Esta é a maior sala da escola com aproximadamente 30m², não tem mobiliário, pois é utilizada para as atividades de artes marciais, artes cênicas, dança e educação musical. No prédio de baixo, há uma sala de aula que foi dividida para abrigar a recepção e a sala dos professores, também há outras duas salas de aula, dois banheiros com três sanitários cada, sendo dois sanitários infantis e um de adulto, utilizados somente pelos alunos. Neste prédio, também há a sala da direção, a cozinha e uma área interna, utilizada como refeitório. A fachada do prédio é pintada com os desenhos da Escola, nome e logotipo. O prédio é muito bom e atende satisfatoriamente às necessidades da Educação Infantil.

Para o desenvolvimento das atividades cotidianas, a escola conta com algumas pessoas que não são cooperadas, sendo uma senhora que é responsável pela cozinha e pela limpeza e é contratada; uma moça, sobrinha de uma cooperada, que é voluntária. Ainda oferece estágio, contando com três alunos de Educação Física e dois de Psicologia, da Unesp-Bauru, que



desenvolvem atividades com os alunos, com a equipe e com os pais. Semanalmente, uma dentista realiza o trabalho de Saúde Bucal, desenvolvendo atividades de educação e prevenção de doenças odontológicas, com ela temos um contrato de prestação de serviço e a escola paga por aluno atendido. O conselho administrativo está empenhado em conseguir novos cooperados para aumentar a equipe, principalmente de professores de educação infantil, balé, educação artística e artes marciais.

A Escola de Educação Infantil Ensino é dirigida por um cooperado escolhido em Assembléia, com mandato de dois anos, que pode ser prorrogado, quantas vezes o grupo considerar interessante para o bom andamento das atividades da escola.

No Regulamento Interno, no Artigo 14, estão enumeradas as competências do cooperado que ocupa o cargo de direção, que são

- a) Conduzir todas as ações necessárias para a boa gestão da Escola;
- b) Representar a Escola em juízo e fora dele;
- c) Apresentar ao Conselho Administrativo as reivindicações da Escola quanto a investimentos para a aquisição de bens, reforma, ampliação ou modernização;
- d) Autorizar pequenas despesas diárias que se fizerem necessárias na Escola. Para isto contará com verba mensal definida pelo Conselho Administrativo;
- e) Apresentar quinzenalmente ao Conselheiro Administrativo as Notas Fiscais ou Recibos das despesas efetuadas para lançamento no Livro Caixa da Cooperativa;
- f) Manter o Conselho Administrativo permanentemente informado do número de alunos da Escola, Cursos em andamento, bem como a previsão e realização de receitas e das despesas da Escola.
- g) Remanejar de função o cooperado com base em suas habilidades, conforme determinação do Regimento Escolar.

Parágrafo Único - Nenhuma decisão que não se refira a área educacional poderá ser tomada pelo Diretor Pedagógico sem a anuência do Conselho Administrativo.

A Escola, então é dirigida por um Conselho Pedagógico constituído de um Diretor, Assistente de Direção, Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional, a quem compete todas as decisões na área educacional.

Parágrafo Único - Compete ainda ao Conselho Pedagógico:

- a) Gerir a escola visando à conquista de espaço educacional na cidade de Bauru;
- b) Apresentar projetos de ações de propaganda e marketing da Escola;
- c) Trabalhar pela promoção e valorização da Escola.

A Escola Ensinativa é conveniada ao Sistema Positivo de Ensino, com a finalidade de oferecer aos pais de alunos mais segurança quanto ao trabalho pedagógico, pois, sendo a Cooperativa uma proposta desconhecida, o Sistema Positivo seria uma boa referência aos pais. O grupo de cooperados entendeu que se a Escola entrasse no mercado com uma *marca*, um nome conhecido, seria mais fácil e o dia-a-dia da Escola tem demonstrado que este pensamento tem procedência, pois quando o profissional-cooperado apresenta a Escola e fala do convênio com o Grupo Positivo, os pais logo demonstram mais interesse. No caso do convênio com o Positivo, ele está dentro desta lógica, não há como negar, mas não existe uma interferência direta na Escola Ensinativa. No dia-a-dia, o Positivo é uma editora que fornece as apostilas que serão utilizadas pelos alunos, e os professores procuram ser fiéis à proposta pedagógica da Escola, utilizando as apostilas como atividades de sistematização e registro do processo ensino-aprendizagem. Ou seja, o professor realiza o trabalho, com uma metodologia lúdica e adequada para cada faixa etária e, para concluir, utiliza as atividades da apostila para registrar. Assim, o grupo entende que preserva uma certa autonomia pedagógica, apesar do convênio, e os pais valorizam a escola, pois a *marca* Positivo é veiculada pela TV.

Um ponto forte na Escola Ensinativa é o atendimento preferencial aos filhos da classe trabalhadora, entendendo-os como filhos de pais e mães que têm um emprego e uma renda fixa. Em virtude desta proposta, a Escola busca empresas para firmar convênios e oferece aos filhos dos funcionários dessas empresas descontos de 10% a 15%, além de um horário flexível. Em troca solicita-se das Empresas a liberdade para divulgar a escola entre os seus funcionários. Atualmente, há convênios firmados com a Associação de Funcionários do Centrinho, que abrange funcionários da USP e da Funcraf; também com a Associação dos funcionários da TV Modelo e com o Sindicato dos Bancários. Mas já foram entregues proposta em mais de dez empresas.

As mensalidades equivalem aos valores cobrados por algumas Escolas de Educação Infantil, que oferecem uma estrutura menor e muitas vezes precária e com equipe bem reduzida. A Escola Ensinativa possui uma estrutura bem adequada para Educação Infantil, atende com qualidade, oferece toda a alimentação, sem custo para os pais, o mesmo ocorre com o projeto de Saúde Bucal. Tem uma proposta de não trabalhar com taxas adicionais: os pais pagam a mensalidade e a apostila e mais nada. Nas outras escolas é bem diferente, cada serviço-extra corresponde a um valor que é adicionado à mensalidade ou, então, o aluno não participa da atividade, porém na Escola Ensinativa todos participam de tudo. A lista de material é reduzida, pois é solicitado somente o material de uso individual do aluno e, no início do ano, os pais, contribuem com uma taxa de R\$ 20,00 (vinte reais). Com este valor, a Escola compra todo o material coletivo como cartolina, sulfite, tintas, pincéis, entre outros, no atacado, bem mais barato. Assim, o custo final do material dos alunos fica mais reduzido, enquanto em outras escolas este custo chega a R\$ 200,00 (duzentos reais), com os pais até recorrendo aos telejornais locais para reclamar.

Com os diferenciais que a Escola Ensinativa tem oferecido à comunidade, ela vem se firmando no cenário educacional bauruense e está construindo um nome, que passa a ser respeitado no meio educacional.

3.4 - Os Órgãos Sociais – Estrutura da Cooperativa

A Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru, tem uma estrutura composta de quadro social, administrativo e funcional, que compreende as instâncias próprias de uma cooperativa e as instituições específicas da Escola Ensinativa.



O quadro social é composto por todos os associados da Cooperativa. No dia-a-dia, são os donos e os profissionais que atuam na Escola de Educação Infantil Ensino, que adquirem este direito através da aquisição das cotas-partes e por atender ao perfil exigido para ser um cooperado. As Assembléias Gerais são o espaço de reunião de todo quadro social e o órgão máximo de decisão da Cooperativa.

O Artigo 20 do Estatuto Social da Cooperativa, de março de 2001, define a Assembleia Geral como “o órgão supremo da Cooperativa e dentro dos limites legais e estatutários tomará toda e qualquer decisão de interesse da mesma, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes”.

A Assembleia Geral tem a competência de destituir os órgãos de administração e/ou fiscalização, assim como seus membros individualmente. Cada cooperado tem direito apenas a um voto, independente do número de cotas que integralizou e, ainda, segundo a Lei, não é permitida a representação por meio de mandatários.

Para que as Assembléias Gerais tenham poder de decisão é necessário que tenham *quorum* para sua instalação, conforme estabelecido no Estatuto Social e na Lei 5.764/71. Elas são convocadas por meio de editais, segundo a orientação do Estatuto.

As Assembléias Gerais dividem-se em Ordinárias e Extraordinárias. Ou seja, a Assembleia Geral Ordinária está prevista na Lei 5.764/71, é obrigatória e deve ocorrer no primeiro trimestre de cada ano. Tem como objetivo a prestação de contas dos órgãos administrativos, referente ao exercício anterior; destinação das sobras ou rateio das perdas; fixação dos honorários, gratificações e cédulas de presença dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal; eleição e posse dos componentes do Conselho Administrativo e do Fiscal e, por fim, quaisquer assuntos de interesse da cooperativa.

O art. 29 do Estatuto Social, de agosto de 2001, define que “A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da cooperativa, desde que mencionados no Edital de Convocação”. Entretanto, são assuntos de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária: reforma de Estatuto; fusão, incorporação ou desmembramento; mudança de objeto da Cooperativa; dissolução voluntária da sociedade; nomeação do liquidante e prestação de contas do liquidante.

As Assembléias são o ponto alto da vida dos cooperados na Cooperativa. Verifica-se que é o momento em que quase todos os cooperados estão presentes e podem tomar conhecimento das conquistas e dos problemas, avaliar, discutir e apontar soluções para todas as situações que a Cooperativa enfrenta, que acarretam conseqüências diretas ou indiretas para todos. Nesta perspectiva, existe um calendário de Assembléias Gerais, definido sempre na Assembléia de dezembro, para o ano seguinte, com seis Assembléias anuais: uma Ordinária e cinco Extraordinárias, com periodicidade bimestral. Este calendário só pode ser alterado em uma Assembléia Geral. Além disso, as reuniões mensais do Conselho Administrativo, acabam se tornando mini-assembléias, pois vários cooperados participam e todos juntos discutem os assuntos mais urgentes, apontando para o Conselho várias alternativas de solução dos problemas, e alguns cooperados acabam assumindo junto o trabalho a ser desenvolvido. Busca-se viver um ambiente de autogestão cotidiano, tudo é falado, tudo é discutido, mas o grupo ainda está aprendendo a viver coletivamente.

O quadro administrativo é composto pelos órgãos que administram a Cooperativa, nos quais os dirigentes, que são obrigatoriamente cooperados, exercem funções executivas e técnicas, embora não tenham formação específica. Há, no sistema cooperativista, uma grande preferência pelo regime presidencialista. O quadro administrativo tem dois órgãos sociais, que são conselho administrativo e fiscal.



O Conselho Administrativo é o órgão responsável pela administração da Cooperativa, é constituído por um conselheiro presidente, um conselheiro administrativo, um conselheiro secretário e um conselheiro vogal. Todos são representantes legais dos cooperados, mas, ao termino do mandato de dois anos, é obrigatória a renovação de no mínimo um terço dos seus membros, sendo permitido apenas um mandato consecutivo. O Estatuto determina que o Conselho deve se reunir, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. Cabe ao Conselho Administrativo, seguindo as determinações da Assembléia Geral, planejar, executar e controlar os resultados das atividades da Cooperativa.

As atribuições do Conselho Administrativo estão determinadas no Artigo 35 do Estatuto Social, de agosto de 2001, sendo elas:

- a) programar as atividades, fixando valores, prazos, taxas e demais condições necessárias à sua efetivação;
- b) apresentar propostas sobre a admissão, eliminação ou exclusão de cooperados;
- c) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- d) fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte de recursos para cobertura;
- e) verificar permanentemente o estado econômico-financeiro da Cooperativa, o desenvolvimento dos negócios e das atividades em geral, através de balancetes e demonstrativos específicos;
- f) avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das atividades;
- g) contratar profissionais fora do quadro social, sempre que se fizer necessário e fixar valores de honorários e demais normas;
- j) contratar, se necessário os serviços de auditoria, conforme a Lei Cooperativista.
- l) indicar o(s) banco(s) onde devem ser feitos os depósitos do numerário disponível, bem como fixar o limite máximo do saldo que poderá ser mantido em caixa;
- m) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- n) contrair obrigações, transigir, adquirir bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- o) participar de seminários, cursos, eventos, representando a Cooperativa, ou designar um cooperado;
- p) viajar para tratar de assuntos de interesse da Cooperativa ou designar alguns cooperados para tanto.

No Estatuto Social também estão determinadas atribuições de cada membro do conselho individualmente, assim como as normas de conduta dos conselheiros e as formas de substituição, no caso de ausência temporária ou vacância definitiva de algum dos cargos.

Um problema que atinge o Conselho Administrativo e também o Conselho Fiscal, é medo que as pessoas têm de assumir, ou melhor, de candidatar-se aos cargos desses Conselhos. Alguns cooperados alegam não se sentir capazes, outros que é muita responsabilidade e não darão conta e outros ainda, não aceitam por acreditar que, se houver algum problema com a Cooperativa, eles poderão perder seus bens. Assim, o período que antecede as eleições é muito complicado, porque é necessário realizar um trabalho intenso de convencimento.

Outro problema é a rotatividade, já foi mencionada anteriormente, pois toda vez que um conselheiro se demite da Cooperativa é necessário realizar uma Assembléia Geral, com edital publicado no jornal obedecendo ao período previsto no Estatuto, para eleger outra pessoa, e registrar a Ata com a saída de um e a entrada do novo membro do Conselho. Este processo gera um custo relativamente alto. Em virtude da situação financeira atual, muitas vezes os cargos ficaram vagos, desrespeitando as determinações da Lei e do Estatuto.

O Conselho Fiscal é eleito anualmente, formado por três membros efetivos e três suplentes, podendo, a cada eleição, ser reeleito apenas 1/3 (um terço) de seus membros e somente para um segundo mandato. Deve reunir-se uma vez por mês, ordinariamente, e extraordinariamente sempre que houver necessidade, com no mínimo três membros presentes. As suas atribuições estão definidas no Artigo 43, §1º, do Estatuto de Agosto de 2001, sendo elas:

- a) apreciar as contas, balancetes e outros documentos, demonstrativos mensais, balanço geral e relatório anual do Conselho Administrativo, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;
- b) recomendar ao Conselho Administrativo em exercício as providências necessárias para sanar as irregularidades que encontrar ou para melhoria dos serviços;
- c) decidir sobre assuntos que a Diretoria submeter a sua apreciação.

O objetivo principal da reunião mensal do Conselho Fiscal é apreciar o Caixa do mês, solicitando esclarecimentos em caso de dúvidas e emitindo um parecer mensal sobre a

situação financeira da Cooperativa. Entretanto, nos anos de 2001 e 2002, os membros do Conselho Fiscal não realizaram as reuniões com regularidade e, em alguns meses, o caixa era analisado apenas por um membro do Conselho. Não há nenhuma Ata que registre as reuniões do Conselho, existem apenas algumas anotações.

O quadro funcional é composto pelo Corpo Administrativo da Escola (Conselho Pedagógico, mencionado no Regulamento da Cooperativa no Artigo 13), pelo Corpo docente (constituído basicamente de cooperados) e o Corpo de Funcionários (aqueles profissionais que são contratados pela Cooperativa). O Quadro funcional atua na Escola e está subordinado ao Quadro Administrativo, devendo prestar contas ao Conselho de Administração.

No caso da Cooperativa estudada, havia uma peculiaridade que em algumas situações tumultuava as relações e a administração, tratando-se do fato de ser uma mesma pessoa a ocupar o cargo de Presidente e Diretora da Escola. Os próprios cooperados ficavam confusos, como pode-se perceber na fala de uma cooperada:

Existe uma pessoa que com certeza, e você sabe que é você, porque você é a Diretora, que detém o poder, mas você num ... Você tem o poder, mas você, poderia utilizar o seu poder de uma outra forma. Entendeu? Você é uma pessoa poderosa aqui dentro, você sabe. Mas eu acho que não existe aqui uma pessoa que detém o poder. Porque se você detivesse o poder, você poderia fazer um monte de coisa. Por ser Cooperativa, nesta parte, eu acho que é um pouco democrático. Você até é ... sabe? Aceita as coisas por demais, por ter tanto poder como você tem aqui dentro.¹⁷

3.5 - A Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru e suas Leis

O Sistema Cooperativo brasileiro na atualidade é regido pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 e por Leis complementares, ou seja, esta é a legislação que toda

¹⁷ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 25/06/02, pelo Associado A-1.



cooperativa deve seguir e obedecer e, com base nela, elaborar sua própria legislação interna, ou seja, o seu Estatuto Social e Regulamento Interno. Algumas cooperativas têm, também, o Código de Ética, mas a cooperativa em questão não tem.

3.5.1 - O Estatuto Social

Como já foi mencionado anteriormente o Estatuto Social da cooperativa foi elaborado por uma comissão de cooperados, entretanto todos os artigos foram discutidos com todos os cooperados e reformulados à medida que eram feitas sugestões, discutidas e aprovadas. Este processo ocorreu antes da constituição oficial da Cooperativa. Assim, na Assembléia de Constituição, o Estatuto já era praticamente de conhecimento de todos.

O Estatuto Social conta com um preâmbulo que tem a finalidade de apresentá-lo e indicar o amparo legal para a formação de sociedades cooperativas, que se encontra no artigo 5º, XVIII da Constituição da República Federativa do Brasil e, ainda, na Lei nº 5.764/71. Contém 10 capítulos que versam sobre: a denominação, sede, foro, prazo de duração, área de ação, ano social, dos objetivos, dos cooperados, do capital social, dos órgãos sociais, da dissolução e liquidação, dos fundos, do balanço, das despesas, das sobras e perdas, dos livros, do processo eleitoral, das disposições gerais e transitórias.

Foi lido na íntegra e aprovado oficialmente pelo grupo de cooperados, sem nenhum problema, na Assembléia de Constituição da Cooperativa realizada em 01 de março de 2001. É assinado primeiro pela presidente da citada Assembléia, pelo secretário e por uma advogada que analisou o Estatuto previamente e acompanhou toda a Assembléia, a fim de garantir sua



conformidade com a Lei Cooperativista. Também foi assinado por todos os cooperados presentes na Assembléia. E, finalmente, foi registrado na JUCESP – E.R. Bauru¹⁸.

Com a utilização diária do Estatuto Social, verificou-se que havia erros de digitação, nomenclatura e organização semântica. Além disso alguns artigos estavam vagos e davam margem a várias interpretações, então houve a necessidade de redigi-los melhor e completar as informações. As maiores alterações ocorreram no Capítulo III – Dos Cooperados, com a inclusão de vários artigos, incisos e itens, principalmente sobre as punições possíveis de serem aplicadas aos cooperados que não observarem as determinações do Estatuto, do Regulamento, das Assembléias e do Conselho Administrativo. Ainda foram incluídos artigos sobre a situação de readmissão de cooperado e o como deveria ocorrer a devolução das cotas investidas aos cooperados excluídos. Outro capítulo que sofreu alterações, foi Capítulo IV - do Capital Social. Ele foi redigido de uma forma mais clara e regularizou a situação dos cooperados fundadores, que começaram a integralizar antecipadamente suas cotas. O Capítulo V – Dos Órgãos Sociais foi ampliado para regulamentar a redação dos editais de convocação de Assembléias, enumerando as informações que deveriam constar dos mesmos. Portanto, a primeira alteração estatutária ocorreu na Assembléia Geral Extraordinária, do dia 05 de Agosto de 2001. Uma segunda alteração, prevista para 2003, pois algumas situações ainda continuavam sem cobertura pelo Estatuto, não ocorreu.

Não foram encontrados relatos, na literatura cooperativista, de Cooperativa formada por Educadores que mantenham uma escola, como é o caso da cooperativa estudada. Os dados encontrados referem-se às cooperativas de pais ou alunos, na área educacional ou de Trabalho, no âmbito geral do cooperativismo. Assim, o grupo de cooperados que elaborou o Estatuto e o regulamento não encontrou nenhum modelo que se aplicasse totalmente ao projeto. O Estatuto da Cooperativa Educacional de Bauru foi elaborado realmente pelos

¹⁸ Junta Comercial do Estado de São Paulo – Escritório Regional Bauru.



cooperados. A estrutura formal segue a proposta dos órgãos de representação do Cooperativismo no Estado, mas o conteúdo é diferente. O Conselho Administrativo foi reduzido a quatro membros, enquanto os outros Estatutos que serviram de referência apresentavam conselhos administrativos com mais de 5 e até oito membros. Outro ponto é a forma diferenciada de integralização de cotas entre os fundadores e os cooperados que aderiram após a fundação, pois os cooperados que começaram a participar do grupo antes da oficialização da cooperativa já haviam estabelecido um acordo extra-oficial e já estavam integralizando cotas. Assim, quando a cooperativa foi fundada, os cooperados fundadores integralizaram 50% da cotas, integralizando o restante em 10 vezes, enquanto que os que entraram a partir da fundação integralizavam em 20 vezes. Outro diferencial foi a apresentação no Estatuto Social das possíveis penalidade a serem aplicadas aos cooperados que não obedecerem às determinações do Estatuto, do Regulamento, das Assembléias e do Conselho Administrativo.

3.5.2 - Regulamento Interno

O Regulamento Interno, também elaborado por uma comissão de cooperados, tem a finalidade de complementar o Estatuto Social e é instrumento de organização interna dos cooperados. Apresenta onze capítulos, basicamente com regras disciplinares, sendo que o primeiro define e expõe o objetivo do Regulamento Interno. O segundo capítulo determina que a sociedade em questão será composta por profissionais da educação ou áreas afins, define que a Cooperativa é a mantenedora da Escola de Educação Infantil, sob o nome fantasia de Ensiativa, que estará sujeita as determinações do Estatuto Social, deste Regulamento Interno, das Assembléias Gerais e ainda deverá submeter-se ao Regimento



Escolar, elaborado pela equipe da escola. Os Capítulos subseqüentes versam sobre a organização das Assembléia Gerais. O Regimento Interno complementa as atribuições do Conselho Administrativo e Fiscal e define as competências do Conselho Pedagógico e do Diretor. Quanto aos cooperado, define regras para admissão de novos cooperados e orienta a disciplina na Cooperativa; complementa os direitos e deveres; define a forma de aplicação das penalidades; organiza o horário de trabalho e estabelece os critérios de ganhos mensais que serão distribuídos aos cooperados em retribuição pelos serviços prestados, que será caracterizado como “ganho mensal”. Foi aprovado no dia 05 de Agosto de 2001, em Assembléia Geral dos cooperados e não é registrado na Junta Comercial por se tratar de um instrumento interno da organização.

3.5.3 - Regimento Escolar da Escola de Educação Infantil Ensino

O Regimento Escolar da Escola da Ensino foi elaborado no mesmo período do Estatuto e do Regulamento, portanto antes da constituição legal da cooperativa. A comissão que elaborou o Regimento foi composta pelos cooperados interessados em atuar na escola e visa organizar todo o cotidiano da Escola, sua estrutura organizacional, burocrática e pedagógica educacional desde o processo de matrícula até a sua saída na condição de formado ou transferido, abrangendo desde a Educação Infantil até a final do Ensino Fundamental (8ª série).

Ele tem como referência legal a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, contém 167 artigos, divididos em sete títulos. O seu preâmbulo explicita que



O Regimento Escolar é um documento legal reconhecido pela Secretaria Municipal de Educação e Judiciário como sendo aquele que estabelece as normas de funcionamento da Escola, segundo a legislação vigente. Ele contém a finalidade e a filosofia de educandário que nortearão todo o seu trabalho educacional. Aborda, também, a sua estrutura didático-pedagógica, regime disciplinar, encargos educacionais e outros assuntos gerais.

O primeiro título refere-se às disposições preliminares, tratando sobre a denominação e entidade mantenedora, finalidades e filosofia educacional do estabelecimento e os níveis e tipos de ensino.

O segundo título aborda a organização escolar, definindo as atribuições da direção, da assistência de direção, do conselho de escola, dos serviços de apoio técnico pedagógico (coordenação pedagógica e orientação educacional), dos serviços de apoio pedagógicos (biblioteca, audio-visual, laboratórios e outros ambientes especiais) e dos serviços de apoio administrativo (secretaria e atividades complementares).

O terceiro título fala da comunidade escolar, ou seja, do corpo técnico-docente, corpo docente, corpo discente e corpo administrativo, caracterizando-os.

O quarto título preocupa-se com a organização didático-pedagógica, abrangendo calendário escolar, matrículas, transferências, adaptações, avaliação do aproveitamento escolar, promoção, recuperação, frequência, conselho de classe, curso e planos curriculares.

O quinto título regulamenta o aspecto disciplinar na escola em todas as instâncias. E o sexto aborda os encargos educacionais provenientes da prestação de serviços educacionais. O último trata das disposições finais, afirmando que todos os envolvidos com a Escola de Educação Infantil Ensinitiva estão sujeitos às determinações do Regimento Escolar da escola.

Este Regimento Escolar da Escola de Educação Infantil Ensinitiva, foi aprovado na Assembléia Geral dos Cooperados no dia 10 de outubro de 2001.



3.6 - A Proposta Pedagógica da Escola

A Escola de Educação Infantil Ensinitiva tem como proposta pedagógica que

a construção da escola democrática constitui, assim, um projecto que não é sequer pensável sem a participação activa de professores e de alunos, mas cuja realização pressupõe a participação democrática de outros sectores e o exercício da cidadania crítica de outros actores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em co-construção (LIMA, 2000, Apud Proposta Pedagógica da Escola de Educação Infantil Ensinitiva, 2002, p. 1).

A Escola Ensinitiva acredita que a Educação é convocada para fomentar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia e desta deve emergir o verdadeiro cidadão. Pode-se argumentar que esta nova concepção de escola, além de priorizar a transmissão dos conhecimentos científicos historicamente acumulados, objetiva desenvolver habilidades cognitivas e competências sociais e, acima tudo, atitudes cooperativas.

A Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinitiva, possibilitará a criação de condições para a cooperação e o respeito mútuo entre os membros do processo educativo para que, pela socialização assim proposta, o educando possa caminhar para sua autonomia intelectual e moral.

A Proposta Pedagógica da Escola Ensinitiva enfatiza o pensar como um recurso imprescindível, para produzir explicações e construir sentidos, assim busca exercitar o enfrentamento das questões que buscam significados, promovem o próprio aprimoramento das habilidades cognitivas, através da investigação, da experiência humana e do conhecimento. Assim, a proposta da escola é incentivar o diálogo investigativo, com exposição de idéias, questionamentos, comparações, respeito ao interlocutor, realizando um verdadeiro processo de cooperação intelectual, criativa e afetiva.

Quanto ao processo ensino-aprendizagem, os educadores da Escola têm como referências a teoria de Piaget, a teoria de Vygotsky e a de Wallon, sendo essas teorias compreendidas como complementares, na perspectiva da concepção de uma criança integral, que precisa de um trabalho pedagógico que atenda todas as suas necessidades cognitivas.

Jean Piaget traz a contribuição de teoria psicogenética, que demonstra que o desenvolvimento cognitivo se dá através de estruturas mentais que o indivíduo cognoscente possui desde seu nascimento. Como biólogo explica o desenvolvimento da criança através de dois processos: a assimilação e a acomodação, que podem ocorrer simultaneamente. Para Piaget o desenvolvimento é uma organização progressiva fundamentada na vida orgânica e a evolução se dá por um processo de adaptação cada vez mais preciso à realidade, o que ele chama de equilibração majorante. A teoria Piagetiana apresenta o desenvolvimento infantil dividido em etapas, baseadas nas estruturas mentais disponíveis. A primeira é denominada de sensório-motora, que vai do nascimento até aproximadamente dezoito meses, é caracterizada pela constituição dos sistemas de esquemas de prefiguração das futuras operações; a segunda etapa é o pensamento intuitivo ou pré-operacional, dos dezoito meses aos sete anos, caracterizado pelo alcance de uma determinada reversibilidade na formação das primeiras estruturas operatórias e que comporta um aspecto lógico.

Vygotsky oferece uma visão sobre a interferência do mundo externo no mundo interno, ou seja, como a natureza sócio-cultural age sobre a natureza psicológica do indivíduo. Segundo sua concepção as funções do desenvolvimento aparecem primeiro em nível social e depois em nível individual. A passagem do interpsicológico para o intrapsicológico se dá através da internalização, que é um processo de reconstrução interna pela criança de uma atividade externa. Assim, o conhecimento é construído a partir da internalização de signos produzidos culturalmente, através da interação com o outro. A própria interação sujeito-objeto de conhecimento ocorre de forma simultânea à apropriação do saber e do fazer social. Para

este pensador, a aprendizagem promove o desenvolvimento, sendo a cultura fundamental para as experiências de vida do sujeito. Desta forma, faz-se necessário que os instrumentos culturais, oferecidos pela pré-escola, possam, ao mesmo tempo, estruturar os conhecimentos já construídos pelas crianças nas suas relações com o contexto social, como também oportunizar novas formas de comunicação, de expressão, de articulação de conhecimentos.

O interesse pela psicognética de Henri Wallon, está centrado em suas possíveis implicações pragmáticas e por ser uma teoria que sugere novas direções. Wallon propõe uma teoria da Emoção que sublinha seus nexos com o funcionamento da inteligência, respondendo a uma necessidade da ação pedagógica, com interesse em compreender como se desenvolve a pessoa na relação entre a afetividade e a inteligência, em uma ação de complementaridade tanto na psicanálise, como na teoria piagetiana. Ele identifica alguns campos funcionais no sujeito que formariam a pessoa integrada, sendo a afetividade, pensada em função da emoção, entendida como um tipo de manifestação acompanhada por uma expressão. Nas dinâmicas coletivas da educação infantil, essas expressões costumam causar impacto, daí a importância de conhecimentos sobre a natureza das emoções, por parte dos educadores.

Ao falar em emoções pensa-se logo em movimento, que seria outro tema da teoria walloniana, porque a emoção é essa afetividade, que é muito corporal. Com base nesta teoria, a Escola Ensinaiva observará a criança pela sua postura, pela qualidade de seu gesto, pelo seu ritmo, organizando um ambiente escolar onde possa acolher, propiciar a ação e a manifestação do movimento. Outro tema é o pensamento discursivo, que é expresso pela fala e organizado pela linguagem, portanto, os educadores devem valorizar a interação com os elementos da cultura para o desenvolvimento intelectual dos alunos. O último tema que Wallon trabalha é o campo funcional da pessoa, do Eu, no qual a teoria destaca que é através da interação entre o sujeito com ele próprio que vai se dando a progressiva diferenciação da pessoa. Esta teoria é uma contribuição muito importante para a prática pedagógica, mas não se deve esquecer que a

delicada arte de amar e resistir, aprovar e colocar limites permanece como a marca do talento do educador.

A escola deve trabalhar com os conhecimentos científicos historicamente acumulados, isso é claro para equipe da Escola Ensinativa. Sendo igualmente claro que os meios de transmissão, aquisição e construção não estão definidos e estabelecidos, mas dependem da relação ensino-aprendizagem. Assim a Ensinativa propõe-se a realizar um trabalho reflexivo, no qual os alunos tenham a oportunidade de vivenciar experiências concretas e reais de descobertas do outro e do meio. A essência do trabalho pedagógico da escola é a cooperação, adotada como metodologia, pois se trata do ponto chave de toda existência humana. Nosso Lema é: *aprender juntos, para aprender mais*¹⁹.

Pensar a escola somente como espaço do saber, do conhecer, espaço do sujeito epistêmico, do sujeito cognoscente é negligenciar o educando integral, pois os educadores da Ensinativa acreditam que o sujeito que conhece, também ama, chora, tem raiva. É, pois, a escola o espaço da socialização por excelência. A sua proposta é conhecer o mundo juntos, cooperando uns com os outros, formando times e finalmente vencendo a solidão de um conhecimento fragmentado.

Falar em escola democrática, sem falar em escola cooperativa, é um engodo, pois como respeitar o outro, se ele é meu rival e preciso vencê-lo? Como respeitar aquele que quer me derrubar? Quando se está em um ambiente de cooperação, o outro é meu parceiro, suas idéias serão ouvidas e juntos escolheremos as melhores. Vale a pena lembrar a frase de Fábio Brotto (1999), no livro *Jogos Cooperativos*, que diz: “Se o importante é competir, fundamental é cooperar”.

¹⁹ Fonte: Proposta Pedagógica da Escola de Educação Infantil ENSINATIVA.



Entende-se por aprendizagem cooperativa criar oportunidades dos alunos trabalharem e interagirem entre si, lutando juntos para atingir objetivos comuns, trocando idéias ao invés de trabalhar sozinhos ou competitivamente. Nesta concepção a aprendizagem é avaliada individualmente e os alunos são também individualmente responsáveis pelos seus ganhos. Acredita-se que através da Cooperação no dia-a-dia da sala de aula pode-se transformar a prática pedagógica e criar um ambiente de ajuda mútua, respeito pelas diferenças e responsabilidades compartilhadas e aprendizagens mais significativas e abrangentes.

Quando o professor prepara com cuidado os conteúdos a serem transmitidos, o aluno pode aprender por prazer. Seu interesse para a atividade deve ser despertado da mesma forma como se faz com a comida que deve ser apresentada com um bom visual, um cheiro gostoso, uma linda apresentação e um sabor todo especial. Ensinar é um dividir que soma, enriquece professor e aluno. O professor deve ter muita criatividade para tornar uma aula apetitosa. Os temperos fundamentais são: alegria, bom humor, respeito humano e disciplina.

As crianças são diferentes e têm especificidades, pois estão em momentos diferentes de desenvolvimento psicológico, social, cognitivo e cultural. Também os hábitos, costumes e valores presentes na sua família e na localidade mais próxima interferem na sua percepção do mundo e na sua inserção. Há também os hábitos, valores e costumes dos profissionais que com elas convivem no contexto escolar (professores, serventes, diretores) e que. Por isso, precisam ser considerados e discutidos. Para benefício da própria criança, a relação com a família é muito importante, para que a mesma possa se interar da proposta pedagógica e ajudar a construí-la na prática, facilitando assim um diálogo entre escola e família.

O professor precisa observar as ações infantis e as interações entre as crianças, valorizando essas atividades, bem como confiar nas possibilidades que todas as crianças têm de se desenvolver, de aprender, promovendo a construção de sua auto-imagem positiva. Ele



deve desenvolver na criança, e junto com ela, habilidades como autonomia, cooperação, desenvolvendo o educando de maneira integral, respeitando seu processo de construção da identidade e do conhecimento.

A proposta de avaliação da Escola Ensiativa é realizar uma avaliação que auxilia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual e/ou de todo o grupo, tendo como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo, por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. No que se refere aos educandos, a avaliação deve permitir que eles acompanhem suas conquistas, suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. Enfim, os aspectos citados sobre a avaliação, possibilitam à escola definir prioridades e localizar ações educacionais que demandam maior apoio.

Para que se possa construir como um instrumento voltado para reorientar a prática educativa, a avaliação deve ocorrer de forma sistemática e contínua, através da análise e discussões periódicas sobre o trabalho pedagógico, observações e registros, arquivos contendo planos e matérias referentes aos temas e relatórios dos educandos, tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade da ação educativa.

A LDB, Lei federal nº 9394/96, na Seção II, Artigo 31 estabelece que: “na educação infantil a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Sendo assim, a observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles, o professor pode registrar os processos de aprendizagem das crianças, a qualidade das interações estabelecidas por elas com outras



crianças, funcionários e com o seu professor e acompanhar o processo de desenvolvimento, obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças, ao mesmo tempo que revelam suas particularidades. Através dos relatórios gerais, o professor aponta pistas de continuidade para a própria ação educativa, para a participação dos pais no processo e para os próximos educadores. Contudo, pode-se afirmar que a prática avaliativa contribui para que o processo educacional seja eficaz e dinâmico, favorecendo um ambiente em que o educando atue como sujeito político, social, autônomo, crítico, criativo e cooperativo.

No âmbito do cotidiano escolar os professores titulares e de disciplinas específicas terão um momento semanal para refletir e discutir sua prática pedagógica, suas dificuldades e conquistas, com a coordenação pedagógica da escola, em reuniões individuais. Um outro momento de reflexão coletiva serão as reuniões pedagógicas, cujo objetivo principal é refletir sobre o andamento pedagógico da escola, enquanto projeto coletivo de trabalho, esta reunião ainda deverá propiciar estudos e reflexões teóricas acerca de temas de interesse do grupo de docentes ou da atualidade educacional.

A Escola Ensinativa tem como intenção manter durante os períodos de férias e recesso amplos espaços de discussões pedagógicas, com a organização de cursos, workshop, seminário, palestras, eventos educacionais em geral, para seus professores e a comunidade, inclusive, se possível for, com profissionais de renome no cenário educacional.

Serão realizadas no início de cada período letivo jornadas de planejamento das atividades pedagógicas e culturais do estabelecimento. Portanto, como a Escola Ensinativa tem o objetivo de oferecer qualidade à comunidade bauruense, não deixará passar nenhuma oportunidade de aperfeiçoamento.



A Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensino tem como ramo de atividade a Educação, mantendo uma escola como foi mostrado neste capítulo, porém, além de espaço educativo para crianças de educação infantil, também configura um ambiente educativo para os profissionais/cooperados. A experiência, na verdade, constituía um projeto a ser descoberto e construído uma vez que não existiam referências concretas a respeito da organização de uma Cooperativa Educacional nos moldes da Cooperativa em questão. Todas as ações eram tentativas que poderiam resultar no sucesso ou no fracasso de uma determinada situação.

O próprio movimento cooperativista ainda é pouco disseminado no Brasil, apenas nos últimos anos está se fortalecendo e o cooperativismo de trabalho ainda é uma novidade no cenário cooperativo do país. Desta maneira, o estudo será encaminhado para a discussão dos princípios que regem as relações de trabalho, enfatizando as questões de poder e de democracia.



CAPITULO IV

Democracia e Poder na Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru - Ensino

4.1 - O Cooperativismo Autogestionário e as novidades para as relações trabalho.

O Cooperativismo Autogestionário traz novas relações para o interior das empresas.

Nas empresas capitalistas

os assalariados são forçados a vender sua força de trabalho a um empreendedor capitalista como forma de sobrevivência, o que se dá por meio do mercado de trabalho e do jogo da oferta e da procura. Uma vez na empresa, eles são obrigados a trabalhar cooperativamente. Entretanto, como se trata de pessoas que não se conhecem umas às outras e que não têm entre si qualquer vínculo, salvo a necessidade de venderem-se para ganhar a vida, esta cooperação só é possível devido ao jugo e à coordenação exercida pelo capital (VIEITEZ, DAL RI, 2001, p. 39).

Nas empresas cooperativas autogestionárias, segundo Vieitez e Dal Ri (2001), a cooperação tem outro enfoque, pois, desde o início, as relações estão pautadas no vínculo comunitário, configurando um acordo coletivo entre os trabalhadores, uma vez que,

a inserção de novos trabalhadores a essa comunidade valoriza pessoas que a partir de elementos de sociabilidade já existentes possam estabelecer esses vínculos.[...] As pessoas precisam e buscam trabalhar cooperativamente com o objetivo de retirar da natureza o que necessitam para viver (VIEITEZ, DAL RI, 2001, p. 40).

Nesta perspectiva, uma das novidades introduzidas por esta modalidade de empresa é a cooperação no sentido de ajuda mútua, de trabalho coletivo, busca de objetivos comuns.

Ainda é preciso considerar que, segundo Gutierrez (2000), a autogestão exige colaboração e confiança, não no sentido de defender uma postura simplista e ingênua do ser humano, mas de defender uma construção consciente e intencional de um ambiente de trabalho regido por valores que têm origem na sociabilidade espontânea, no lazer, na convivência comunitária livre e autônoma que caracteriza a vida de cada pessoa.

A base da prática autogestionária é a cultura da solidariedade, que deva associar autonomia pessoal com transparência, tendendo a inviabilizar, ou pelo menos inibir fortemente, o uso pessoal das situações individuais dentro do grupo (GUTIERREZ, 2000).

Os Cooperados da Cooperativa Ensinoativa assinalaram que a organização do trabalho através do sistema cooperativista era vista como uma alternativa para a construção de relações de trabalho mais solidárias. Para eles este anseio era o motivo de adesão ao projeto.

Porque gostei da proposta, achei uma experiência muito boa. É uma alternativa bem legal de vida em comunidade. Quando eu entrei, eu pensei nesta vida comunitária, com mais amizade, companheirismo, solidariedade, compreensão, etc.²⁰

Outro membro da cooperativa relata que o perfil adequado para uma pessoa se tornar um cooperado é ser “aquele que coopera, bem diz a palavra, que coopera com todo mundo, que ajuda todo mundo e que exerce a sua função e, que além de exercer sua função, ajuda o outro a exercer a função dele. É um profissional que tem os seus deveres, tem os seus direitos”.²¹ Um outro cooperado demonstrou uma expectativa de maior companheirismo e responsabilidade nas relações cotidianas no ambiente de trabalho, descrevendo o perfil de um cooperado como aquele que deve ser

atuante, guerreiro, participativo, envolvente, com responsabilidade. Muita responsabilidade! Tem que ter uma cabeça assim ... prá entrar numa cooperativa tem que ser muito responsável. Ter um idealismo, ser uma pessoa confiável, segura, e confiar que tudo vai dar certo,[...] Ser uma pessoa positiva, uma pessoa envolvente, mas o principal de tudo muito responsável. Porque muitas pessoas que a gente

²⁰ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 10/09/01, pelo Associado A-7.

²¹ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 25/06/02, pelo Associado A-1.

encontrou, quando caiu na responsabilidade, quando precisou mostrar a responsabilidade muitas pessoas caíram fora.²²

Tanto nos argumentos teóricos, como na expectativa dos cooperados o cooperativismo é visto como uma alternativa às relações de trabalho colocadas pelo sistema capitalista. A proposta cooperativista foi vista pelos cooperados como uma possibilidade de relações de trabalho mais humanizadas e solidárias. Além disso, os cooperados acreditavam que na cooperativa eles poderiam estabelecer novos padrões de convivência profissional. Primeiro, pelo motivo de que não haveria a figura do patrão, do dono da escola. Segundo, porque, sendo assim, as decisões seriam coletivas, ou seja, todos os cooperados em conjunto iriam tomar as decisões, em diversas oportunidades de discussões e ações coletivas. Como verificamos na fala de uma cooperada:

Funciona como uma escola normal, a diferença é que na cooperativa todo os professores também são donos da escola, então tem que trabalhar mais, fora de hora, sem ganhar até a escola crescer, pra gente poder dividir alguma coisa. A diretora não é a dona, não manda como em uma outra escola particular.²³

A Cooperativa Ensino tinha relações de trabalho diferenciadas, uma vez que as decisões eram coletivas e havia preocupação com as relações de ajuda mútua, entretanto não era a maioria dos cooperados que tinha essa preocupação, o que gerava alguns conflitos e descontentamentos. Muitas vezes havia um clima de confusão e desentendimentos entre os cooperados, devido ao comportamento dos cooperados que não trabalhavam com o coletivo. Dos cooperados entrevistados, todos demonstraram este sentimento em algum momento do processo de desenvolvimento da cooperativa. Um ponto que causava conflitos era que todos os cooperados entendiam que, pelo motivo da cooperativa ser uma propriedade coletiva, todos os cooperados se sentiam donos, mas donos como se fosse esta fosse uma propriedade individual. É o que se depende no relato de um cooperado, quando descreve as relações de trabalho.

²² Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 20/05/03, pelo Associado A-6.

²³ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 12/02/03, pelo Associado A-4.

Um pouco mais tumultuada, porque todo mundo acha que é dono. E não aceita obedecer ninguém, nem as regras, depois sofre punição se faz de “coitadinha”, então os “coitadinhos” se unem e formam um grupinho que fica afrontando a Direção e o Conselho.²⁴

Outro cooperado diz,

tem gente só encostada, que não ajuda e ainda faz fofoca. Não faz nada, falta muito e fica reclamando da diretora por trás. Tem outras pessoas que só fazem brigas nas reuniões, tem assembléia que dá até dor de cabeça, porque tem gente que não arreda o pé, tem que ser o que ela quer.²⁵

Um terceiro cooperado afirma que,

as pessoas confundem muito. [...] Porque todo mundo fala que é um pouco dono. Eu acho que as pessoas confundem muito, ser dono e mandar demais nas pessoas. Acho que o ponto que mais pesa na cooperativa é isso. As pessoas não sabem aceitar ordens de outras pessoas.²⁶

Sendo a cooperativa uma organização de propriedade coletiva, não há a figura do dono da empresa, assim, não há a figura do capitalista, não existindo a exploração do trabalho assalariado. Embora existam cooperativas que contratem trabalhadores assalariados, a cooperativa em questão só tinha uma faxineira contratada, todos os outros trabalhadores eram cooperados. A diretora, os agentes administrativos, profissionais multidisciplinares e os professores eram cooperados. O trabalhador cooperado ou associado, segundo Vieitez e Dal Ri (2001), não é proprietário no sentido usual, também não é convocado a vender sua força de trabalho, ele tem uma situação de trabalho muito diferente da realidade do trabalhador assalariado. Nas empresas autogestionárias existe uma lógica diferente da lógica capitalista, que é baseada na compra e venda da força de trabalho. A maior parte das empresas autogestionárias não utiliza os mecanismos comumente utilizados para recrutamento e seleção de pessoal, alicerçados no mercado e na lei da oferta e da procura. Normalmente, os novos profissionais são indicados pelos próprios associados. É assim que acontece também na Cooperativa Educacional Ensinativa, conforme mostra a fala de alguns cooperados, que

²⁴ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 23/07/03, pelo Associado A-5.

²⁵ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 22/11/02, pelo Associado A-3.

²⁶ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 25/06/02, pelo Associado A-1.

relatam como conheceram o projeto: “a Presidente era minha professora e me convidou para participar da cooperativa, eu estava no ultimo ano do magistério e queria muito trabalhar com escola, por isso resolvi participar, entrar na escola.”²⁷ Outro cooperado contou que “uma amiga me falou e, aí eu me associei porque eu estava precisando de emprego e eu sempre tive o sonho [...] de ter uma escolinha e a cooperativa foi o meio mais rápido de eu ter uma escolinha.”²⁸

Alguns cooperados afirmam que o funcionamento da escola era igual ao das outras, porém sentiam que era melhor, uma vez que havia a igualdade entre todos eles. Ao mesmo tempo que esta igualdade gera conflitos, esta mesma igualdade era vista como positiva, uma vez que descaracterizava a pirâmide hierárquica comum a outras organizações empresariais. Uma cooperada afirma:

Eu posso dar a minha opinião e se fosse em outra escola eu tinha só que obedecer ordens. [...] eu gosto de ajudar, gosto de fazer as coisas na cooperativa. Tenho que fazer a minha parte porque a escola é minha também, mas tem gente que não tá nem aí. Só cumpre horário, parece empregado, não tem interesse nenhum. Eu acho que o cooperado deve ter caráter, tem que pensar como dono, não adianta vir para a escola cumprir seu horário e ir embora, tem que se interessar mais, mais tem gente aqui que nem merece tá na cooperativa.²⁹

Dessa maneira, as novidades que o cooperativismo autogestionário trouxe para as relações de trabalho são: relações de trabalho pautadas nos valores que têm origem na sociabilidade, a eliminação do trabalho assalariado, a gestão democrática da organização e a diminuição da hierarquia no interior da organização.

Estas são as diferenças de uma empresa cooperativista para uma empresa capitalista e que sinalizam com a possibilidade de inovar a organização do trabalho na sociedade, porém ainda há muitos obstáculos a vencer.

²⁷ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 23/07/03, pelo Associado A-5.

4.2 - Democracia, participação e poder no Cooperativismo

Retomando os princípios que o movimento cooperativista traz desde sua experiência pioneira em Rochdale: adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos associados, autonomia e independência, educação, treinamento, informação, cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade, é possível identificar que o conceito de democracia que os cooperativistas têm está pautado na paridade de votos. Ou seja, o cooperativismo prega como democracia a relação de um homem igual a um voto. Neste sentido, a democracia cooperativista tem como princípio a igualdade. Retornando ao terceiro capítulo, pode-se verificar que a Ensinativa contempla o mesmo conceito de democracia em suas leis, respeitando aos princípios do movimento e à legislação específica do cooperativismo. Embora os cooperados não tenham feito menção a esta relação de paridade em suas entrevistas, a Cooperativa Educacional mostra-se como um empreendimento democrático na visão dos seus cooperados, como se pode verificar

acho que nossa cooperativa é democrática sim, porque tudo nós decidimos em grupo, mas tem gente que na hora de discutir nem presta a atenção, fica saindo da sala ou conversando, depois vota de qualquer jeito e quando se sente prejudicado reclama. É muito contraditório, tem hora que dá até raiva, uns e outros não prestam a atenção e depois ficam “enchendo o saco”. Isso você não escreve não. Põem que ficam reclamando³⁰.

Outro cooperado diz,

democrática eu vejo que é assim: é onde todos vão dar sua opinião, vão opinar, mas sempre vence a maioria, né? [...] quando levanta uma questão a gente vota. Todo mundo levanta, mas quando vamos tomar uma posição a gente sempre tem que ir com a maioria. Todo mundo levanta seu ponto de vista, fazemos várias colocações e vence, vencendo não, mas acaba predominando o que todos concordam, ou que tem mais concordância³¹.

²⁸ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 25/06/02, pelo Associado A-1.

²⁹ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 22/11/02, pelo Associado A-3.

³⁰ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 10/09/01, pelo Associado A-7.

³¹ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 20/07/02, pelo Associado A-2.

Outro cooperado diz, “É, todo mundo poder dar sua opinião. Dar idéias. E tudo é decidido em votação”³².

Os cooperados entrevistados relacionaram o conceito de democracia com a possibilidade de discussão e de decisões coletivas. Outros relacionam a gestão democrática da cooperativa com a quantidade de reuniões, como podemos perceber na resposta de um cooperado que diz,

acho que sim, porque todo mundo pode falar e sabe o que está acontecendo. Tem muitas reuniões, tem hora que até enche! Tem reunião pedagógica para escola, tem reunião de conselho para falar principalmente do caixa. Tem assembléia pra falar de tudo. Por isso eu acho que é democrática sim. A direção ouve a todos³³.

A cooperativa é uma empresa e enquanto empresa é um espaço de contradição, uma vez que toda empresa é um espaço de relações sociais pautadas principalmente nas questões econômicas. A Cooperativa Educacional, como uma empresa, também está sujeita às determinações de ordem econômica, política e simbólica e, pela sua natureza organizacional, enfrenta grandes desafios. Com uma proposta que visa consolidar uma prática cooperativa autogestionária, deve-se que essas empresas são, segundo Dahl (1990), empresas econômicas coletivamente possuídas e democraticamente geridas por todos as pessoas que nelas trabalham. Entendendo-se por democraticamente geridas, aquelas que têm uma organização que visa atender aos critérios do processo democrático, assegurar a igualdade política e a proteção dos direitos políticos primários dentro da empresa.

Segundo Dahl (1990) satisfazer o critério de igualdade através do voto deve ser a preocupação mais importante em uma organização autogerida. O direito a um único voto é um bom mecanismo para isso.

Sistemas desse tipo têm sido chamados de cooperativas de trabalhadores ou exemplos de autogestão ou democracia industrial. Prefiro, porém o termo empresas autogeridas. Uma vez que tais empresas, como os governos locais (municipais) são

³² Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 18/09/01, pelo Associado A-8.

³³ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 22/11/02, pelo Associado A-3.

democráticas dentro dos limites estabelecidos por controles políticos democráticos externos e pelos mercados, as pessoas que nelas trabalham poderiam ser chamadas de cidadãos da empresa. (DAHL, 1990, p. 79)

No caso da Cooperativa Educacional, havia muita disposição do grupo de cooperados em administrar, dentro de uma proposta autogestionária. Para tanto, as reuniões eram freqüentes e visavam deixar todos os cooperados inteirados sobre as questões administrativo-financeiras, bem como as ações que seriam executadas na busca de atender aos objetivos sociais da cooperativa e, conseqüentemente, da escola Ensinitiva. Esta situação fica evidente na fala dos entrevistados. “Bem, como eu já disse, acho que a Ensinitiva é democrática, porque todo mundo sabe tudo o que acontece³⁴.” Outro cooperado afirma: “Acho que sim, porque tem um monte de reunião para decidir tudo³⁵”.

A democracia é a base para as relações sociais no interior da Cooperativa Educacional, visando construir uma estrutura democrática que nivele todos os cooperados, permitindo a participação igualitária em todas as instâncias de decisões.

A base da prática democrática é a participação, é a presença e envolvimento com as questões da vida coletiva. Na cooperativa estudada, há cooperados que demonstram ausência de compromisso para com o projeto da cooperativa, faltando às assembléias e reuniões ou estando presentes, sem contudo se envolver nas discussões, pois a “participação que se pressupõe é uma participação no processo de decisão, um *acto* de ingerência, e não a atitude do espectador que se limita a assistir ou, de mais ou menos longe, a contemplar” (LIMA, 2000, p. 33).

Por outro lado, a palavra participação tem impregnado os discursos reacionários, pois facilita a divisão do poder. As pessoas, segundo Lima (2000), têm a sensação de fazer parte de um processo decisório quando são consultadas e têm possibilidade de emitir opiniões. Tais opiniões, contudo, são admitidas somente em instâncias secundárias em muitas organizações.

³⁴ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 12/02/03, pelo Associado A-4.

Essas limitações nem sempre são percebidas pelas pessoas que, pelo simples fato de serem ouvidas, tendem a executar suas tarefas com mais eficiência.

Na Cooperativa Educacional a participação é estimulada e considerada fundamental para o desenvolvimento das atividades, caracterizando-se como uma instância essencial,

sim, tudo o que a gente precisa é conversado, é votado, antes de tomar qualquer posição. Todo mundo discute, todo mundo coloca o que pensa, e acaba colocando o que a maioria decide. Mas sempre colocando o ponto de vista de cada um, a posição de cada, mas sem ficar pressionando pra você tomar posição pra um lado ou não³⁶.

Ainda outro cooperado diz “Vejo, principalmente, que na cooperativa todos podem falar, expressar sua opinião, dar sua idéia. Nas reuniões tudo é decidido no voto. Ninguém manda, todo mundo manda junto³⁷”.

Pensar a participação somente no momento do voto é diminuir o poder da participação na empresa autogerida,

o exercício do voto, nas assembléias gerais, freqüentemente não considera o problema complexo dos critérios a seguir para a tomada de decisões que compatibilizem os interesses de uma boa gestão da empresa e os interesses da sociedade de pessoas. [...] A natureza da participação cooperativa não se mede somente através de critérios quantitativos, como através de taxas de presença às assembléias gerais, eleição dos dirigentes, etc. [...] A participação às assembléias não é mais do que uma participação formal, que, se não é complementada com outras modalidades de participação, compromete apenas transitória e superficialmente o associado com sua cooperativa (SCHNEIDER, 1999, p. 196).

A participação é fundamental para a atividade autogestionária, principalmente no processo de tomada de decisões, porém é importante também que o cooperado se envolva em todas as fases de gestão do empreendimento, gerando uma participação de qualidade. Uma participação com qualidade é a proposta de trabalho na empresa autogestionária. Entendendo

participação como um processo em que todos aqueles diretamente envolvidos têm o direito de tomar decisões no interior de uma dada organização. [...] participação é uma prática que não se dá de modo espontâneo; é algo que faz parte de um processo histórico de construção coletiva (AREDES, 2002, p. 46-47).

³⁵ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 18/09/01, pelo Associado A-8.

³⁶ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 20/07/02, pelo Associado A-2.

³⁷ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 12/02/03, pelo Associado A-4.

A participação é a base do trabalho coletivo, por isso é de fundamental importância nas empresas autogestionárias. Segundo Vieitez e Dal Ri (2001), o trabalho coletivo é um processo de trabalho que facilita a participação do trabalhador nas várias dimensões da vida do empreendimento e desenvolve as capacidades intelectuais e emocionais do indivíduos. É neste ambiente que a democracia se desenvolve no interior das organizações cooperativas. Este movimento de construção de um espaço coletivo para tomada de decisões é, ainda, informal e incipiente, porém é muito significativo para essas empresas.

Na cooperativa, em tela, as pessoas têm acesso a todas as informações administrativas e financeiras, assim surge um ponto de conflito quando se trata de discutir e refletir sobre a distribuição dos ganhos e sobras ou perdas. As sobras/perdas de final de exercício têm sua distribuição definida por lei, cabendo ao grupo apenas definir detalhes, como a possibilidade de parcelamento, números de parcelas, datas de início dos pagamentos, enfim, critérios da restituição ou pagamento. Já a distribuição dos ganhos referentes aos trabalhos realizados na cooperativa gera muitos desentendimentos, uma vez que envolve questões de valores. Esta questão ficou latente no período de preparação da Cooperativa, denominado pelo grupo como *período extra-oficial*³⁸ da cooperativa. Neste mesmo período, surgiram discussões a respeito dos critérios de atribuição de aulas que deveriam constar no Regulamento Interno da cooperativa, que estava em fase de elaboração. Os debates giravam em torno de qual seria a alternativa mais justa, se seria considerar com maior valor o tempo de cooperativa ou a experiência profissional e formação acadêmica da pessoa. Foram momentos de muita agitação no grupo, pois as pessoas estavam divididas.

Outro episódio que colocou a questão de justiça foi a aprovação do Balanço referente ao exercício de 2001, pois era necessário definir os critérios de pagamento das perdas, uma

³⁸ Período extra-oficial: trata-se do período de formação do grupo e elaboração do Estatuto Social e do Regulamento Interno, anterior à constituição oficial que ocorreu na 1ª Assembléia Geral, em 31/03/01.



vez que foi o ano de organização da escola Ensinitiva e só houve investimento e nenhuma receita. Os cooperados que permaneciam na cooperativa não achavam justo que os demissionários recebessem o mesmo tratamento com relação ao pagamento das perdas. Houve a necessidade de esclarecimentos jurídicos e contábeis para que o grupo decidisse.³⁹

Ainda, até meados de 2003, nenhum cooperado teve retirada em dinheiro e, na realidade, todos estavam pagando para trabalhar, isso criava um ambiente de descontentamento, como mostra um cooperado. “Acho que a maior desvantagem é não receber nada, mas eu sei que é por enquanto. Espero que logo a gente receba alguma coisa⁴⁰”. Outro cooperado também fez menção a esta situação,

É [...] porque não tem patrão na cooperativa. A gente pode decidir mais as coisa. Mas é duro ficar trabalhando sem ganhar, gente entende que estamos investindo no futuro, mas tem gente que reclama muito. E é muito difícil, porque não tem o que fazer com quem fica faltando e não trabalha direito.⁴¹

Tendo como referência o pensamento e a discussão de Castoriadis (1987) a cerca do conceito de democracia, é possível identificar uma estreita relação entre democracia e a idéia de justiça. Entende-se justiça como a ação de caráter político que visa o todo da sociedade, numa acepção de justiça total, enquanto virtude total, perfeita e acabada sendo compreendida a virtude como o exercício ou ação efetiva em relação aos outros.

Há, portanto, sempre a questão da justiça total, pois há sempre a questão da lei direita ou correta (*orthos*), do como fazer e do para que fazer, [...]. A questão da justiça total é questão da política, questão da lei no sentido mais geral, do *nomimon*: a esse respeito a questão do justo é a questão do legal (CASTORIADIS, 1987, p.295).

Considerando que a empresa cooperativa tem autonomia para estabelecer suas leis, a questão da justiça sempre ganhava uma conotação importante nas discussões, porém, a igualdade faz parte da justiça, uma vez que promover a justiça é promover a igualdade, a relação com o igual. Neste sentido pensar em justiça é precisamente pensar na

³⁹ Fonte: Ata da 11ª Assembléia Geral dos cooperados, realizada no dia 03/03/2002, registrada no Livro f. 44.



criação do participável social e das condições, vias, meios, assegurando a cada um o acesso a esse participável; a separação do participável e do partilhável. É nesse sentido que ela é ao mesmo tempo idêntica à 'lei' e também à 'virtude total'. Ela deve não somente definir o participável e o partilhável e separá-los, mas constituir ou instituí-los. A justiça total é instituição primeira da sociedade. [...] Socializar os indivíduos é fazê-los participar do não-partilhável, do que não deve ser dividido, privativamente, entre os membros da comunidade. A justiça total tem por objeto portanto a totalidade da ordem da cidade, em sua forma e em seu conteúdo. (CASTORIADIS, 1987, p. 297)

A igualdade é, portanto, baseada no partilhável, ou seja, nas relações que se estabelecem no processo de partilha,

relações entre os dois indivíduos, relação entre os dois objetos – ou: relação entre cada indivíduo e o objeto recebido na partilha por ele. Ora a igualdade das duas relações é evidentemente proporcionalidade 'igualdade geométrica', analogia. Haverá portanto justiça se houver a mesma igualdade quanto aos indivíduos e quanto aos objetos (CASTORIADIS, 1987, p. 299).

Neste sentido, observa-se uma confusão de idéias no grupo pesquisado, com relação ao *participável* e o *partilhável*, uma vez que o valor da cota integralizada pelos cooperados era único, o rateio de sobras/ perdas do final do exercício era igual para todos, mas a definição dos ganhos mensais seria proporcional à participação, ou como define a Lei Federal nº 5764/71, seria proporcional à operação realizada com a cooperativa. Alguns cooperados, nas reuniões, posicionavam-se alegando que, mesmo sem atuar diretamente na escola⁴², deveriam ter um ganho mensal, uma vez que eles haviam investido como os outros.

Segundo Castoriadis (1987) a igualização dos indivíduos é a consequência de uma verdade já estabelecida sobre a sociedade, e concebe a sociedade como o espaço de troca, que pressupõe comensurabilidade, porém esta não é natural, mas uma conversão/instituição que é estabelecida pela sociedade para que ela possa existir.

Voltando-se à fórmula democrática do cooperativismo, um homem = um voto, denota-se que, enquanto organização econômica, a cooperativa se diferencia das empresas

⁴⁰ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 12/02/03, pelo Associado A-4.

⁴¹ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 22/11/02, pelo Associado A-3.

⁴² Eram 4 (quatro) cooperados que trabalhavam em outras empresas e só se dedicariam profissionalmente à cooperativa quando houvesse ganho mensal.

tradicionais, pelo fato de que está alicerçada no homem, no indivíduo e não no capital que ele representa.

A democracia, segundo Schneider (1999), é um processo calcado na cooperação voluntária caracterizada pela auto-ajuda e que possibilita a cooperativa diferenciar-se das empresas tradicionais, enquanto um instrumento de progresso social. Os pioneiros do cooperativismo buscaram elaborar uma regra que fosse justa, na qual cada pessoa humana tivesse seu valor, baseada no poder e na igualdade profunda entre os homens, com exigência de justiça e promovendo o interesse e a solidariedade, visando atender aos interesses coletivos.

A aplicação da idéia “um homem, um voto” é insuficiente para a verdadeira efetivação da democracia empresarial. Assim, é fundamental que os associados além do direito ao poder tenham desejo em exercê-lo com responsabilidade, pois, para dar suporte à democracia, é necessário que haja diálogo permanente, com informações completas; os dirigentes devem ter um profundo desejo de servir aos cooperados, sem tentar tirar proveito próprio do poder. Nas cooperativas de grande porte, onde existe a democracia representativa e eletiva, é fundamental que haja espaço de democracia direta, desta maneira, a estrutura de poder diferenciada possibilita uma melhor concretização da democracia.

A democracia política evocada nos Estatutos e na essência da organização cooperativa se estabelece através da valorização do homem e não do capital que ele representa, garantindo aos cooperados a igualdade política que é uma exigência da democracia.

Na cooperativa, a democracia política busca garantir igualdade política, social, religiosa e racial a todos os associados, encarando as pessoas com igualdade de direitos e de deveres; possibilitando a satisfação das necessidades da pessoa, nos limites da viabilidade técnica e econômica, desde que o indivíduo comungue os objetivos propostos pela

organização. A expressão “um homem, um voto” demonstra toda a concepção de igualdade política e social nas cooperativas singulares. A organização cooperativa tem a natureza calcada na auto-ajuda e na ajuda-mútua, exigindo do indivíduo a adesão livre e voluntária, sem a intervenção do governo para não ferir a autonomia cooperativa e limitar a iniciativa, a criatividade e a eficiência da organização. Na cooperativa, a democracia está presente na participação direta, na escolha dos objetivos da organização, na definição das políticas a serem seguidas, no controle e na periódica prestação de contas, além da participação no voto para eleição dos dirigentes e fiscais da cooperativa.

O cooperativismo, como organização econômica e social, tem sido importante precursor da participação direta e universal dos seus associados nas eleições e decisões da organização, antecipando-se em vários anos à prática da democracia eleitoral dos Estados e da maioria das demais entidades da sociedade (SCHNEIDER, 1999, p. 247).

No plano político, a evolução da democracia cooperativa não é linear e progressiva, mas efetiva-se com avanços e recuos, próprios dos conflitos e das contradições da realidade econômica, social e política de cada sociedade. No cerne do movimento cooperativista existem várias contradições, dentre elas: em cooperativas pequenas a participação eleitoral nas assembléias gerais é intensa e abrangente, porém, quando as cooperativas crescem rapidamente e aumentam sua complexidade organizacional, há um declínio na participação política. Muitas organizações buscam uma maior descentralização administrativa e decisória para resgatar a participação do quadro social. O Estado não se contenta com a posição de apoio suplementar e promocional do movimento cooperativista e à elaboração da legislação necessária ao sistema e acaba interferindo no movimento, por isso, em alguns países, existem programas para *desoficializar as cooperativas*, principalmente no Terceiro Mundo, pois com frequência

o Estado se erigiu em dono ou em agente paternalista das cooperativas, impondo dirigentes traçando suas políticas e a adesão obrigatória, instrumentalizando freqüentemente as cooperativas em função de suas políticas desenvolvimentistas e não para implementar políticas que atendessem aos interesses e às necessidades dos

associados. Mas, em compensação, surge recentemente e em especial em vários países do Terceiro Mundo a política de 'desoficialização das cooperativas', visando no mais breve tempo possível restituir-lhes sua plena autonomia e democracia interna (SCHNEIDER, 1999, p. 248).

A democracia econômica cooperativa pode ser caracterizada: pela igualdade de acesso ao sistema de bens e de serviço da cooperativa; pela participação na distribuição dos excedentes ou das *sobras* na proporção das operações de cada um com a cooperativa; pela distribuição social e regional da renda que é efetivada através de mecanismos de participação dos excedentes operacionais; as cooperativas melhoram a renda e o padrão de vida dos cooperados; toda a legislação da cooperativa deve propor limites para garantir que o controle da empresa não fique na mão de um determinado grupo ou cooperado; a estrutura de poder é mais horizontal, uma vez que cada cooperado tem apenas um voto independentemente do capital investido na cooperativa, sendo assim os cargos que cada cooperado exerce ou o valor de capital investido não determina o poder do cooperado, pois todos têm o mesmo poder. Neste sentido "se o poder econômico é democratizado e descentralizado, o mesmo tenderá a dar-se com o poder político e social" (SCHNEIDER, 1999, p. 251).

As cooperativas contribuem para a humanização da economia, na medida em que seu objetivo principal é o bem estar do homem, a satisfação de suas necessidades econômicas, neste sentido, nessas organizações o homem deixa de ser instrumento da atividade econômica.

Porém, alguns cooperados demonstraram uma certa decepção para com a cooperativa, ou melhor, para com a postura das pessoas em uma cooperativa, como se pode verificar a seguir: "Acho que as pessoas não estão preparadas para viver verdadeiramente o cooperativismo. Há muita confusão, muita 'futriquinha', muito 'disse-me-disse'. E o profissional cooperado deveria ser mais comprometido, mas não é isso que acontece⁴³".

⁴³Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 23/07/03, pelo Associado A-5.



Outro cooperado coloca como a principal desvantagem do cooperativismo o próprio desconhecimento do movimento por parte dos cooperados, o que produzia uma atitude passiva diante dos acontecimentos.

A principal desvantagem ao meu ver é a falta de conhecimento sobre o cooperativismo e, o pior ainda, é a falta de interesse em conhecê-lo. As pessoas ficam esperando pela gente do conselho. E ainda reclamam quando as coisas não saem como eles querem.⁴⁴

Outro ponto que merece atenção refere-se a algumas práticas próprias dos trabalhadores das empresas tradicionais que se mantêm na cooperativa, baseadas em posturas corporativistas⁴⁵, como relata uma cooperada,

tem gente que o relacionamento é bom, porque gosta de trabalhar, mas tem gente que eu não gosto, porque só encosta. Mas na hora da reunião todo mundo fica amigo e ninguém faz nada com os folgados. As vezes até tem uma proposta de punição ou advertência, mas na hora da votação todo mundo vota contra.⁴⁶

De modo geral, a Cooperativa Ensinativa era considerada como democrática, pois todas as decisões eram coletivas e não havia uma pessoa que mandava, isso era visto como positivo pelo cooperados, e confirma-se na fala de um cooperado: “Vejo, principalmente que na cooperativa todos podem falar, expressar sua opinião, dar sua idéia. Nas reuniões tudo é decidido no voto. Ninguém manda, todo mundo manda junto⁴⁷”.

Apesar de todos os problemas e dificuldades que a Cooperativa enfrentava, os cooperados ainda estavam dispostos a lutar para que ela se consolidasse e se tornasse uma escola respeitada na cidade. Uma cooperada afirmou:

mesmo que não seja tão comunitária como eu pensava, ela é melhor que as outras escolas por aí. É mais comunitária, solidária, etc. e ainda pode fazer com que a gente viva uma experiência nova, que enriquece muito a gente. Mas a gente tem que

⁴⁴ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 10/09/01, pelo Associado A-7.

⁴⁵ Corporativismo: 1. Sistema socioeconômico e político baseado nas corporações de empregados e empregadores e empregados, combinando capitalismo com sindicalismo, sob a fiscalização do Estado. 2. Atendimento aos interesses de uma categoria, classe, corporações, etc, em detrimento dos interesses públicos (SACCONI, 1996).

⁴⁶ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 22/11/02, pelo Associado A-3.

⁴⁷ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 12/02/03, pelo Associado A-4.

considerar que a nossa cooperativa ainda está começando e podemos melhorar as coisas.⁴⁸

O projeto da Cooperativa Ensino mostrou-se como um projeto interessante, um vez que oportunizou a construção de novas relações de trabalho, baseadas na democracia, na participação e no poder coletivo, porém, ainda falta uma cultura, uma consciência que permita a prática cooperativista em sua essência. E esta cultura precisa estar alicerçada na consciência de que, mesmo sendo a cooperativa uma organização diferenciada, ela está inserida numa sociedade regida pelo sistema capitalista, assim ela terá o poder de transformar o ambiente interno da cooperativa, mas dificilmente poderá alterar o sistema social com um todo. O cooperativismo é sem dúvida uma alternativa que pode atender aos trabalhadores, mas com poucas chances de modificar o mercado. O trabalhador poderá encontrar no movimento cooperativista uma possibilidade de trabalho autônomo, não subordinado ao capital, o que no contexto atual já se constitui um grande avanço.

A democracia cooperativa no, plano social, tem como pressuposto doutrinário garantir a todos os cooperados o acesso aos bens culturais e educacionais, exigindo dos associados a participação nas assembleias gerais, nas reuniões de pequenos grupos e nas comissões para decidir as políticas e suas prioridades, para planejar as atividades coletivas e individuais. Essas organizações são boas fontes de preparação técnica, profissional e comercial de vários setores da população. As cooperativas educam para uma prática solidária e democrática dos sócios, dirigentes, executivos, técnicos e funcionários da organização e constituem um excelente meio de elevação do padrão de vida dos seus associados e também da comunidade, permitindo acesso a serviços de assistência técnica, de crédito e médico-previdenciários, como também serviços de comercialização em geral. A vivência cooperativista possibilita o intercâmbio de informações e de experiências dos associados entre si, entre os associados e outros profissionais e parceiros da cooperativa, através da prática da participação, discussão,

⁴⁸ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 10/09/01, pelo Associado A-7.



avaliação, críticas e sugestões solicitadas a todos em assembléias e reuniões de grupo. A rotação e renovação obrigatória dos dirigentes possibilitam a formação de novas liderança; sendo importantes instrumentos de modernização tecnológica, comercial e produtiva em meio à comunidade e a região em que se situa.

As relações democráticas estão presentes na maioria das sociedades atuais e não podem ser separadas da estrutura e da dinâmica do capitalismo, somente com esta visão de conjunto é possível realizar uma análise mais séria sobre o assunto. Partindo da constatação da íntima relação entre democracia, política e capitalismo é fundamental considerar que “a democracia não só deve demonstrar sua capacidade para governar o sistema político e a sociedade; também deve ser um instrumento idôneo para a construção de uma sociedade melhor” (BORON, 1994, p. 29). Neste sentido uma sociedade que pretende ser verdadeiramente democrática deve pensar

nas necessidades de seu sistema político, um povo democrático, seus líderes, seus intelectuais e juristas perceberiam a necessidade prática dos direitos políticos primários e criariam proteções para eles. Como resultado, em um povo geralmente democrático em seus compromissos, a crença na desejabilidade dos direitos políticos primários pode muito se entrelaçar com sua fé na própria democracia (DAHL, 1990, p. 32-33).

Para a manutenção da democracia é necessário desenvolver uma cultura política com resistência suficiente aos perigos da igualdade, de forma a garantir a sobrevivência da liberdade política e da democracia. Analisando esta questão é possível perceber que este é um problema que requer atenção no interior das organizações autogestionárias de trabalhadores. Na Cooperativa Educacional Ensinativa, a cultura política necessária para a manutenção da democracia era muito frágil, com podemos perceber na afirmação do cooperado abaixo.

Sim, mas as pessoas não sabem viver a democracia. As pessoas só olham as suas necessidades, não conseguem olhar para as dificuldades e necessidades dos outros. Falta solidariedade e acho que democracia precisa caminhar com a solidariedade. As pessoas lembram da democracia para pedir os direitos, mas esquecem os deveres⁴⁹.

⁴⁹ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 23/07/03, pelo Associado A-5.



Outro cooperado também deixa claro que no grupo existe a dificuldade em apresentar uma prática verdadeiramente democrática. “É, pode todo mundo decidir junto, na cooperativa é assim. Todo mundo decide junto nas reuniões, mas tem umas pessoas que não tem opinião própria e votam igual aos colegas⁵⁰”.

Nas empresas de autogestão ou cooperativas autogestionárias, segundo Vieitez e Dal Ri (2001), os associados são ao mesmo tempo os trabalhadores e os dirigentes da organização. São ainda os membros natos da assembléia geral, que é o órgão máximo de tomada de decisões nas Empresas autogestionárias, integram o processo que define o futuro da empresa. Neste tipo de empresas começam a emergir as deliberações coletivas, uma vez que o trabalhador da empresa autogestionária é um trabalhador coletivo.

Esse novo coletivo começa a buscar a supressão das formas de domínio e exploração de classe. A categoria controle, que concretizava na empresa a exploração e dominação, tende a ser substituída por outra: a de regulação. Na categoria da regulação, o despotismo de classe começa a ser substituído por normas e valores que emanam da livre deliberação do conjunto de trabalhadores. Esse fenômeno, no entanto, ainda está em processo, transfixado pela luta de classe presente tanto nos segmentos autogestionários que compõem a empresa, quanto pelas lutas que ocorrem na sociedade, mas que incidem nas empresas autogestionárias (VIEITEZ, DAL RI, 2001, p. 58).

O trabalhador coletivo é, segundo Vieitez e Dal Ri (2001), caracterizado pela igualdade definida no Estatuto e expressa nas Assembléias Gerais da cooperativa. Embora o trabalho coletivo também esteja presente no sistema capitalista, na autogestão o trabalho coletivo é a base técnica que ativou forças desconhecidas, até então inimagináveis.

É neste contexto de trabalho coletivo que as relações de poder se estabelecem na cooperativa. Segundo Rosa (1993), as relações de trabalho podem ser consideradas como relações de poder, com duplo caráter de exercício. Primeiro, em um aspecto positivo, o poder é exercido como norma ou disciplina. Segundo, num caráter negativo, refere-se ao exercício

⁵⁰ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 12/02/03, pelo Associado A-4.



do poder em nível da lei ou do direito, materializado pela coerção, pela repressão, pela imposição ou pelo controle.

Para Weber (1991, p.33) o poder é a “probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências”, assim o poder se configura como dominação, que Weber (1991, p.33) define como “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”. E, ainda, Weber (1991, p.33) determina que disciplina é a “probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem”.

Na visão dos cooperados poder “é poder decidir. Tomar decisão. Acho que é isso!”⁵¹ Outro cooperado o define como “Poder, é! É a capacidade de decidir. As pessoas dizem que a presidente, que também é diretora da escola tem poder, mas eu acho que isso é mentira, porque as pessoas fazem o que querem e quando a presidente aplica uma penalidade a ‘casa caí’.”⁵² Um terceiro cooperado relaciona o poder com a condição de detentor do modo de produção e com o caráter individual.

Poder? Eu sou coordenadora de uma escola de Educação Infantil e hoje em dia infelizmente que tem poder, é quem é o dono da empresa e a gente tem que rezar na cartilha dele, então eu vejo que o poder é do empregador. Na cooperativa o poder é das pessoas que querem puxar o tapete.

Outro cooperado afirma que “é tomar decisão. Acho que é poder resolver as coisas, por exemplo tem um problema alguém tem o poder de chegar e resolver o problema”⁵³.

O filósofo Michel Foucault quando analisa a questão do poder afirma que

o poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para construir um poder político, uma soberania política. Neste conjunto teórico a que me refiro a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria da ordem da troca contratual. [...] O

⁵¹ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 22/11/02, pelo Associado A-3.

⁵² Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 23/07/03, pelo Associado A-5.

⁵³ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 12/02/03, pelo Associado A-4.

poder político teria neste caso encontrado na economia sua razão de ser histórica. (FOUCAULT, 1999, p. 174-175).

Estas idéias de poder demonstram que as relações de poder na cooperativa tinham como seu principal fundamento o processo de tomada de decisões. Uma vez que as decisões na cooperativa eram tomadas de forma democrática, o poder nesta forma de organização era coletivo.

Retomando Weber (1991) ao afirmar que o poder é a probabilidade de impor a própria vontade, na realidade da cooperativa a vontade que deve prevalecer é a vontade do grupo, do coletivo, ou seja, as decisões devem contemplar os interesses e bem de todos. Ao consideramos esta idéia podemos concluir que, na cooperativa, o poder é coletivo, como afirma um cooperado, “é o poder que todo mundo faz junto. É pensar no bem do grupo e não nos interesses pessoais.”⁵⁴ Outro cooperado disse: “Acho que é o poder de todo mundo junto. Aqui na cooperativa tem esse poder, quando o grupo decide todo mundo tem que obedecer.”⁵⁵

Na Cooperativa Educacional Ensinativa, o poder é coletivo e todos podem participar, mas nem todos têm o compromisso necessário para que sua participação seja de qualidade. Fato que fica claro na fala de uma cooperada: “Vejo também, tem pessoas que não são honestas. Que votam pela idéia dos outros e não tem opinião própria, qualquer um faz a cabeça da pessoa.”⁵⁶

As ações e reações que ocorrem no processo de construção deste poder coletivo são fruto de uma cultura social mais ampla, na qual todos estão inseridos e que, em algumas situações, define a conduta de cada cooperado.

É evidente que as relações de poder no interior da cooperativa Ensinativa eram diferenciadas, mas com posturas individuais que mantinham as relações provenientes de

⁵⁴ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 23/07/03, pelo Associado A-5.

⁵⁵ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 22/01/02, pelo Associado A-3.



experiências anteriores, uma vez que a grande maioria dos cooperados tinham experiência de trabalho em empresas capitalistas⁵⁷ e portanto já traziam ranços das práticas em tais empresas.

A prática democrática, a participação qualificada e relações de poder renovadas são ações que permitem a concretização dos princípios cooperativista. Entretanto estas ações ainda estão fragilizadas no interior da cooperativa, uma vez que o discurso dos cooperados privilegia a democracia, a participação e o poder coletivo, mas eles mesmo reconhecem que ainda há desafios a serem vencidos, como por exemplo conseguir adesão não somente material, mas a adesão pautada em uma participação efetiva na vida da cooperativa.

⁵⁶ Entrevista oferecida à Pesquisadora, no dia 18/09/01, pelo Associado A-8.

⁵⁷ Fonte: Questionário aplicado aos cooperados em maio de 2002, com objetivo de identificar as experiências que o grupo trazia para dentro da cooperativa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura política da participação e da solidariedade é uma cultura de contracorrente nas sociedades em que domina o individualismo possessivo e mercantilista que o neoliberalismo tem levado ao paroxismo. Por isso, não é possível ficar satisfeito com a sua reiteração prática por intermédio das instituições de participação, uma vez que estas, em tal contexto, estão sempre sujeitas à perversão e à descaracterização. Para se manter e aprofundar, a cultura da participação e da solidariedade tem de se ver servida por um projeto pedagógico ambicioso que envolva o sistema educativo no seu todo, [...]. (SANTOS, 2002, p. 553)

Como foi indicado no início deste estudo, o problema a ser respondido era se os profissionais que aderiram à cooperativa seriam capazes de estabelecer relações de trabalho mais democráticas e igualitárias. Como já foi apontado no decorrer do trabalho, houve uma grande rotatividade de cooperados, as pessoas aderiam à cooperativa, assumiam as funções, alguns assumiam turma na escola e depois se demitiam. Alguns se demitiam no mesmo mês que se matriculavam. Este fato comprometeu o andamento pedagógico da escola e criou um ambiente de instabilidade no grupo. As pessoas apresentavam sentimentos contraditórios, uns achavam que era melhor entrar e sair, do que ficar arrumando confusão. Outros achavam que era necessária uma maior permanência, a fim de criar vínculo com o grupo, para então decidir o que seria melhor. As circunstâncias das demissões também eram diferentes, uns saíam em um clima amistoso; outros, ao contrário, criavam um ambiente de confusão e desentendimentos. Um outro ponto a salientar é que a maior parte dos cooperados estava sem emprego, portanto, sem nenhuma renda e as necessidades de sobrevivência acabavam por

impedir a permanência desses associados na cooperativa, uma vez que a escola ainda estava se estruturando e não havia nenhuma possibilidade de retirada pelos cooperados.

A pesquisa mostrou que as relações de trabalho no interior da cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensino foram modificadas em vários aspectos. O primeiro ponto a considerar é que, na cooperativa em questão, não havia a figura do proprietário da escola, mas o grupo não conseguiu conceber uma estrutura organizacional diferente da estrutura hierárquica de uma escola tradicional. Havia a figura da diretora da escola, porém a postura do grupo e mesmo da pessoa que ocupava esta função eram conflitantes. O grupo esperava sempre que a diretora tomasse as decisões e fizesse as determinações aos cooperados a respeito das atividades a serem executadas. A diretora, por sua vez, acreditava que, por se tratar de uma escola com princípios democráticos, todas as decisões e até as penalidades a serem aplicados aos cooperados, que não respeitassem as determinações do Estatuto Social e do Regulamento Interno, deveriam ser tomadas em grupo. Estas posturas geraram no coletivo uma sensação de que o grupo estava sem rumo, sem diretrizes.

Algumas pessoas que aderiram a Cooperativa, tomaram esta decisão pensando em serem donos, ou pelo menos, sócios da escola e conceberam a escola que era mantida pela cooperativa tal como uma escola privada aos moldes capitalistas tradicionais. E com frequência apresentavam uma postura de donos, dando ordens e não aceitando as determinações do Estatuto Social e Regulamento Interno, não aceitando os princípios de democracia interna. Outros cooperados tinham uma postura semelhante a de trabalhadores assalariados, cumprindo horário, sem participar das reuniões e não se envolvendo na realidade administrativa da cooperativa, cobrando dos membros do conselho administrativo resultados positivos, sobretudo financeiros.



As relações no interior da cooperativa eram contraditórias e os conflitos emergiam diariamente. Muitos conflitos acabavam gerando divisões no grupo, o que evidenciava a busca de alguns interesses diversos à proposta da cooperativa. Nestes momentos, afloravam valores próprios da sociedade atual, como o individualismo, a competição, o jogo de influência e a busca de benefícios pessoais através da cooperativa. Um fato comum era o grupo tomar conhecimento de que um determinado cooperado se apresentava a outros grupos da sociedade local como dono da escola. Não havia a compreensão da propriedade coletiva. A grande maioria agia como se a cooperativa fosse uma propriedade privada individual, assim alguns cooperados sentiam-se no direito de mandar, sem atentar para o resolvido coletivamente.

Porém avanços interessantes ocorreram. Na cooperativa não havia, em nenhum momento do processo, a divisão entre trabalho intelectual e manual. Todo o planejamento administrativo e pedagógico era elaborado em reuniões. O que acontecia era que, às vezes, um determinado cooperado faltava à reunião e depois questionava ou até desrespeitava as decisões e, nestes casos, os grupos reagiam e, se fosse um cooperado que freqüentemente estava ausente, dava muita confusão.

O controle do processo de trabalho na cooperativa era praticamente inexistente. O grupo, em especial as lideranças, esperavam que os cooperados por serem *proprietários* seriam mais comprometidos com o trabalho a ser desenvolvido, utilizando-se plenamente da sua autonomia, mas, na maioria das vezes, o que acontecia era um certo descompromisso, principalmente com relação ao horário e às faltas. Entretanto, no momento da aplicação da penalidade pela diretora, o problema ficava maior, pois não havia instrumentos que possibilitassem uma punição efetiva, uma vez que todas as penalidades previstas no Estatuto Social e no Regulamento Interno determinavam multas ou prejuízos nos ganhos e retiradas, como não havia nenhum tipo de retirada por parte dos cooperados, existia impunidade.

Foi na cooperativa que muitos dos profissionais puderam atuar pela primeira vez na área educacional e, ainda, em uma experiência diferenciada, que permitia o contato com todas as esferas do processo educativo, o administrativo e o pedagógico. Tiveram a oportunidade de conhecer uma escola em todas as suas faces, mesmo sendo professores tinham conhecimento das atividades desenvolvidas na secretaria, na direção e no berçário, tudo era compartilhado nas reuniões, por isso todos eram convidados a participar.

Quanto ao processo autogestionário, também foi um ganho para o grupo, pois os temas eram discutidos e decididos no coletivo. Uma dificuldade era que as pessoas que não aceitavam a decisão do grupo ficavam reclamando depois das reuniões. Vale salientar que algumas pessoas que aderiram à cooperativa tinham uma postura muito radical e suas propostas eram quase sempre rejeitadas pelo grupo, então denunciavam a existência de preconceito e grupos fechados. Na verdade o grupo não aceitava opiniões muito divergentes. Havia, apesar dos conflitos, uma certa coesão grupal.

A prática autogestionária exige das pessoas uma consciência diferente, com mais confiança, solidariedade e busca do bem coletivo, porém, a prática educativa atual normalmente forma as pessoas na perspectiva do individualismo e da competição, que estimula as pessoas a tentarem conseguir vantagens sobre as outras. Na realidade da cooperativa ficou visível que as pessoas nem sempre conseguiam romper com a formação que receberam na escola e na sociedade atual e, se conseguissem ficar perto da diretora, para retirar proveito desta proximidade não titubeavam. Mas, quando percebiam que seria difícil conseguir algum benefício, alguns se revoltavam com a pessoa da diretora e começavam tentar suscitar no grupo um sentimento de desconfiança para com ela.

A experiência da cooperativa foi produtiva e, apesar dos conflitos, conseguiu estabelecer algumas relações de trabalho diferenciadas, porém atualmente a cooperativa está

em processo de liquidação, pois não conseguiu manter o grupo, tendo em vista que um empreendimento na área educacional requer um período relativamente longo para dar um retorno financeiro.

No contexto da sociedade capitalista, a experiência da Cooperativa Educacional, sobretudo sua prática autogestionária, demonstrou que este tipo de prática, possibilita a instauração de relações de trabalho mais democráticas e igualitárias. Atualmente, os cidadãos são afetados pela ideologia capitalista que gera um sentimento de que não há alternativas para o sistema atual (MÉSZÁROS, 2002). Porém, as experiências autogestionárias têm-se mostrado como uma alternativa possível, senão para alterar as macro relações, ao menos as relações internas das empresas que optam por esta forma de organização do trabalho.

Para a cidade de Bauru, a experiência não chegou a gerar novidades substanciais, uma vez que, no total, foram envolvidas aproximadamente 120 pessoas, desde o período de preparação até o estágio atual da Cooperativa e a cidade têm mais de trezentos mil habitantes. Porém, as pessoas que se envolveram efetivamente com o projeto são unânimes em afirmar que a experiência foi uma grande oportunidade de crescimento pessoal e de mudança da visão de mundo.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. de. Elementos para a construção de um conceito de empresa autogestionária. *Perspectiva Econômica*. São Leopoldo, v. 30, n. 91, p. 33 – 45, 1995.

AREDES, A.P.J. *As instâncias de participação e a democratização da escola pública*. 2002. f. 158. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2002.

ARIOSI, C.M.F. *Proposta Pedagógica de Educação Infantil do município de Bauru: Linguagem Corporal em discussão*. 1999. Monografia (Especialização em Alfabetização: ensino e pesquisa) – Faculdade de Ciências, Unesp, Bauru, 1999.

BALDISSERA, A. *CEBs: poder, nova sociedade*. São Paulo: Paulinas, 1987.

BERTUCCI, A. Limites e possibilidades de organização dos excluídos. Os projetos comunitários da Cáritas Brasileira. In: GAIGER, L.I. (Org.). *Formas de combate e resistência à pobreza*. São Leopoldo: Unisinos, 1996. p. 59-86.

BOBBIO, N. *Liberalismo e Democracia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOGARDUS, E.S. *Problemas de cooperação*. Rio de Janeiro: Lidador, 1960.

BORON, A. A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRASIL. *Lei n. 5.764*, de 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Lei Federal do Brasil, São Paulo, v. 35, p. 1628-1648, 1971.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo. p. 34, 1998.



BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, B. de S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.02, Introdução, p. 233-260. (Reinventar a manifestação social)

CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2002.

COOPERATIVA EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE BAURU. Proposta Pedagógica da Escola de Educação Infantil Ensinaiva. Bauru: Ensinaiva, 2002. p. 17 (Mineogr.)

DAL RI, N. M. A Economia Solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, N.M., VIEITEZ, C. G. *Economia Solidária: O desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. Capítulo 1, 11-42.

DAHL, R. A. *Um prefácio à democracia economia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DUARTE, N. *A individualidade para-si*. Campinas: Autores Associados, 1999.

FARIAS, F. A. de. *Sapateiros despolitizados: o caso das cooperativas de fornecimento de mão-de-obra de Itapipoca/CE*. Natal, Março, 2002. 130p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FERREIRA FILHO, M. G. A democracia Possível. São Paulo: Saraiva. 1972.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal. 1999.

FRANKE, W. *Direito das sociedades Cooperativas*. São Paulo: Edusp, 1973.

GUTIERREZ, G. L. Entre o Lazer e o Trabalho: uma Contribuição da Autogestão para Administração de Empresas. *Revista Org & Demo*, Marília, v. 1, n.1, p. 31 – 39, 2000.

GUTIERREZ, G. L. Uma avaliação autogestionária do desenvolvimento organizacional e tecnológico das empresas: dos anos setenta até a atualidade.. *Revista Org & Demo*, Marília, n.2, p. 01 – 16, 2001.

HIRIART, M. M. M. Cooperativismo: Primeiros Passos. In: PANZUTTI, R. (Org.). *Cooperativa: uma empresa participativa*. São Paulo: OCESP, 2000. v.02, Capítulo 1, p.09-21.

JUVÊNCIO, F. de C.; PANZUTTI, R. A Lei 5.764/71 e as sociedades cooperativas. In: PANZUTTI, R. et. al. *Cooperativa: uma empresa participativa*. São Paulo: Ocesp, 2000. n.02, p.79-111.

JUVÊNCIO, F. de C.; ANDRADE, G. V. de; PANZUTTI, R. *Cooperativismo ao alcance de todos*. São Paulo : Ocesp, 2000.



KLAES, M. S. História de Pioneiros do Movimento Cooperativista no Brasil. *Perspectiva econômica* – cooperativismo 12. São Leopoldo. v. XVIII, n.42, p. 11 – 55, 1983.

LIMA, M. G. de. Cooperativas de Ensino em Goiás: em busca de uma nova escola. *Perspectiva Econômica* – Série Cooperativismo, São Leopoldo, v.29, n.84, p.75 – 124, 1994.

LIMA, L. C. *Organização Escolar e Democracia Radical*: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

LUZ FILHO, F. *Cooperativas Escolares*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1960.

MARX, K. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, J.V.de. *Unisol: União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, 200?. P.21 (Mimeogr.).

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Unicamp/Boitempo, 2002.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terras no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.02, Introdução, p. 189-232. (Reinventar a manifestação social)

OLIVEIRA, Irani S. *Educação e Cooperativismo: Administração, pedagogia e política na Cooperativa de ensino*. Marília: Unesp, 1994.

PANZUTTI, R. et. al. *Cooperativa: uma empresa participativa*. São Paulo: Ocesp, 2000.

PARRA, H. Z. M. *Liberdade e Necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. São Paulo: 2002. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PÉRIUS, V.F. Autogestão Cooperativa. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 27, n. 79, p. 57 – 66, 1992.

PINHO, D. B. *O Cooperativismo nos meios capitalista e socialista: suas modificação e sua utilidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1961.

PINHO, D.B. *Cooperativas e desenvolvimento econômico: o cooperativismo na promoção do desenvolvimento econômico do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1962.

POLONIO, W. A. *Manual das Sociedades Cooperativas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RECH, D. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.



RESENDE, L.M.G. de. *Relações de poder no cotidiano escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

ROCA, S. Um enfoque para diferenciar uma empresa autogestionária. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 18, n. 12, p. 127-148, 1983.

ROSA, I.M. Relações de poder no trabalho de supervisão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. XIV, n. 46, p. 425-435. Dez., 1993.

SACCONI, A. L. *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 1996.

SANTOS, B. de S. (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 681p.

SANTOS, B. de S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 515p.

SANTOS, B. de S., RODRIGUES, C. Introdução: para ampliar o cânone de produção. In: SANTOS, B. de S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.02, Introdução, p. 23-78. (Reinventar a manifestação social)

SÃO PAULO. *Cooperativismo de Trabalho*. São Paulo: SEBRAE, 1997, 52p. (Guia Prática Como Montar).

SCHNEIDER, J. O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SERVA, M. et. Al. Um novo ator no cenário organizacional: As cooperativas educacionais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.34, n. 4, p. 46 – 53, jul./ago. 1994

SÃO PAULO. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. São Paulo: OCESP, 2000.

SEVERINO, A.J. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 65-71, 2000.

SHINYASHIKI, R. *Os donos do Futuro*. 13. ed. São Paulo: Gente, 2000.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.83-129.

SROUR, R.H. Formas de Gestão: o desafio da mudança. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 34, n.4, p.31-45, Jul./Ago.1994.

TESCH, W. Identidade e desenvolvimento da Economia social: fortalecimento da autogestão e da cidadania. In: DAL RI, N.M.(org.) *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 43-54

TOCQUEVILLE, A. de. *Igualdade social e liberdade política: uma introdução à obra de Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Nerman, 1988.



VIEITEZ, C. G. (org.) A empresa sem patrão: temas de autogestão dos trabalhadores. In: VIEITEZ, C.G. *A empresa sem patrão*. Marília: Unesp, 1997. p. 09 – 24.

VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N.M. *Trabalho Associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N.M. *Virtualidades político-sociais das organizações econômicas dos trabalhadores*. Revista Org & Demo. Marília, v. 1, n.1, p. 53 - 69, 2000.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1991.



